

# RAI 2020

## Relatório Anual de Informações



Apresentamos o Relatório Anual de Informações do Postalís – RAI 2020 contendo os principais dados sobre os planos de previdência administrados pelo Instituto.

## Sumário

Mensagem da Diretoria .....	4
2020, o ano do “novo normal” .....	4
Institucional.....	6
O Postalis.....	6
Governança Corporativa .....	7
Gestão em 2020.....	7
Órgãos Estatutários.....	9
Estrutura organizacional.....	10
Comitês de Assessoramento e Comissão de Ética e Integridade.....	10
Comitês Obrigatórios.....	11
Outros Comitês .....	12
Código de Ética e Programa de Integridade .....	12
Relações Institucionais.....	13
Gestão Estratégica .....	15
Gestão de Risco.....	15
Gestão de Pessoas .....	16
Comunicação e Relacionamento .....	17
Atendimento ao Participante / Ouvidoria.....	19
Números do Atendimento.....	19
Números da Ouvidoria .....	20
Despesas Administrativas .....	22
Principais Realizações .....	25
Responsabilidade Socioambiental .....	30
Nos Investimentos.....	30
Na Gestão de Pessoas .....	31
Postalis em Números .....	32
Consolidado Estatístico.....	32

Plano Benefício Definido .....	33
Benefícios Pagos.....	33
Arrecadação .....	33
Estatísticas Gerais.....	34
Plano Postalprev .....	35
Benefícios Pagos.....	35
Arrecadação .....	35
Estatísticas Gerais.....	36
Estudo das Premissas.....	37
Plano de Benefício Definido .....	37
Plano Postalprev .....	37
Demonstrativo de Investimentos .....	38
Composição Patrimonial - Plano Benefício Definido (Em R\$ mil) .....	38
Composição Patrimonial - Plano Postalprev (Em R\$ mil) .....	41
Composição Patrimonial - PGA (Em R\$ mil).....	43
Resultados e Enquadramentos dos Investimentos .....	44
Rentabilidade dos Planos.....	44
Enquadramento do Plano BD.....	44
Enquadramento do Plano Postalprev.....	44
Enquadramento do Plano PGA.....	45
Demonstrativo das Despesas.....	46
Despesas com Administração Direta de Investimentos .....	46
Síntese da Política de Investimento para 2021-2025 .....	47
Demonstrações Contábeis .....	49
Balanço Patrimonial - Consolidado .....	49
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidado .....	50
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - Por Plano.....	50
Benefício Definido.....	50

Postalprev.....	51
Demonstração do Ativo Líquido - Por Plano .....	51
Benefício Definido.....	51
Postalprev.....	52
Demonstração das Provisões Técnicas - Por Plano .....	53
Benefício Definido.....	53
Postalprev.....	54
Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Consolidado ....	55
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	56
Análise Econômico-financeira .....	118
Plano Benefício Definido .....	118
Plano Postalprev .....	119
Demonstração do Valor Adicionado (DVA).....	121
Parecer Atuarial dos Planos BD e Postalprev.....	122
Avaliação Atuarial - Plano Benefício Definido .....	122
Avaliação Atuarial - Postalprev .....	143
Relatório do Auditor Independente.....	162
Parecer dos Conselhos sobre as Demonstrações Contábeis.....	168
Parecer do Conselho Deliberativo.....	168
Parecer do Conselho Fiscal .....	170
Expediente.....	172

## Mensagem da Diretoria

---

### 2020, o ano do “novo normal”

Nossa mensagem neste relatório em 2019 intitulava: “O *Postalís mudou!*”. A referência era ao fim da intervenção federal e ao início de uma nova etapa, para planejar e viabilizar a reconstrução deste que é um dos maiores fundos de pensão do Brasil.

E veio 2020 juntamente com a pandemia do Covid-19, trazendo mudanças para toda a sociedade brasileira e mundial, com consequências e impactos para o nosso Instituto. Como vivíamos um momento de renovação, conseguimos enfrentar com competência e serenidade os obstáculos deste ano de tantos riscos e desafios. Rapidamente, nos adaptamos ao trabalho remoto e mantivemos os serviços e entregas com total normalidade, realizando os pagamentos de benefícios em dia e projetos caminhando sem interrupção.

O distanciamento social não nos impediu de realizar um processo eleitoral seguro e transparente, que elegeu os representantes dos participantes para integrar os Conselhos Deliberativo e Fiscal. Com os colegiados reconstituídos, foi possível também reestruturar a Diretoria Executiva com a chegada de um novo Diretor de Investimentos e a efetivação da Diretoria de Gestão Previdencial. Finalizamos o ano com nossa estrutura de governança completa e instalada.

Mesmo com a alta volatilidade dos mercados financeiros, nosso Plano de Benefícios Definido (PBD) atingiu uma rentabilidade de 16,46%. Em um ano em que boa parte dos fundos de pensão ficou aquém de suas metas atuariais, o PBD obteve um excelente desempenho de mais de quatro pontos percentuais acima de sua meta de 10,28%.

O plano Postalprev apresentou, em 2020, a rentabilidade de 6,65%, não sendo suficiente para alcançar o índice de referência do plano (10,49%). Enquanto no plano BD, a queda da bolsa trouxe um benefício à carteira, em virtude da exposição ativa em Renda Variável ter iniciado após os efeitos da expansão do COVID-19 sobre a bolsa brasileira, o plano Postalprev já detinha cerca de 12,76% do seu patrimônio exposto a Renda Variável.

Contudo, apesar de não atingir o índice de referência, a rentabilidade alcançada refletiu uma significativa recuperação após a queda de 4,18% em março de 2020. Atingiu, também, um resultado expressivo quando comparado aos principais indicadores de investimentos do mercado (benchmark), como o CDI (2,75%) e o Ibovespa (2,92%).

Tão importante quanto buscar os melhores retornos para os planos foi o esforço continuado de encontrar soluções para o déficit do PBD e para o modelo de negócios previdencial do Postalís, visando a sua solvência e modernidade. Abrimos importantes canais de diálogo com o patrocinador e as associações de participantes e assistidos, criando Grupo de Trabalho para debater alternativas para equacionar o déficit, minimizar perdas e dirimir riscos futuros.

Neste contexto, temos discutido o lançamento de um plano de benefícios na modalidade que mais cresce no País, de Contribuição Definida (CD), que permite flexibilidade de contribuições e benefícios e elimina definitivamente a possibilidade de déficits.

Em outra frente, a recuperação de ativos é também uma das prioridades da atual gestão e já atingimos valores próximos de R\$ 400 milhões devolvidos (ou em vias de serem devolvidos) ao patrimônio do Instituto, em benefício dos participantes, dos assistidos e do patrocinador.

Lançamos uma nova logomarca, símbolo da modernidade que queremos imprimir ao Postalís. Fortalecemos a capacidade da nossa equipe em conduzir a gestão do Instituto com profissionalismo e respeito à conduta ética e a integridade das ações.

Em 2020, o Postalís avançou e atingiu objetivos importantes. Em 2021, ano em que completa 40 anos em plena atividade, o Postalís continuará prosperando na edificação de uma entidade de previdência transparente, eficiente e solvente em que todos acreditam.

**A Diretoria**

## Institucional

---

### O Postalís

Entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira.

Foi criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados, dos Correios e do Postalís, benefícios previdenciários complementares aos da previdência oficial, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e um futuro mais tranquilo para os trabalhadores e suas famílias.

O Postalís está entre os 15 maiores fundos de pensão do Brasil em volume de recursos administrados e é o terceiro do Brasil em número de participantes.

Os recursos do Postalís são provenientes das contribuições dos empregados e da patrocinadora. Esses recursos são aplicados e o resultado dos investimentos é que garantirá o pagamento dos benefícios.

Comprometido com a qualidade de vida e o bem-estar de seus participantes, o instituto possibilita a contratação de empréstimos consignados em folha e a adesão à apólice de seguro de vida em grupo.

**Visão:** Ser reconhecido pelos participantes como uma instituição transparente, confiável e sustentável.

**Missão:** Administrar planos de benefícios de forma transparente e sustentável, contribuindo para a segurança financeira e previdenciária dos participantes.

### Valores

**Ética:** é o conjunto dos valores, dos princípios éticos, dos padrões de conduta e das responsabilidades que norteiam o comportamento dos membros dos Órgãos Estatutários e de seus empregados.

**Inovação:** significa a necessidade de criar caminhos ou estratégias diferentes aos habituais meios para atingir determinado objetivo. Inovar é inventar ideias, processos, ferramentas ou serviços.

**Valorização de pessoas:** compreende a atribuição de relevância aos clientes, internos e externos, à meritocracia, à capacitação e ao bem-estar de empregados, participantes e assistidos.

**Transparência:** consiste na disponibilidade de acesso das informações aos interessados, internos ou externos, de forma precisa e tempestiva, com o objetivo de assegurar confiança e tranquilidade.

**Comprometimento:** é o envolvimento pleno com a missão, a visão, os valores e políticas do instituto, enxergando-se como parte integrante e relevante no sucesso da estratégia organizacional.

**Sustentabilidade:** trata da consciência das questões de preservação e sustentação nas dimensões ambiental, social e financeira, que deve ser incorporada por todos e que orienta as ações pessoais e funcionais, garantindo competitividade e perenidade.

## Governança Corporativa

---

### Gestão em 2020

O Regime Especial de Composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal (RECCDF), decretado no final da intervenção, cumpriu sua atribuição de aprovar o novo Estatuto Social do Postalís e, conseqüentemente, de realizar o processo eleitoral dos membros dos órgãos estatutários e, por conseguinte, de dar posse aos membros eleitos pelos participantes e assistidos e indicados pelo patrocinador Correios, após a emissão dos respectivos atestados de habilitação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

O novo Estatuto Social do Postalís, que estava em revisão desde o período da Intervenção, foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por intermédio da Portaria nº 308, de 15/04/2020, publicada no Diário Oficial, edição 74, seção 1, página 28, de 17/04/2020.

O processo eleitoral foi realizado no período de 17/04 a 04/08/2020.

O processo de habilitação dos dirigentes ocorreu ao longo do 2º semestre de 2020.

A posse dos membros dos conselhos Deliberativo e Fiscal iniciou-se em 29/09/2020 e alongou-se durante o 2º semestre de 2020.

Durante o exercício de 2020, também foram realizados os processos seletivos para recomposição dos membros da Diretoria Executiva, em consonância ao que estabelece a Resolução CNPC nº 32, de 04/12/2019 e o novo Estatuto Social do Postalís.

A reconstrução da imagem institucional perante os participantes e o público em geral também foi um destaque. Ao longo do ano, houve a publicação de mais de vinte artigos pela mídia nacional especializada, nos quais o Postalís esteve destacadamente mencionado ou foi o protagonista. A grande maioria desses artigos teve viés positivo para o Instituto.

Quanto à pandemia do coronavírus, o Instituto adotou as seguintes medidas:

O atendimento presencial foi suspenso; a Central de Atendimento passou a atender em home office; foi criado um serviço de agendamento aos atendimentos da Central; foi disponibilizado o acesso de pensionistas ao Postalís Online; houve a suspensão do pagamento das parcelas de empréstimo; houve o adiantamento da 1ª parcela do abono anual e houve a antecipação do Benefício Auxílio-Doença.

Sobre o trabalho de recuperação de ativos, ao final de 2020 o Postalís conseguiu reincorporar quase R\$ 400 milhões aos patrimônios dos planos BD e Postalprev.

Para desenvolver estudos sobre a proposta de estratégia previdencial a ser elaborada para solucionar de forma viável o déficit do PBD, foi criado um grupo de trabalho entre técnicos do Instituto e representantes das entidades de participantes (GT do TAC). No decorrer do ano, aconteceram 03 reuniões com essas entidades, culminando em avanço e transparência sobre o tema.

## Órgãos Estatutários

O Regime Especial de Composição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal (RECCDF) do Postalís foi instituído em 20/12/2019, ainda durante a intervenção, para constituir os órgãos estatutários da Entidade.

Durante o Regime Especial foram empossados o presidente, o diretor de Investimentos, bem como os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal representantes da patrocinadora Correios, com mandatos provisórios, até a finalização do Processo Eleitoral de conselheiros, processo seletivo de diretores, habilitação dos dirigentes (diretores e conselheiros) pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e posse nos respectivos órgãos estatutários do Postalís.

O Regime Especial foi concluído logo após a realização do processo eleitoral dos membros dos órgãos estatutários e da posse dos membros eleitos e indicados, após a emissão dos respectivos atestados de habilitação pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

No segundo semestre, os membros dos órgãos estatutários assumiram suas respectivas posições, fortalecendo, assim, a estrutura de governança do Instituto, a saber:

	CONDUÇÃO	TITULARES	SUPLENTES
<b>CONSELHO DELIBERATIVO</b>	INDICAÇÃO	CELSO JOSÉ TIAGO (Presidente)	RODRIGO REBOUÇAS MARCONDES
		HEGLEHYSCHYNTON VALÉRIO MARÇAL (Suplente do Presidente)	AURÉLIO MADURO DE ABREU
		GEORGES LOUIS HAGE HUMBERT	ANDRÉ DE CASTRO SILVA
	ELEIÇÃO	EDGAR DE AGUIAR CORDEIRO	JOSÉ ROBERTO DA SILVA ROMÃO
		CAIO FLÁVIO FELIX DE OLIVEIRA	JOSÉ APARECIDO RUFINO
		MARCOS ANTÔNIO SANT'AGUIDA DO NASCIMENTO	WAGNER DE OLIVEIRA PESTANA

CONSELHO FISCAL	CONDUÇÃO	TITULARES	SUPLENTES	
	INDICAÇÃO		MOZART GOMES FERRAZ	_*
			CLARICE DE SOUZA COUTINHO	MÉRCIA DA SILVA PEDREIRA
	ELEIÇÃO		_* (Presidente)	DÉBORA ADRIANA NUNES HENRIQUE (Presidente em exercício)
		ANÉZIO RODRIGUES	HÉLIO GERALDO DE REZENDE	

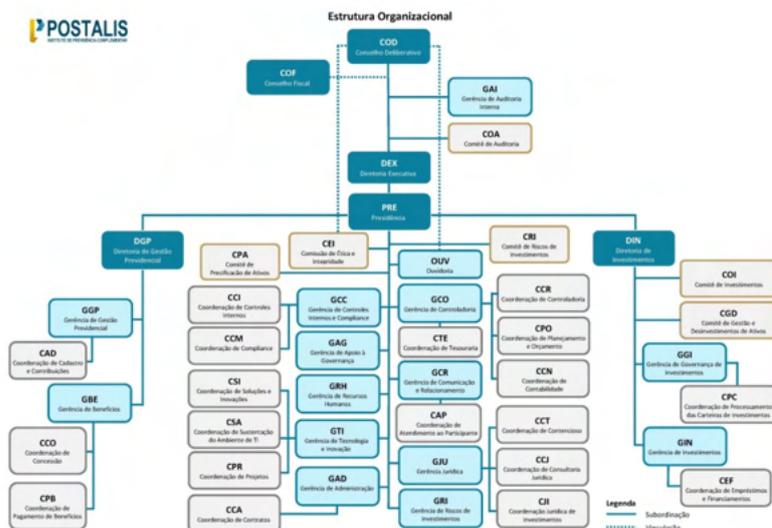
\* Os conselheiros Fábio Geraldo de Oliveira Conde e Hudson Alves da Silva aguardavam, nesse exercício, a habilitação pela Previc para posterior posse.

DIRETORIA EXECUTIVA	NOME	CARGOS
	PAULO HUMBERTO CESAR DE OLIVEIRA	PRESIDENTE
	PEDRO ANTONIO ESTRELLA PEDROSA	DIRETOR DE INVESTIMENTOS
	CARLOS ALBERTO ZACHERT	DIRETOR DE GESTÃO PREVIDENCIAL

### Estrutura organizacional

O novo Estatuto Social do Postalís, que estava em revisão desde o período da Intervenção, foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por intermédio da Portaria nº 308, de 15/04/2020, publicada no Diário Oficial, edição 74, seção 1, página 28, de 17/04/2020.

Assim sendo, o Postalís promoveu sua reestruturação organizacional de seus órgãos, em consonância ao novo Estatuto bem como às melhores práticas de mercado e aperfeiçoamento da governança, visando manter a estrutura suficiente para administrar os planos de benefícios, evitando desperdícios de qualquer natureza ou a prática de custos incompatíveis.



### Comitês de Assessoramento e Comissão de Ética e Integridade

Os comitês são órgãos consultivos, integrantes da estrutura organizacional, que têm como objetivo o assessoramento à Diretoria-Executiva e/ou ao Conselho Deliberativo sobre matérias de competência técnica e são integrados por membros de diferentes áreas (multidisciplinar).

No exercício de 2020, o Conselho Deliberativo do Postalís aprovou a reestruturação organizacional de seus órgãos, incluindo a criação e exclusão de comitês, conforme segue:

### **Comitês Obrigatórios**

**Comitê de Auditoria (COA)** – responsável pelo acompanhamento das práticas contábeis, adotadas na elaboração das demonstrações contábeis do Instituto Postalís e na indicação da auditoria independente, conforme atribuições previstas na legislação aplicável, destacadamente na Resolução CNPC nº 27, de 06/12/2017.

**Comitê de Riscos de Investimentos (CRI)** – responsável pela gestão de riscos dos investimentos dos planos de benefícios, tendo por objetivo identificar, analisar, avaliar, controlar e monitorar os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, sistêmico e outros inerentes a cada operação, observadas as regras estabelecidas nos normativos internos do Postalís e na legislação aplicável, destacadamente na Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018 e na Instrução Previc nº 35, de 11/11/2020.

**Comitê de Assessoramento e de Recuperação de Investimentos (CAR)** – responsável pela análise e recomendação de investimentos, desinvestimentos e renegociações de ativos, bem como pelo acompanhamento da estratégia estabelecida para a gestão dos investimentos, a recomendação de contratação de prestadores de serviços vinculados à carteira de investimentos, observadas as regras estabelecidas nas Políticas de Investimentos, demais normativos internos e na legislação aplicável, destacadamente na Resolução CMN nº 4.661, de 25/05/2018.

Este Comitê foi dividido em dois órgãos, ainda em fase de implementação:

**Comitê de Investimentos (COI)** – responsável por tratar de novos investimentos.

**Comitê de Gestão e Desinvestimentos de Ativos (CGD)** – responsável por tratar de desinvestimentos, recuperações, acompanhamento e repactuação de ativos.

### **Outros Comitês**

**Comitê de Precificação de Ativos (CPA)** – responsável por avaliar os critérios utilizados na precificação de ativos sem cotação em mercados organizados.

**Comissão de Ética e Integridade (CEI)** – responsável por analisar violação ao código de conduta e ética, por esclarecer dúvidas às consultas formuladas, por instaurar processo disciplinar e por propor sanções às infrações ao código de conduta e ética para a autoridade competente.

Em face da reestruturação, a Entidade extinguiu os comitês de Comunicação Institucional (CCO) e de Compras e Contratação (CCC), sendo suas atividades absolvidas pelas gerências de Comunicação – responsável pelo relacionamento institucional e atendimento aos participantes e assistidos – e de Administração (GAD) – considerando a criação da coordenação de Contratos (CCA), responsável pelos atos de contratação de prestadores de serviços, controle dos contratos e de aquisição de bens, respectivamente.

### **Código de Ética e Programa de Integridade**

#### **Ética e Integridade**

O Postalís tem atuação fundada em valores, princípios éticos, padrões de conduta, desenvolvendo ações de prevenção, detecção e de correção de desvios, com o objetivo de assegurar as suas partes interessadas, especialmente os Participantes, o Patrocinador e os empregados, segurança e transparência na condução dos seus negócios e atividades. O Código de Ética e o Programa de Integridade implantados no Instituto são ferramentas deste propósito.

Como principal medida relacionada aos temas “Ética e Integridade”, o Postalís realizou nos dias 4, 5 e 6 de novembro de 2020, a 1ª Semana da Ética

e Compliance, para o seu público interno e os integrantes dos órgãos estatutários. Na oportunidade foram debatidos temas vinculados à ética e à integridade, conforme se destaca:

- apresentação do Presidente do Conselho Deliberativo, Senhor Celso José Tiago, versando sobre “Ética e exercício Profissional”;

- apresentação do Secretário de Controle Interno do Ministério da Defesa, Senhor Paulo Grazziotin, que abordou a pauta “Mecanismos de controles internos dispostos em três linhas”;

- apresentação do Diretor de Compliance da Siemens do Brasil, Senhor Gustavo Franco Ferreira, expondo a experiência desse conglomerado multinacional, que vivenciou no ano de 2006 um processo de quebra de confiança e perda de integridade em dimensões que impactaram na sobrevivência de uma organização centenária, com atuação em mais de 200 (duzentos) países e com cerca de 240.000 (duzentos e quarenta mil) colaboradores.

- apresentação do advogado, professor e consultor Matheus Cunha, que trouxe a doutrina e a experiência relacionada ao tema, abordando “Os pilares do Programa de Compliance e a Curva de Aprendizagem da Responsabilidade Corporativa”.

Ainda sobre o assunto, torna-se pertinente mencionar que o Postalís após o processo de intervenção ao qual foi submetido, iniciou o ano de 2020 a reconstrução da governança, onde destacamos que no último trimestre desse ano finalizou a recomposição integral dos seus órgãos estatutários. Dessa maneira, de fato, o fortalecimento da ética e da integridade alcançará maior dimensão a partir de 2021.

## **Relações Institucionais**

### **Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc)**

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) é o órgão fiscalizador das atividades das Entidades Fechadas de Previdência

Complementar (EFPC) e suas operações, a quem compete acompanhar e supervisionar as entidades no mercado para proteger os investidores que alocam capital nos fundos de pensão.

A Previc enquadra o Postalís no grupo das Entidades Sistemicamente Importantes (ESI), conforme Instrução Previc nº 5, de 29/05/2017, tendo como prerrogativa o acompanhamento por uma Equipe de Fiscalização da citada autarquia – Supervisão Baseada em Risco (SBR).

### **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios)**

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios) é a patrocinadora-instituidora dos Planos de Benefícios administrados e executados pelo Postalís.

No exercício de 2020, os Correios assinaram, como interveniente-anuente, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre o Postalís e a Previc, aprovaram a proposta de atualização do Estatuto Social do Postalís, participaram do processo seletivo para escolha dos diretores, bem como indicaram os seus membros representantes aos órgãos estatutários do Postalís.

### **Ministério Público Federal (MPF) / Força-Tarefa Postalís (FT-Postalís) / Polícia Federal (PF)**

A FT-Postalís, no âmbito do Ministério Público Federal, foi instituída pela Procuradora-Geral da República para apurar os crimes contra o Sistema Financeiro e, eventualmente, lavagem de capitais, além de outros conexos, praticados em prejuízo da Entidade.

A Diretoria-Executiva do Postalís colabora com o MPF como assistente de acusação, no intuito de recuperar prejuízos causados no passado aos participantes, aos assistidos e aos patrocinadores, por meio de ações na Justiça e negociações de acordos. Apoia, também, as operações da Polícia Federal com a disponibilização de informações e documentações solicitadas.

## Gestão Estratégica

### Gestão de Risco

---

O Instituto Postalís pautado nas melhores práticas de mercado e recomendações normativas e regulamentares desenvolve ações no aprimoramento da Gestão de Risco Corporativo. Neste sentido, no ano de 2020 foi realizada a avaliação de riscos do 3º Ciclo de Avaliação de Riscos e Controles Internos. Nesta oportunidade foram avaliados 15 áreas e 54 processos, e foram aplicados 72 novos controles de boas práticas. A ação fortalece os processos internos e traz mais segurança e conformidade com normas para o Instituto.

O processo de gestão de riscos e controles é baseada em arquitetura elaborada pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission-COSO, alguns componentes dessa estrutura contemplam a identificação, mensuração e o tratamento dos riscos dos processos da Entidade. Vale destacar que a metodologia utilizada está alinhada com a NBR ISO 31000:2009 norma internacional, que tem como objetivo fornecer princípios e diretrizes abrangentes, para auxiliar as organizações em suas análises e avaliações de riscos.

Para o ano de 2021, serão realizados trabalhos de acompanhamento e continuidade de novas ações para o aperfeiçoamento e busca da excelência no processo de gestão de riscos corporativos trazendo mais segurança operacional e legal para os Participantes, Patrocinadores e todos os envolvidos no Instituto.

## **Gestão de Pessoas**

### **Home Office**

O ano de 2020 foi marcado por uma grande mudança no modelo de trabalho em todo o mundo. A pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) impôs o isolamento social como a principal estratégia de prevenção, impactando a vida de todos em muitos aspectos.

No Postalís, a partir do dia 30/03/2020, todos os empregados passaram a trabalhar em regime de Home Office. Destacamos que, apesar das adversidades do momento, o Instituto cumpriu as suas metas e obrigações, pagou benefícios rigorosamente em dia e manteve todos os serviços disponíveis aos participantes.

Mesmo no regime de teletrabalho, o Instituto continuou investindo na capacitação, integração e treinamento de suas equipes, por meio de cursos online, palestras, reuniões de equipe, reuniões gerenciais e encontros da alta gestão com todo o corpo de funcionários.

A equipe do Postalís segue engajada em cumprir os objetivos do Instituto e construir um futuro melhor para todos os participantes.

### **Programa de desenvolvimento de Líderes**

Em 2020, demos continuidade ao programa de desenvolvimento de líderes, desta vez com foco específico no treinamento de gerentes. Após levantamento das principais necessidades, o programa contou com etapas de Coaching individual e oficinas de treinamento voltadas para a melhoria de resultados organizacionais, produtividade, qualidade, colaboração, foco e visão sistêmica.

### **Capacitação**

Durante o ano de 2020, a equipe do Postalís participou de 21 treinamentos externos, totalizando uma carga horária de 591 horas. Além disso, houve mais de 600 horas de treinamentos internos e ciclos de palestras com temas variados, entre eles: A LGPD e seus impactos, Gestão de Riscos e Controles Internos, Privatizações no ambiente de Previdência Complementar, Ética, Liderança, entre outros, totalizando 6 eventos in company.

### **Certificação**

O Postalís manteve o seu programa de incentivo à certificação dos membros de sua equipe. Em 2020, houve investimento em 10 processos de certificação, com foco em investimentos, contabilidade e administração.

### **Comunicação e Relacionamento**

Além das diversas campanhas de rotina, desenvolvidas anualmente, 2020 foi um ano diferenciado para o Postalís em seu esforço de se comunicar e interagir com seu público.

A pandemia do Coronavírus trouxe um desafio extra, uma vez que o distanciamento social gerou uma série de dificuldades para todas as empresas. O Postalís reagiu com um esforço conjugado das suas áreas que elaboraram diversas medidas para diminuir essas dificuldades, e a comunicação teve papel fundamental em esclarecer essas novidades. Para isso, um sem número de avisos, mensagens, banners, textos, notas de esclarecimento e vídeos tutoriais foram publicados no site, no Youtube e na imprensa, e enviados por e-mail marketing e SMS.

As ações de destaques ficaram por conta da divulgação das Eleições do Postalís e de todo o processo eleitoral, que ocorreu de forma totalmente digital, inclusive com a geração das senhas para votação por meio eletrônico.

O atendimento ao PDI dos Correios também teve forte impacto, especialmente para as áreas de atendimento e benefícios, que tiveram o devido suporte pela Comunicação e pela Tecnologia.

Também houve o acompanhamento dos encontros do Grupo de Trabalhos (GT) formado por técnicos do Postalís e membros das entidades representativas de participantes, que trataram da questão do TAC e da Estratégia Previdencial, visando dar uma solução ao déficit do PBD.

Outro importante trabalho desenvolvido foi o de resgate da imagem institucional, com forte atuação da assessoria de imprensa. Ao longo do ano, mais de vinte artigos foram publicados pela mídia especializada, nos quais o

Postalís esteve mencionado ou foi o protagonista. A grande maioria desses artigos teve viés bastante positivo para o Instituto.

Aproveitando o momento de volta a normalidade institucional com a nova formação dos conselhos Deliberativo e Fiscal, além do resgate paulatino da imagem institucional, a Comunicação também desenvolveu internamente, sem nenhum custo, uma nova logomarca do Postalís, mais moderna e com forte proximidade com a marca do patrocinador (Correios).

Conheça alguns dos números da comunicação em 2020:

Portal / site – [www.postalis.org.br](http://www.postalis.org.br) :

- 79 notícias publicadas; (Fonte: WordPress)
- 4.2 milhões de visualizações; (Fonte: Google Analytics)
- 728 mil visitantes / usuários; (Fonte: Google Analytics)
- 445 mil novos visitantes / usuários; (Fonte: Google Analytics)
- média de 2,95 páginas acessadas por visitante. (Fonte: Google Analytics)

#### **Definições:**

**Sessões** - O número total de sessões no intervalo de datas. Uma sessão é o período de tempo em que um utilizador está a interagir ativamente com o seu Website, aplicação, etc. Todos os dados de utilização (Visualizações de ecrã, Eventos, Comércio eletrónico, etc.) são associados a uma sessão.

**Visualizações** – Número total de páginas visualizadas. São contabilizadas as visualizações repetidas de uma única página.

**Visitantes / usuários** - Os utilizadores que iniciaram pelo menos uma sessão durante o intervalo de datas.

**Novos visitantes / usuários** - O número de utilizadores pela primeira vez durante o intervalo de datas especificado.

**Páginas acessadas** - Páginas/Sessão (média de páginas visitadas) corresponde ao número médio de páginas visualizadas durante uma sessão. São contabilizadas as visualizações repetidas de uma única página.

#### **SMS:**

– 3.423.852 SMS enviados (R\$ 0,08 cada SMS) – (Fonte: Sistema ZENVIA)

**E-mail Marketing:**

– 3.034.891 e-mails enviados – (Fonte: Sistema Locaweb)

**Youtube – Canal Descomplica Postalís:**

- 58.395 visualizações;
- 1.630 horas de exibição;
- 3.6K inscritos desde o lançamento em 2016;
- 809 inscritos no ano;

**Atendimento ao Participante / Ouvidoria**

Em 2020, o atendimento aos participantes teve como destaque o remanejamento da equipe de atendentes da Central de Atendimento para o sistema de home-office, devido às medidas protetivas relacionadas ao Coronavírus, a partir de março. Mesmo assim, os principais canais de atendimento ao público (Central 0800 e o atendimento eletrônico, via Fale Conosco) continuaram operando normalmente.

Outro destaque foi a disponibilização do Portal do Pensionista. Esta plataforma passou a permitir o acesso aos recebedores de pensão por morte, para consultar suas informações via autoatendimento (Postalís online).

Ainda no primeiro semestre, foram desenvolvidas diversas ações pelas áreas do Postalís e pela equipe de atendimento, buscando amenizar os impactos da pandemia aos participantes. Foram elas: o oferecimento de taxas de juros diferenciadas para cada plano, a cobertura de sinistros para o COVID-19, a possibilidade de agendar o atendimento telefônico, o pagamento da complementação do auxílio doença, a antecipação do INSS, a antecipação do abono anual para maio e a suspensão das parcelas de empréstimo (em abril e julho). Mesmo com tudo isso, o atendimento humanizado continuou sendo o principal foco dos atendentes, o que culminou com o índice de 95% de satisfação pelos participantes com o tratamento dado pelo Postalís.

**Números do Atendimento**

Autoatendimento (Postalís ONLINE) – 1.536.622 acessos

Total de atendimentos - 1º Nível (Central 0800 + Fale Conosco + presencial + e-mails e cartas) – 192.708

### **Pesquisa de Satisfação da Central (0800)**

Tempo de espera – 85,6% dos participantes que responderam, atribuíram notas máximas de satisfação (de 0 a 5).

Solicitação atendida – 71,7% dos participantes que indicaram “sim”.

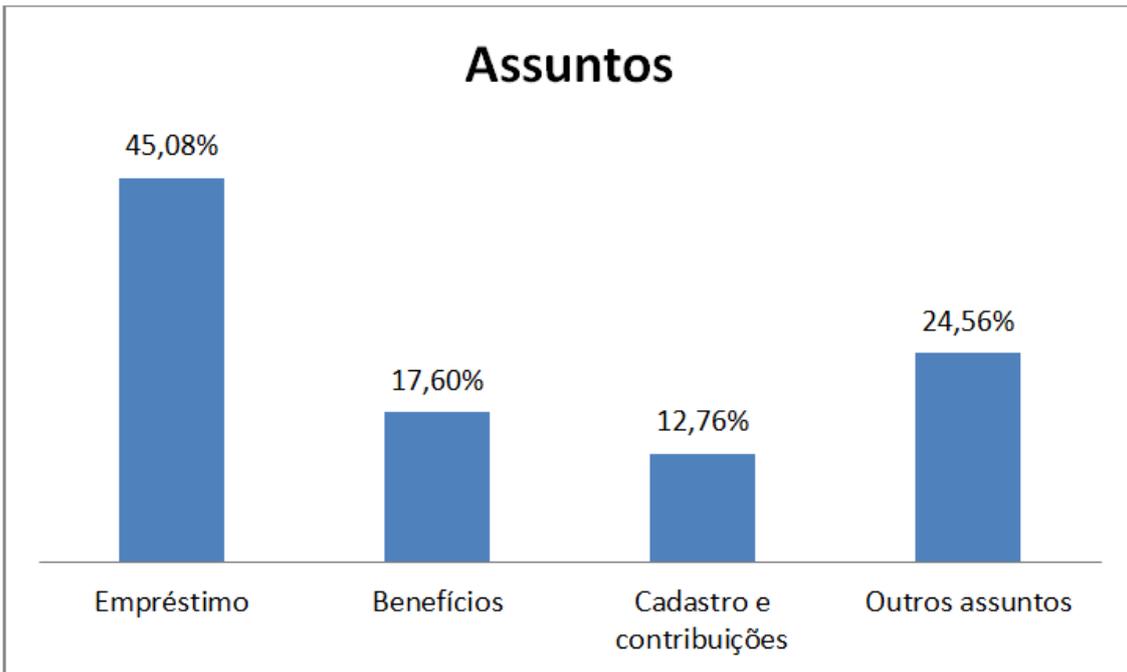
Excelência no atendimento – 95,5% dos participantes que responderam, atribuíram notas máximas de satisfação (0 a 5).

### **Números da Ouvidoria**

No ano de 2020 foram registradas 2.868 manifestações na Ouvidoria. Os assuntos mais recorrentes nestas manifestações estão relacionados a empréstimo, benefícios, cadastro e contribuições com 45,08%, 17,60% e 12,76%, respectivamente.

A Ouvidoria centraliza o tratamento das manifestações recebidas pelo próprio canal, no site do Postalís, e demandas externas recebidas da Previc e site Reclame Aqui.

### Estatísticas



## **Despesas Administrativas**

### **Compras, contratações e relacionamento com fornecedores:**

Em 2020, foi criada no Postalís a Coordenação de Contratos (CCA) com o objetivo de tornar o processo de contratação mais robusto e célere. Os fornecedores são fundamentais para os negócios do Postalís. A Entidade valoriza e reforça parcerias saudáveis e a construção de relacionamentos sustentáveis de longo prazo.

O processo de contratação de bens e serviços é conduzido de forma centralizada pela Gerência Administrativa (GAD), que tem como objetivo formular, propor, programar, acompanhar e avaliar políticas, normas e critérios de compras de produtos e serviços, gerenciar o relacionamento com fornecedores e realizar compras e contratações, entre outros.

Os contratos com fornecedores incluem cláusulas específicas sobre o adequado monitoramento de questões ligadas à Lei Anticorrupção, à Política de Integridade e ao Código de Ética, assim como o respeito a proteção de dados pessoais, na forma da Lei nº 13.709, de 2018. No caso de identificação de irregularidades, poderão ser aplicadas penalidades que incluem, entre outras, a suspensão ou a rescisão do respectivo contrato.

**Quantidade de contratos:**



**Fornecedores por tipo de atividade:**

	2019	2020
<b>Presidência</b>		
GTI	24	26
GRH	13	14
GAD	15	16
GCO	03	02
GRI	02	03
GCR	04	05
AIN	01	01
GJU	46	55
GCC	02	04
OUV	01	01
<b>Diretoria de Investimento</b>		
GIN	13	15
GGI	04	06
<b>Diretoria de Gestão Previdencial</b>		
GGP	03	03
GBE	01	01

### Comparativo das despesas administrativas do Postalís

Grupos	2019	2020	Variação (%)
Pessoal e encargos	35.702.337,11	40.256.827,96	12,76%
Serviços de terceiros	7.832.855,77	6.850.351,51	-12,54%
Despesas gerais	4.137.118,27	3.893.778,00	-5,88%
Depreciações e amortizações	1.109.790,10	1.405.414,91	26,64%
Treinamentos, congressos e seminários	345.988,84	92.362,95	-73,30%
Viagens e estadias	262.578,19	28.602,25	-89,11%
Tributos	4.706.931,55	5.088.841,33	8,11%
<b>Total das Despesas Administrativas</b>	<b>54.097.599,83</b>	<b>57.616.178,91</b>	<b>6,50%</b>

### Análise da execução do PGA

O Postalís vem mantendo-se na busca da eficiência dos gastos. Em 2020 as despesas administrativas tiveram um pequeno aumento, de 6,5%, que foi reflexo, principalmente da recomposição da diretoria e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, os quais não estavam atuando durante a Intervenção, finalizada em dezembro de 2019. Entretanto, em serviços de terceiros, houve redução de 12,54%, fruto, notadamente, de menores despesas com consultorias jurídica e atuarial, com telecomunicações e serviços postais e malotes. Em despesas gerais, a redução foi de 5,88%, principalmente relacionada à negociação de tarifas bancárias. Além disso, os grupos de treinamentos, congressos e seminários e de viagens e estadias, tiveram, respectivamente, redução de 73,30% e 89,11%, em razão das restrições impostas pela pandemia do coronavírus.

### Evolução das despesas X N°de participantes

ANO	Quantidade de participantes (ativos e assistidos)	Custeio da Gestão Administrativa	Custeio Adm per capita	Despesas Administrativas	Despesa Adm per capita
Exercício 2016	135.958	111.668.000	821,34	85.829.000	631,29
Exercício 2017	134.857	118.441.453	878,27	89.417.725	663,06
Exercício 2018	131.724	78.851.172	598,61	64.096.142	486,59
Exercício 2019	129.284	81.198.076	628,05	54.097.600	418,44
Exercício 2020	128.323	88.818.362	692,15	57.616.179	448,99

Fonte: GCO (DPGA) e GBE (IDG II)

### Evolução das despesas X Recursos garantidores

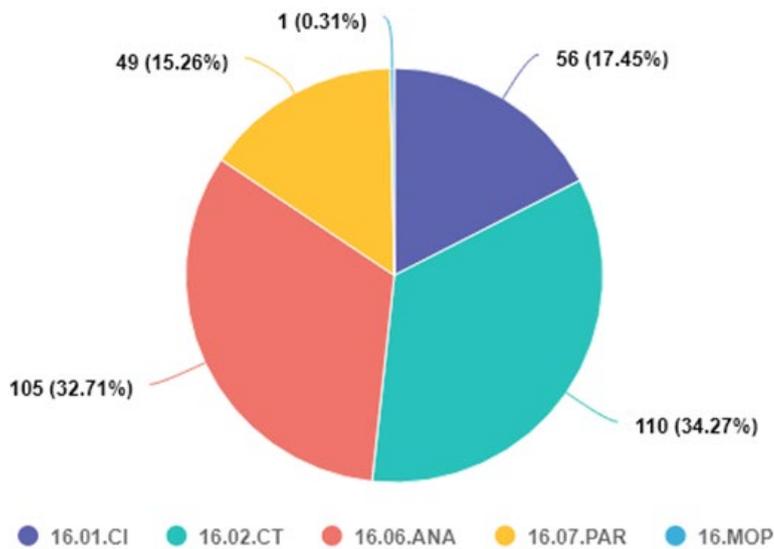
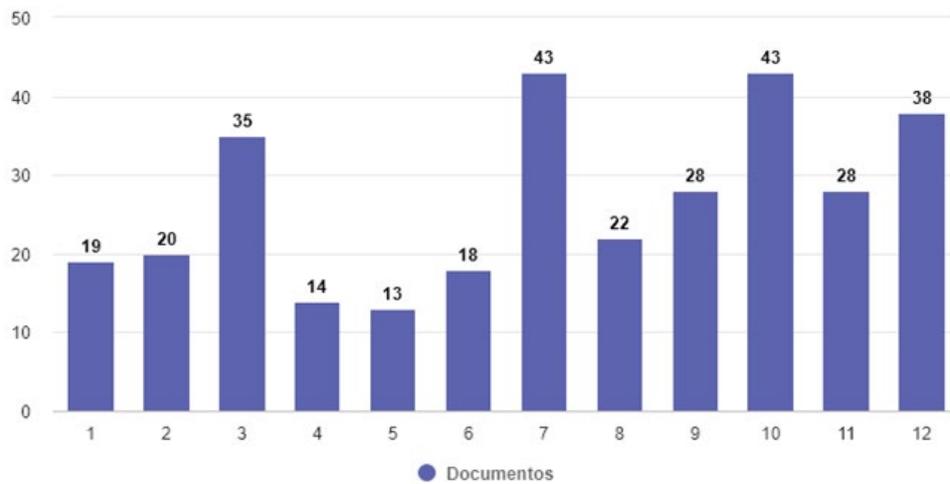
ANO	Orçamento aprovado	Orçamento realizado	% sobre o recurso garantidor (patrimônio) CGPC n° 29 Limite de 1%	% sobre a taxa de carregamento (fluxo previdencial, CGPC n° 29) Limite de 9%
2015	R\$ 82.259.570,00	R\$ 85.589.698,00	0,99%	6,08%
2016	R\$ 87.204.404,00	R\$ 85.828.620,00	0,87%	5,09%
2017	R\$ 87.204.404,00	R\$ 89.417.725,00	1,32%	3,77%
2018	R\$ 78.034.461,00	R\$ 64.096.142,00	0,96%	3,04%
2019	R\$ 54.295.091,00	R\$ 54.096.574,00	0,60%	2,57%
2020	R\$ 60.147.411,36	R\$ 57.616.178,91	0,60%	2,85%

### Principais Realizações

#### Gerência Jurídica – GJU

#### CCJ – Coordenação Consultiva Jurídica

Sobre a parte consultiva da GJU, informamos que foram realizadas 321 elaborações em 2020, incluindo comunicações internas, análises, pareceres, cartas e manuais.



### CCT – Coordenação de Contencioso

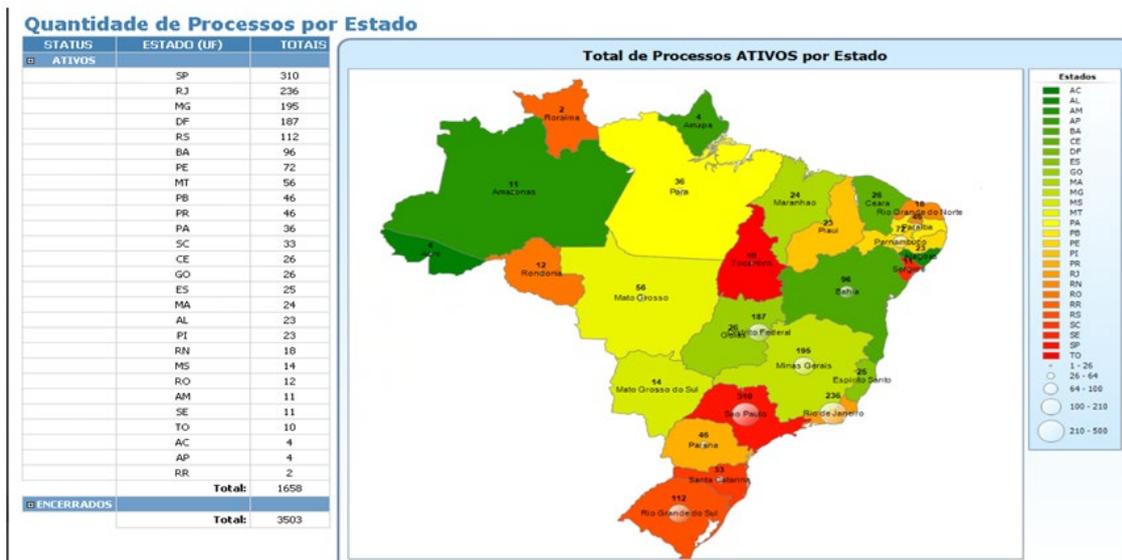
No que tange à Coordenação de Contencioso, no ano de 2020 houve uma redução no número de dias de duração dos processos, de 1799, em 2019, para 1783, em 2020.

### Índice de Duração do Processo em Dias IDPRO

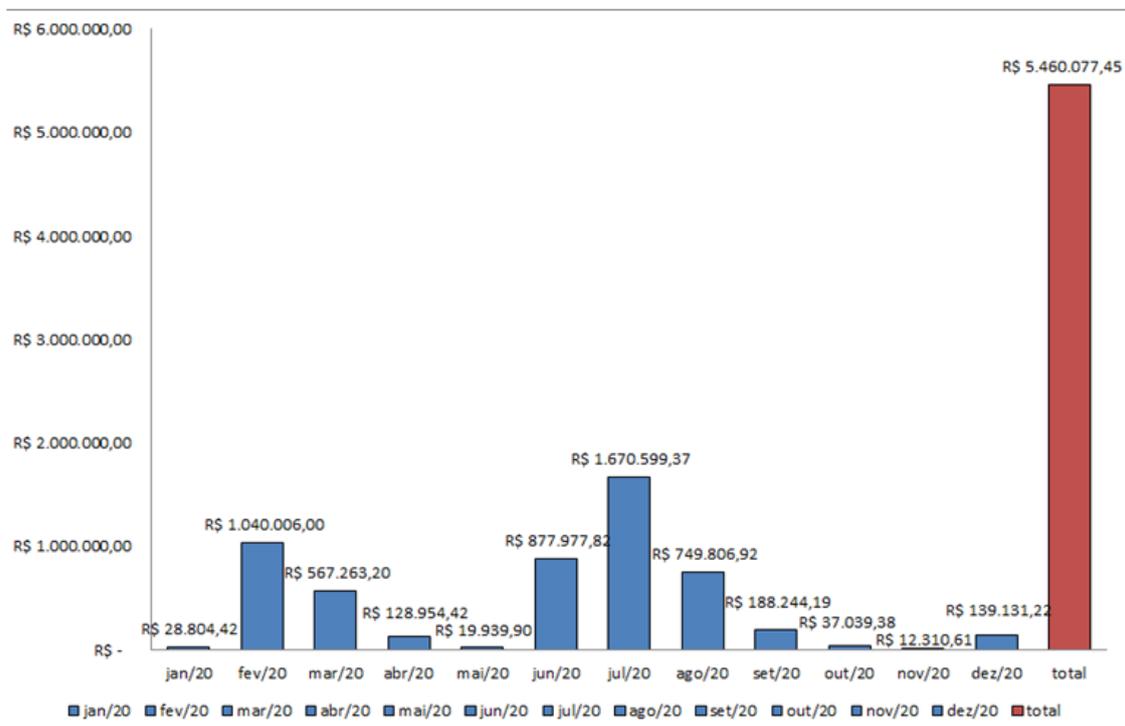
Recursos	Data de Encerramento	Quantidade	Duração Média - Dias	Média Anterior
APPROBATO MACHADO ADVOGADOS		1	2239	1799
BALERA		1	1359	1799
BOCATER, CAMARGO, COSTA E SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS		7	1769	1799
CASTRO BARCELOS ADVOGADOS		527	1714	1799
GHAZALE CASTRO E GOMES ADVOGADOS ASSOCIADOS		1861	1697	1799
GJU - POSTALIS		41	4733	1799
LACAZ MARTINS, HALEMBECK, PEREIRA NETO, GUREVICH & SCHO		1	6385	1799
LOBO E MARTIN		1	98	1799
LOUREIRO ADVOGADOS		9	1923	1799
MOLLO E SILVA ADVOGADOS		2	2460	1799
NELSON		3	48	1799
OLIVEIRA LIMA, HUNGRIA, DALL'ACQUA & FURRIER ADVOGADOS		1	4139	1799
REIS, TORRES E FLORENCIO ADVOCACIA		135	2005	1799
SIQUEIRA CASTRO ADVOCACIA		147	2099	1799
TRAMONTINI ADVOCACIA		2	741	1799
<b>Total:</b>		<b>2739</b>	<b>1783</b>	<b>1799</b>



Segue, ainda, a divisão do número de processos em andamento em todos os estados do país em 2020, dos 1658 processos ativos durante o ano de referência.

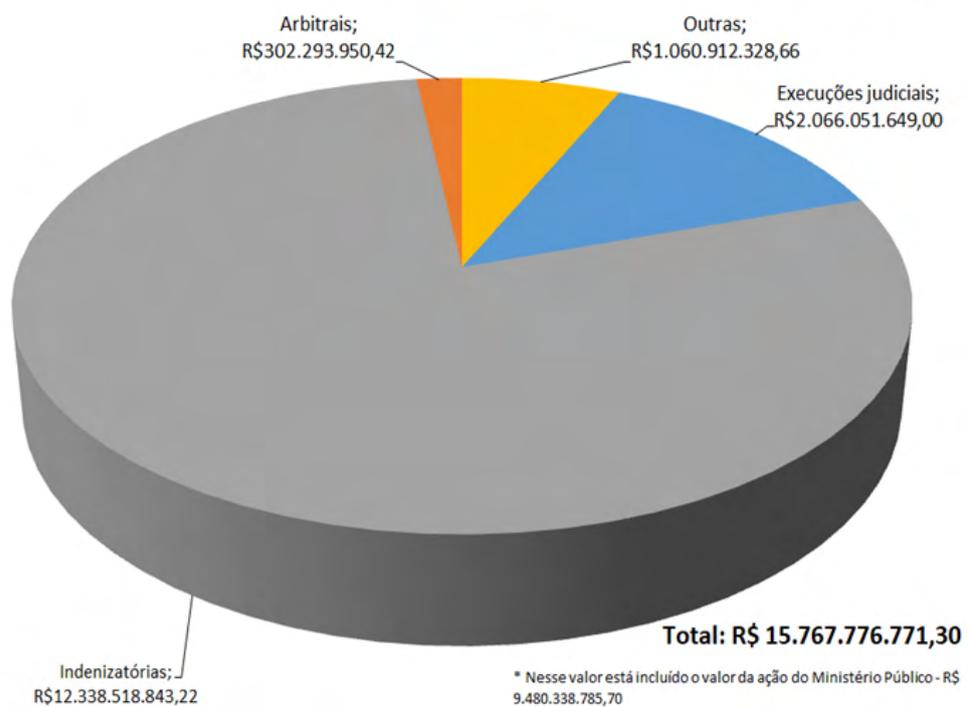
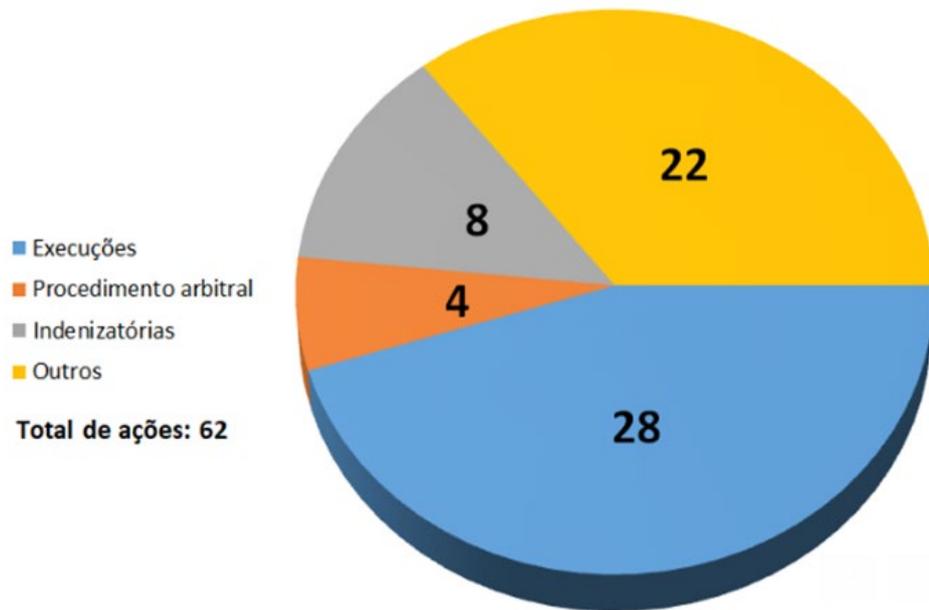


Ainda em relação ao Contencioso, informamos que, em 2020, segundo sistema Atena, foram realizadas 58 previsões de recebimento, conforme gráfico, totalizando R\$ 5.460.077,45 (cinco milhões, quatrocentos e sessenta mil, setenta reais e quarenta e cinco centavos) em devolução de valores a título de depósitos judiciais e recursais.



### CJI – Coordenação Jurídica de Investimentos

A Coordenação de Investimentos manejou, em 2020, 62 processos, que envolvem a recuperação de um total equivalente de R\$ 15.767.776.771,30 (quinze bilhões, setecentos e sessenta e sete milhões, setecentos e setenta e seis mil, setecentos e setenta e um reais e trinta centavos) em ativos. Tais ações envolvem demandas indenizatórias, execuções judiciais, arbitrais e outras demandas diversas. Dentre o valor indicado acima, encontra-se Ação Civil de Improbidade Administrativa, mantida em curso pelo Ministério Público Federal que visa recuperar valores equivalentes a R\$ 9.480.338.785,70 (nove bilhões, quatrocentos e oitenta milhões, trezentos e trinta e oito mil, setecentos e oitenta e cinco reais e setenta centavos). Segue abaixo gráfico exemplificativo:



## Coordenação de Financiamento e Empréstimos - CFE/GIN

O ano de 2020 foi marcado pelo início da pandemia causada pela COVID-19. Nesse sentido, com o intuito de reduzir/minimizar os impactos econômico-financeiros aos participantes e suas famílias, em abril, o Postalís abriu a possibilidade de realização de suspensão extraordinária dos pagamentos mensais por um período de 3 meses, sem a incidência de correção monetária e juros. Esta ação beneficiou cerca de 16.000 contratos.

Novamente, em setembro, foi lançada a segunda versão da suspensão extraordinária, nos mesmos moldes da primeira, contudo, por um prazo de dois meses, tendo alcançado mais de 9.000 contratos.

Ao longo de 2020 foram concedidos mais de R\$ 390 milhões, em quase 30.000 novos empréstimos. As taxas de juros oferecidas pelo Postalís são mais atrativas que as praticadas pela grande maioria dos bancos comerciais.

## Responsabilidade Socioambiental

### Nos Investimentos

As políticas de investimento do Postalís contêm princípios específicos que demonstram a sua orientação para investimentos responsáveis. Elas estabelecem que a entidade realize suas análises e investimentos observando os seguintes princípios:

- a) observação da boa governança corporativa;
- b) combate às práticas discriminatórias;
- c) proteção dos direitos humanos;
- d) conduta ética;
- e) apoio à erradicação do trabalho forçado e infantil em todos os elos da cadeia produtiva;
- f) respeito e promoção do trabalho da mulher;
- g) respeito à diversidade;
- h) melhoria contínua das condições de trabalho;
- i) programa de tratamento de resíduos de forma responsável;
- j) respeito à representação dos trabalhadores; e

k) utilização sustentável de recursos naturais.

## **Na Gestão de Pessoas**

### **Programa Jovem Aprendiz**

Iniciado em 2010, tem o objetivo de incluir, capacitar e promover o desenvolvimento profissional de jovens estudantes que estão ingressando no mercado de trabalho. O programa é voltado para jovens entre 14 e 24 anos, selecionados por meio de processo seletivo.

Desde o seu início, este programa já possibilitou o incentivo e desenvolvimento de 36 jovens, proporcionando condições para que possam atuar no mercado de trabalho. Deste grupo, 04 jovens foram contratados e fazem parte do quadro funcional do Postalís.

### **Programa de Estágio**

O programa oferece aos estudantes a oportunidade de entrar em contato com o mercado de trabalho e possibilita a identificação de novos talentos que possam agregar valor Instituto. Desde que foi instituído o programa, em 2008, o Instituto já recebeu 59 estagiários, sendo que 6 foram contratados e fazem parte de nosso quadro funcional atualmente.

## Postalís em Números

### Consolidado Estatístico

<b>49.507</b>	participantes ativos no plano BD
<b>86.291</b>	participantes ativos no plano POSTALPREV
<b>27.317</b>	aposentados no plano BD
<b>4.734</b>	aposentados no plano POSTALPREV
<b>5.509</b>	pensionistas no plano BD
<b>1.252</b>	pensionistas no plano POSTALPREV
<b>7</b>	participantes em benefício de auxílio-doença no plano BD
<b>911</b>	participantes em benefício de auxílio-doença no plano POSTALPREV
<b>51</b>	idade média dos participantes ativos no plano BD
<b>46</b>	idade média dos participantes ativos no plano POSTALPREV
<b>66</b>	idade média dos participantes assistidos no plano BD
<b>61</b>	idade média dos participantes assistidos no plano POSTALPREV
<b>R\$ 572.514.810,00</b>	contribuições feitas para o plano BD
<b>R\$ 427.816.680,69</b>	contribuições feitas para o plano POSTALPREV
<b>R\$ 859.178.499,57</b>	total de benefícios pagos no plano BD
<b>R\$ 102.723.839,29</b>	total de benefícios pagos no plano POSTALPREV
<b>14º</b>	posição no ranking dos investimentos dos Fundos de Pensão no Brasil (Fonte: ABRAPP)

Nota: as informações estatísticas estão posicionadas no mês de novembro de 2020 e os valores de arrecadação e de pagamento estão posicionados em dezembro 2020.

## Plano Benefício Definido

### Benefícios Pagos

ESPÉCIE	ACUMULADO/2020
	VALOR (R\$)
APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO	698.723.646,20
APOSENTADORIA POR IDADE	5.944.014,41
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	49.808.204,55
APOSENTADORIA ESPECIAL	259.792,32
(=) SUBTOTAL	754.735.657,48
AUXÍLIO DOENÇA	234.432,30
(=) SUBTOTAL	234.432,30
SUPLEMENTAÇÃO DE PENSÃO POR MORTE	84.896.379,99
PECÚLIO POR MORTE	19.312.029,80
(=) SUBTOTAL	104.208.409,79
AUXÍLIO FUNERAL	-
AUXÍLIO NUPCIAL	-
AUXÍLIO NATALIDADE	-
AUXÍLIO RECLUSÃO	-
(=) SUBTOTAL	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>859.178.499,57</b>

### Arrecadação

CONTRIBUIÇÕES	ACUMULADO/2020
	VALOR (R\$)
PARTICIPANTES (LIMINAR)	-
ATIVOS EQUACIONAMENTO	68.672.972,42
ASSISTIDOS	68.554.985,90
ASSISTIDOS EQUACIONAMENTO	149.235.108,21
<b>SUBTOTAL PARTICIPANTES</b>	<b>286.463.066,53</b>
NORMAL PATROCINADORAS	68.561.327,53
ESPECIAL PATROCINADORA ECT	-
ESPECIAL POSTALIS	-
EQUACIONAMENTO PATROCINADORAS	217.490.415,94
<b>SUBTOTAL PATROCINADORAS</b>	<b>286.051.743,47</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>572.514.810,00</b>

## Estatísticas Gerais

Descrição	PBD
Participantes Sexo Masculino	39.145
Participantes Sexo Feminino	10.362
<b>Total de Participantes</b>	<b>49.507</b>
Aposentados Sexo Masculino	20.672
Aposentados Sexo Feminino	6.645
<b>Total de Aposentados</b>	<b>27.317</b>
Idade Média – Aposentados	66
Benefício Médio – Aposentados	R\$ 2.150,27
Pensionistas Sexo Masculino	680
Pensionistas Sexo Feminino	4.829
<b>Total de Pensionistas</b>	<b>5.509</b>
Idade Média – Pensionista	68
Benefício Médio – Pensionista	R\$ 1.202,48
Participantes em Auxílio-Doença Sexo Masculino	5
Participantes em Auxílio-Doença Sexo Feminino	2
<b>Total de Participantes em Auxílio-Doença</b>	<b>7</b>
Idade Média – Auxílio-Doença	66
Benefício Médio – Auxílio-Doença	R\$ 3.384,86
<b>Total de Assistidos</b>	<b>32.833</b>
Participantes Ativos -Patrocinadora ECT	49.474
Participantes Ativos – Patrocinadora POSTALIS	64
Idade Média dos Participantes Ativos	51
Idade Média dos Assistidos	66
INPC Acumulado desde mar/08	103,29%

Tipo de Benefício	Masculino	Feminino	Total
Aposent. por Tempo de Contrib.	17.269	5.618	22.907
Aposent. por Idade	142	155	297
Aposent. por Invalidez	3.233	871	4.104
Aposent. Especial	6	1	9
<b>Subtotal Aposentadorias</b>	<b>20.672</b>	<b>6.645</b>	<b>27.317</b>
Auxílio Doença	5	2	7
Pensão por morte	680	4.829	5.509

## Plano Postalprev

### Benefícios Pagos

ESPÉCIE	ACUMULADO/2020
	VALOR (R\$)
APOSENTADORIA NORMAL	36.681.071,11
APOSENTADORIA ANTECIPADA	19.758.195,83
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	7.206.312,66
APOSENTADORIA BAA/BAN (PGTO ÚNICO)	-
(=) SUBTOTAL	63.645.579,45
BENEFÍCIO DE PECÚLIO POR MORTE	7.083.272,14
PENSÃO POR MORTE	10.748.527,97
PENSÃO POR MORTE (PGTO ÚNICO)	-
(=) SUBTOTAL	17.831.800,11
AUXÍLIO DOENÇA	21.246.459,73
(=) SUBTOTAL	21.246.459,73
TOTAL GERAL	102.723.839,29

### Arrecadação

CONTRIBUIÇÕES	ACUMULADO/2020
	VALOR (R\$)
PARTICIPANTES BÁSICA	181.474.391,83
PARTICIPANTES ESPECÍFICA	30.939.375,55
PARTICIPANTES VOLUNTÁRIA	3.461.892,02
PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIA	485.099,87
PARTICIPANTES NORMAL - ASSISTIDOS (BAD)	1.500.621,71
SUBTOTAL PARTICIPANTES	217.861.380,98
PATROCINADORAS REGULAR	176.050.170,42
PATROCINADORAS ESPECÍFICA	32.413.300,61
PATROCINADORAS NORMAL - ASSISTIDOS (BAD)	1.491.828,68
SUBTOTAL PATROCINADORAS	209.955.299,71
TOTAL GERAL	427.816.680,69

## Estatísticas Gerais

Descrição	Postalprev
Participantes Sexo Masculino	66.384
Participantes Sexo Feminino	19.927
<b>Total de Participantes Ativos</b>	<b>86.291</b>
Aposentados Sexo Masculino	3.516
Aposentados Sexo Feminino	1.218
<b>Total de Aposentados</b>	<b>4.734</b>
Idade Média – Assistido	61
Benefício Médio – Assistido	R\$ 1.006,35
Pensionistas Sexo Masculino	102
Pensionistas Sexo Feminino	1.150
<b>Total de Pensionistas</b>	<b>1.252</b>
Idade Média – Pensionista	58
Benefício Médio – Pensionista	R\$ 523,04
Auxílio-Doença – Sexo Masculino	683
Auxílio-Doença – Sexo Feminino	228
<b>Total de Participantes em Auxílio-Doença</b>	<b>911</b>
Idade Média – Auxílio-Doença	48
Tempo de Patrocinador – Auxílio-Doença	20
Tempo de Plano – Auxílio-Doença	12
Benefício Médio – Auxílio-Doença	R\$ 1.540,35

Tipo de Benefício	Masculino	Feminino	Total
Aposent. Normal	1.653	479	2.132
Aposent. Antecipada	978	520	1.498
Aposent. por Invalidez	665	219	1.104
<b>Subtotal Aposentadorias</b>	<b>3.516</b>	<b>1.218</b>	<b>4.734</b>
Auxílio Doença	-	-	0
Pensão por morte	1.150	102	1.252

## Estudo das Premissas

### Plano de Benefício Definido

PREMISSAS BIOMÉTRICAS/DEMOGRÁFICAS	Exercício 2020	Exercício 2019
Tábua de Mortalidade Geral/ Sobrevida	AT-2000 M8F	AT-2000 M8F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 M (A65%) e F (A75%)	AT-49 M (A65%) e F (A75%)
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT MÉDIA (D65%)	LIGHT MÉDIA (D65%)
Custo de Pensão	Benefícios a Conceder: Família Padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da Avaliação Atuarial	Benefícios a Conceder: Família Padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da Avaliação Atuarial
	Benefícios Concedidos: Família Real.	Benefícios Concedidos: Família Real.
Rotatividade	EXP. POSTALIS ROT 2020 (Taxa Média de 2,52% até a Aposentadoria e nula após essa idade).	EXP. GAMA ROT 2019 (Taxa média de 1,33% até a aposentadoria e nula após essa idade)
Entrada em aposentadoria(1)	Entre 24 e 25 meses	Entre 24 e 25 meses

(1) Hipótese considera que os participantes irão solicitar a concessão do benefício de aposentadoria após 2 anos da idade estabelecida no regulamento do plano

BASES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	Exercício 2020	Exercício 2019
Taxa de Juros Técnico Atuarial	4,60% a.a.	4,60% a.a.
Crescimento Real Anual do Salário	Não aplicável	Não aplicável
Fator de Capacidade	98,00%	98,00%

### Plano Postalprev

PREMISSAS BIOMÉTRICAS/DEMOGRÁFICAS	Exercício 2020	Exercício 2019
Tábua de Mortalidade Geral/ Sobrevida	BR-EMSsb-2015 M8F (D10%)	BR-EMSsb-2015 M8F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP 2000 DISABLED	RP 2000 DISABLED
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT FRACA (A25%)	LIGHT MÉDIA D80%
Custo de Pensão	Benefícios a Conceder: Família Padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da Avaliação Atuarial	Benefícios a Conceder: Família Padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da Avaliação Atuarial
	Benefícios Concedidos: Família Real.	Benefícios Concedidos: Família Real.
Rotatividade	Experiência PostalPrev 2015-2019 (taxa média de 3,44% até a aposentadoria e nula após essa idade)	Experiência PostalPrev 2015-2018 (taxa média de 2,79% até a aposentadoria e nula após essa idade)
Entrada em aposentadoria	Não aplicável	Não aplicável

BASES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	Exercício 2020	Exercício 2019
Crescimento Real Anual do Salário	2,00% a.a.	2,00% a.a.
Taxa de Juros Técnico Atuarial	4,80% a.a.	4,80% a.a.
Fator de Capacidade	98,00%	98,00%

## Demonstrativo de Investimentos

### Composição Patrimonial - Plano Benefício Definido (Em R\$ mil)

Ativo	Benchmark	Vencimento	Valor de Custo	Valor Total dos Investimentos	
				2020	2019
INVESTIMENTOS				3.342.324	3.193.996
A. Títulos Públicos				1.414.168	1.685.440
Notas do Tesouro Nacional				1.365.177	1.580.840
NTN-B				1.365.177	1.580.840
NTN-B	TPF	IPCA + (5,84% a 6,75%)	15/08/2020	102.154	133.811
NTN-B	TPF	IPCA + (6,05% a 7,14%)	15/05/2021	194.354	264.213
NTN-B	TPF	IPCA + (5,57% a 6,28%)	15/08/2022	192.725	308.197
NTN-B	TPF	IPCA + 6,04%	15/05/2023	29.940	34.458
NTN-B	TPF	IPCA + (2,38% a 6,43%)	15/08/2024	78.235	109.383
NTN-B	TPF	IPCA + 5,65%	15/08/2026	24.992	39.939
NTN-B	TPF	IPCA + (2,61% a 2,75%)	15/08/2028	547.869	574.053
NTN-B	TPF	IPCA + 3,10%	15/08/2030	84.832	90.502
NTN-B	TPF	IPCA + (5,15% a 5,18%)	15/05/2035	66.966	87.404
NTN-B	TPF	IPCA + (6,17% a 6,41%)	15/05/2045	99.177	163.294
NTN-B	TPF	IPCA + (6,29%)	15/08/2050	22.811	48.859
Letras Financeiras do Tesouro Nacional				48.991	104.601
LFT	TPF		01/03/2022	48.794	48.874
LFT	TPF		01/09/2025	100.823	104.601
LFT	TPF		01/09/2026	116	116
B. Créditos Privados e Depósitos				39.789	50.550
Instituições Financeiras			1.540		2.517
BNPM - PANAMERICANO	CDB		18/12/2020	1.540	2.517
Companhias Abertas				29.598	38.867
VALE DO RIO DOCE	DEBNE		30/12/2021	4	18.686
BMG	DEBN		12/09/2022	25.000	17.454
VALORES A RECEBER	DEBN				10.567
Companhias Fechadas				10.191	9.146
IFSC - INFRASEC SECURITIZADORA SA	CRI	IGPM + 7,8% a.a.	07/04/2027	9.734	9.146
C. Ações				31.093	51.486
Sociedade de Propósito Específico				6.107	8.777
BBM DB INCORPORAÇÕES S.A.	SPE	IPCA + 8% a.a.	20/02/2021	13.383	6.107
Ações				24.896	42.709
JOÃO FORTES			-	-	9.114
PLASCAR			-	-	6.591
RAIL3			-	-	19.908

Ativo			Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	
					2020	2019
D. Fundos de Investimentos					1.310.816	882.639
Referenciado					25.945	72.369
SANTANDER INST	FIRF		Aberto			72.369
BTG TESOIRO SELIC	FIRF		Aberto		25.945	
Fundo de Investimento em ações					342.503	
FIC DE FUNDO DE INVESTIMENTOS POSTAL BRASIL	FICFIA		Aberto		342.503	
Renda Fixa					7.409	7.665
INSTIT. CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVEST. RENDA FIXA	FIRF		Aberto	-	7.409	7.665
Dívida Externa					196.099	112.134
BNY Mellon FIC FIRF Dívida Externa	FIDE		Aberto	-	196.099	112.134
Multimercado					2.387	477
FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO HUNGRIA	FIRF		Fechado - Exclusivo	-	2.387	477
Direitos Creditórios					-	391.823
FUNDO DE INVEST. EM DIREITOS CREDIT. MULTISSETORIAL ITÁLIA	FIDC		Fechado	-	302	627
CJP FIDC NÃO PADRONIZADOS - CRÉDITOS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS	FIDC		Aberto	-	391.521	398.051
Empresas Emergentes					5.624	17.445
EMPREENDEDOR BRASIL - FMIEE	FMIEE		Fechado	14.700		11.526
JARDIM BOTÂNICO VC I - FMIEE	FMIEE		Fechado	16.000	5.624	5.919
Participações - Plano BD					339.027	273.870
ENERGIA PCH - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP		Fechado	124.178	248.845	180.567
FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES SAÚDE	FIP		Fechado - Inv. Qualificadas	40.000		
FLORESTAS DO BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP		Fechado	35.303	80.890	83.164
INVESTIDORES INSTITUCIONAIS II - FUNDO DE INVEST. EM PARTICIPAÇÕES	FIP		Fechado	39.308		
INVESTIDORES INSTITUCIONAIS III - FUNDO DE INVEST. EM PARTICIPAÇÕES	FIP		Fechado	32.857	9.292	8.867
MULTINER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP		Fechado	196.899		
NOVA ENERGY I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP		Fechado	99.930		1.271
Valor a Pagar					-30.382	-30.382
FIP MEZANINO MARINE INFRAESTRUTURA	FIP		Fechado	67.500	-2.274	-2.274
FIP MULTISTRATEGIA BIOENERGIA	FIP		Fechado		-27.468	-27.468
INVESTIDORES INSTITUCIONAIS II - FUNDO DE INVEST. EM PARTICIPAÇÕES	FIP		Fechado		-641	-641
MULTINER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES	FIP		Fechado	196.899	-77	-77

<b>E. Investimentos Imobiliários</b>					<b>278.136</b>	<b>271.816</b>
Aluguel e Renda				194.906	278.136	267.407
Locada a Patrocinador			-	194.906	278.136	267.407
Terreno - Cajamar			-	23.671	126.360	126.360
Custo Corrigido			-	171.235	161.255	160.939
Reavaliação Corrigida - Edificação					-11.513	-22.139
Aluguel a receber			-	-	2.034	2.034
Depreciação			-	-		
Provisão para perdas			-	-		
Outros Realizáveis			-	-		213
<b>Outros Investimentos Imobiliários</b>						
Terreno - Finarte			-	-		
Edificação - Finarte			-	-		
Depreciação			-	-		
<b>Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários</b>						<b>4.408</b>
Ed. Birman - Panswinnecke Empreendimentos			-	-		
Ed. Aron Birman 20 - GTS			-	-		1.733
4º Andar Ed. RB1 - JC Investimentos			-	-		1.158
Fazenda Santo Antonio			-	-		1.517
<b>F. Empréstimos e Financiamentos</b>					<b>235.996</b>	<b>234.759</b>
Empréstimos			-	-	235.996	234.759
<b>G. Depósito Judicial</b>					<b>32.415</b>	<b>17.306</b>
Depósitos			-	-	32.415	17.306

**Composição Patrimonial - Plano Postalprev (Em R\$ mil)**

Ativo	Benchmark	Vencimento	Valor de Custo	Valor Total dos Investimentos		
				2020	2019	
INVESTIMENTOS				6.180.105	5.509.205	
<b>A. Títulos Públicos</b>				4.857.344	4.093.150	
<i>Notas do Tesouro Nacional</i>			3.710.806	4.427.210	3.513.209	
NTN-B			3.710.806	4.427.210	3.513.209	
NTN-B	TPF	IPCA + (6,01% a 6,04%)	15/05/2021	89.049	103.386	99.005
NTN-B	TPF	IPCA + (5,49% a 6,71%)	15/08/2022	399.334	516.804	532.804
NTN-B	TPF	IPCA + 5,53%	15/05/2023	30.979	34.828	33.484
NTN-B	TPF	IPCA + (5,08% a 5,25%)	15/08/2026	97.649		119.818
NTN-B	TPF	IPCA + (2,61% a 3,02%)	15/08/2028	524.976	551.485	
NTN-B	TPF	IPCA + (6,25% a 7,00%)	15/08/2030	254.681	367.944	351.204
NTN-B	TPF	IPCA + (5,09% a 7,57%)	15/05/2035	401.339	488.263	466.564
NTN-B	TPF	IPCA + 6,64%	15/08/2040	24.926	32.693	31.256
NTN-B	TPF	IPCA + (5,21% a 6,77%)	15/05/2045	158.570	184.357	223.138
NTN-B	TPF	IPCA + (4,80% a 7,30%)	15/08/2050	1.364.953	1.736.245	1.261.808
NTN-B	TPF	IPCA + (5,08% a 6,10%)	15/05/2055	364.349	411.206	394.128
<i>Letras Financeiras do Tesouro Nacional</i>				430.134	579.941	
LFT	TPF		01/03/2025	20.477	20.781	
LFT	TPF		01/09/2025	231.269		240.581
LFT	TPF		01/03/2026	201.385	201.979	339.360
LFT	TPF		01/09/2026	197.836	196.951	
LFT	TPF		01/03/2027	10.390	10.423	
<b>B. Créditos Privados e Depósitos</b>				84.783	73.933	
<i>Instituições Financeiras</i>				84.783	73.933	
SAFRA	LF		20.000	50.905	44.710	
SAFRA	LF	IPCA + 8,75% a.a.	07/02/2024	10.000	25.686	22.530
SAFRA	LF	IPCA + 8,46% a.a.	07/01/2021	10.000	25.219	22.180
PINE	LF		14.066	33.878	29.222	
PINE	LF	16% a.a.	06/12/2021	874	2.106	1.816
PINE	LF	16% a.a.	22/11/2021	13.182	31.772	27.406
<b>C. Ações</b>				14.057	20.204	
<i>Sociedade de Propósito Específico</i>				14.057	20.204	
BBM DB INCORPORAÇÕES S.A.	SPE	IPCA + 8% a.a.	20/02/2021	30.815	14.057	20.204
Ativo	Benchmark	Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado		
				2020	2019	
<b>D. Fundos de Investimentos</b>				796.890	854.209	
<i>Referenciado</i>				10.124	36.878	
SANTANDERINST	FIRF	Aberto			36.878	
BTG TESOIRO SELIC	FIRF	Aberto		10.124		
<i>Fundo de Investimento em ações</i>				741.912	758.534	
FIC DE FUNDO DE INVESTIMENTOS POSTAL BRASIL	FICFIA	Aberto		741.912	733.454	
EQUITAS SELECTION INSTITUCIONAL II FIA	FIA	Aberto			25.021	

PACIFICO AÇÕES FICFIA	FICFIA		Aberto			60
<b>Fundo Multimercado</b>					41.918	41.321
ABSOLUTE HEDGE	FIM		Aberto		19.063	18.600
AZ QUEST	FIM		Aberto		11.599	11.329
SAGA TOP	FIM		Aberto		11.256	11.392
<b>Direitos Creditórios</b>					302	13.895
FIDC MULTISSETORIAL ITÁLIA	FIDC		Fechado		302	627
FIDC TREND BANK BANCO DE FOMENTO - MULTISSETORIAL	FIDC		Fechado			
SCE FIDC SUBORDINADA	FIDC		Fechado			
VINCI CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO I - FIDC PREFERENCIAL	FIDC		Fechado			13.268
VINCI CRÉDITO E DESENVOLVIMENTO I - FIDC SENIOR	FIDC		Fechado			
POSTALIS CADENCE II FIDC	FIDC		Fechado			
<b>Fundo Imobiliário</b>					2.635	3.581
FII GENERAL SHOPPING ATIVO E RENDA	FII		Fechado		2.635	3.581
<b>E. Empréstimos e Financiamentos</b>					427.031	467.704
Empréstimos			-		427.031	467.704
<b>F. Depósitos Judiciais</b>						5
<b>Cíveis</b>						5

**Composição Patrimonial - PGA (Em R\$ mil)**

Ativo		Benchmark	Vencimento	Valor de Custo	Valor Total dos Investimentos	
					2020	2019
INVESTIMENTOS					196.615	165.998
A. Títulos Públicos					187.612	149.318
<i>Notas do Tesouro Nacional</i>					173.494	79.879
NTN-B	TPF	IPCA + 5,07%	15/08/2026	30.394	38.364	79.879
NTN-B	TPF	IPCA + 3,11%	15/08/2030	126.796	135.130	
LFT					14.117	69.439
LFT	TPF		01/03/2026	787	785	69.439
LFT	TPF		01/09/2026	11.017	10.951	
LFT	TPF		01/03/2027	2.374	2.382	
B. Fundos de Investimentos					9.003	16.680
Renda Fixa					9.003	16.680
SANTANDER INSTITUCIONAL FIRF	FIRF		Aberto			16.680
BTG TESOUREO SELIC	FIRF		Aberto		9.003	

## Resultados e Enquadramentos dos Investimentos

### Rentabilidade dos Planos

PLANO BENEFÍCIO DEFINIDO		RENTABILIDADE	
RENTABILIDADES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO		% NO MÊS (12/2020)	% ACUMULADA
RENTA FIXA		1,98%	7,29%
RENTA VARIÁVEL		6,91%	14,70%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		24,26%	35,99%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		25,80%	74,88%
IMOBILIÁRIO		4,78%	15,84%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,88%	14,14%
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS LÍQUIDA		5,79%	16,47%
META ATUARIAL		1,86%	10,28%

PLANO POSTALPREV		RENTABILIDADE	
RENTABILIDADES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO		% NO MÊS (12/2020)	% ACUMULADA
RENTA FIXA		1,56%	9,38%
RENTA VARIÁVEL		7,11%	-2,11%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		0,73%	1,44%
IMOBILIÁRIO		12,59%	169,92%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		0,19%	5,12%
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS LÍQUIDA		2,03%	6,65%
META ATUARIAL		1,88%	10,49%

PLANO PQA		RENTABILIDADE	
RENTABILIDADES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO		% NO MÊS (12/2020)	% ACUMULADA
RENTA FIXA		4,56%	8,12%
RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS		4,56%	8,12%

### Enquadramento do Plano BD

Segmento	Política de Investimento	Res. CMN 4.661	Valor Aplicado	
			R\$	%
DISPONÍVEL			429.656,19	0,01%
RENTA FIXA	100%	100%	2.288.438.041,45	69,14%
RENTA VARIÁVEL	20%	70%	341.171.414,78	10,31%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	15%	20%	401.204.998,70	12,12%
INVESTIMENTOS EXTERIOR	6%	10%	196.098.944,56	5,92%
IMOBILIÁRIO	15%	20%	461.066.613,81	13,93%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES*	15%	15%	235.995.830,11	7,13%
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS			32.415.439,46	0,98%
VALORES A PAGAR / RECEBER / CAIXA			-2.171.217,30	-0,07%
(-) EXIGÍVEL OPERACIONAL			-4.177.917,17	-0,13%
(-) EXIGÍVEL CONTINGENCIAL			-28.695.723,20	-0,87%
(-) PROVISÕES (IMPAREMTO)			-611.896.516,36	-18,49%
<b>RECURSOS GARANTIDORES</b>			<b>3.309.879.565,03</b>	

\*A alocação do segmento de operações com participantes considera o saldo principal sem provisões.

### Enquadramento do Plano Postalprev

Segmento	Política de Investimento	Res. CMN 4.661	Valor Aplicado	
			R\$	%
DISPONÍVEL			800.590,13	0,01%
RENDA FIXA	100%	100%	5.037.237.693,37	81,54%
RENDA VARIÁVEL	30%	70%	713.338.355,76	11,55%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	3%	20%	46.587.308,55	0,75%
INVESTIMENTOS EXTERIOR	5%	10%	-	0,00%
IMOBILIÁRIO	10%	20%	13.556.448,98	0,22%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	15%	15%	427.030.772,63	6,91%
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS			5.074,18	0,00%
VALORES A PAGAR / RECEBER / CAIXA			9.978.833,96	0,16%
(-) EXIGÍVEL OPERACIONAL			-3.488.398,51	-0,06%
(-) EXIGÍVEL CONTINGENCIAL			-	0,00%
(-) PROVISÕES (IMPAIRMENT)			-87.623.956,42	-1,09%
<b>RECURSOS GARANTIDORES</b>			<b>6.177.422.722,63</b>	

## Enquadramento do Plano PGA

Segmento	Política de Investimento	Res. CMN 4.661	Valor Aplicado	
			R\$	%
DISPONÍVEL			113.796,05	0,06%
RENDA FIXA	100%	100%	196.615.971,95	99,94%
RENDA VARIÁVEL	0%	70%	-	0,00%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0%	20%	-	0,00%
INVESTIMENTOS EXTERIOR	0%	10%	-	0,00%
IMOBILIÁRIO	0%	20%	-	0,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0%	15%	-	0,00%
DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS			-	0,00%
VALORES A PAGAR / RECEBER / CAIXA			1.379,30	0,00%
(-) EXIGÍVEL OPERACIONAL			-	0,00%
(-) EXIGÍVEL CONTINGENCIAL			-	0,00%
<b>RECURSOS GARANTIDORES</b>			<b>196.728.368,70</b>	

## Demonstrativo das Despesas

### Despesas com Administração Direta de Investimentos

Despesas 2020	TERCEIRIZADA			CARTEIRA PRÓPRIA*		
	BD	CV	PGA	BD	CV	PGA
Taxa de Administração e Gestão	(11.296.680,29)	(15.436.466,39)	(30.314,05)	-	-	-
Taxa de Custódia	(630.741,72)	(211.478,59)	-	(690.872,30)	(1.071.339,40)	(36.397,27)
Taxa de Performance	-	(6.941,55)	-	-	-	-
Taxa CVM	(407.738,31)	(98.345,90)	(669,08)	-	-	-
Taxa CETIP	(381.659,40)	(218.604,13)	(1.936,05)	(128.125,74)	(15.780,08)	-
Taxa ANBIMA	(20.499,33)	(16.756,31)	(135,32)	-	-	-
Taxa de Distribuição	-	-	-	-	-	-
Taxa de Escrituração	(6.865,05)	(1.062,14)	-	-	-	-
Taxa CBLC	(1.958,20)	(4.305,70)	-	(1.859,42)	(1.804,22)	-
Taxa de Estruturação	(358,85)	-	-	-	-	-
Taxa SELIC	(1.669,04)	(1.831,27)	(131,15)	(44.649,66)	(132.739,88)	(4.978,46)
Despesas Auditoria	-	-	-	-	-	-
Despesas Cartório	(25.360,99)	(333,05)	-	-	-	-
Despesas Jurídicas	(2.134.764,93)	(46.738,50)	-	(1.314.831,35)	(40.439,56)	-
Correspondências	(1.793,03)	(27,06)	(1,23)	-	-	-
Gráfica	(448,81)	(214,68)	-	-	-	-
Taxa de Liquidação Financeira	(61.681,15)	(920,11)	-	-	-	-
Despesas Bancárias	(2.612,81)	(635,54)	-	-	-	-
Despesas Administrativas	(6.978,04)	-	-	-	-	-
Arbitragem	(44.983,57)	-	-	(167.201,36)	-	-
Agente fiduciário	-	-	-	-	-	-
Despesas de Consultoria	(66.000,00)	(34.000,00)	-	-	-	-
Diversas	-	-	-	-	-	-
BM&F Bovespa	-	-	-	-	-	-
Imposto com recuperação	-	-	-	-	-	-
Agentes de recuperação	-	-	-	(1.672.181,79)	(669.330,33)	-
Taxa de recuperação	-	-	-	-	-	-
IOF	(3.921,96)	(7.642,18)	(629,41)	-	-	-
Outras despesas	(36.383,12)	(218.815,91)	(29.017,60)	-	-	-
<b>Subtotais</b>	<b>(15.133.098,61)</b>	<b>(16.305.119,01)</b>	<b>(62.833,88)</b>	<b>(3.019.721,62)</b>	<b>(1.931.433,47)</b>	<b>(41.375,73)</b>
<b>Totais</b>	<b>Terceirizada</b>			<b>Carteira Própria</b>		
			<b>(31.501.051,50)</b>			<b>(4.992.530,82)</b>
* Despesas pagas ao custodiante referentes aos investimentos da carteira própria.						

## Síntese da Política de Investimento para 2021-2025

---

A síntese das Políticas de Investimento que norteiam as aplicações dos planos de benefícios (BD e Postalprev) nos próximos cinco anos, sendo revisadas anualmente, e não substituindo a íntegra dos documentos disponibilizados no site do Instituto: [www.postalis.org.br](http://www.postalis.org.br).

Tais diretrizes objetivam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade suficientes para o equilíbrio entre ativos e passivos, bem como evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam adequados aos objetivos dos planos.

O Postalís adota normas e políticas de controles internos estabelecidas na Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, buscando:

- a adoção de uma cultura interna que visa às práticas de governança na gestão dos investimentos de forma ética, observando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência;

- responsabilidades e limites de alçadas acerca dos investimentos, desinvestimentos e repactuações, todas condicionadas à aprovação dos órgãos colegiados (Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo) e vedações nos termos e condições legais;

- realização de reuniões periódicas, analisando e acompanhando os investimentos a fim de monitorar tempestivamente os diversos riscos inerentes, inclusive acerca da alocação por segmento na carteira de investimentos;

- apreçamento dos ativos financeiros a valor de mercado de acordo com os critérios previstos na CVM e na Anbima, não excluindo a possibilidade de contabilizar a marcação na curva dos títulos carregados até o vencimento do papel;

- os melhores resultados e menores impactos ambientais decorrente de suas atividades, observando os princípios socioambientais; e

- em cumprimento a Resolução 4.661/2018 – CMN, o Postalís, adicionalmente, segue os procedimentos da Instrução da Previc nº 35 de 2020, utilizando normativos, tais como: Política de Risco de Investimentos, Política de

Seleção de Prestadores de Serviços de Investimentos, manuais normativos de Investimentos e de Apreçamento de Ativos de Investimentos.

O quadro a seguir demonstra o índice de referência dos planos de investimentos para atingimento das respectivas metas.

Segmento	Postalprev	BD
Índice de referência / Meta atuarial	INPC + 4,80 a.a.	INPC + 4,60 a.a.
Renda Fixa	INPC + 5,85%	INPC + 2,98%
Renda Variável	Selic + 9,66%	Selic + 9,66%
Estruturados	Selic + 4,00%	Selic + 4,00%
Exterior	INPC + 0,85%	INPC + 0,85%
Imobiliário	INPC + 5,50 a.a.	INPC + 5,50 a.a.
Operações com participantes	INPC + 5,40 a.a.	INPC + 5,20 a.a.

Na sequência, a tabela apresenta a alocação-objetivo (buscada pelo Instituto) para o exercício de 2021 e os limites de realocação permitidos.

Plano BD <sup>1</sup>				
Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	36,20%	20%	100%
Renda Variável	70%	30,50%	0%	50%
Investimentos Estruturados	20%	15,00%	0%	20%
Investimentos no Exterior	10%	10,00%	0%	10%
Imobiliário	20%	0,00%	0%	20%
Operações com Participantes	15%	8,30%	0%	15%
* A alocação objetiva apresentada no quadro foi aprovada na 11ª Reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo, ocorrida em 23 de dezembro de 2020, considerando a manutenção da taxa atuarial de INPC + 4,60% a.a. para o plano BD.				
Plano Postalprev				
Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites	
			Inferior	Superior
Renda Fixa	100%	66,80%	40%	100%
Renda Variável	70%	13,30%	0%	30%
Investimentos Estruturados	20%	0,90%	0%	20%
Investimentos no Exterior	10%	8,70%	0%	10%
Imobiliário	20%	0,00%	0%	20%
Operações com Participantes	15%	10,30%	0%	15%

## Demonstrações Contábeis

### Balço Patrimonial - Consolidado

ATIVO	Exercício 2020	Exercício 2019	PASSIVO	Exercício 2020	Exercício 2019
DISPONÍVEL	1.344	7.869	EXIGÍVEL OPERACIONAL (Nota 9)	250.763	255.558
			GESTÃO PREVIDENCIAL	235.017	209.566
			GESTÃO ADMINISTRATIVA	11.983	11.689
REALIZÁVEL	9.963.088	9.093.831	INVESTIMENTOS	3.764	34.303
GESTÃO PREVIDENCIAL (Nota 6.1)	176.357	162.410			
GESTÃO ADMINISTRATIVA (Nota 6.2)	67.688	62.223			
INVESTIMENTOS (Nota 6.3)	9.719.044	8.869.199	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL (Nota 10)	163.431	74.961
Títulos públicos	6.459.124	5.927.908	GESTÃO PREVIDENCIAL	80.175	6.549
Créditos privados e depósitos	124.572	124.483	GESTÃO ADMINISTRATIVA	54.561	54.639
Ações	45.060	71.690	INVESTIMENTOS	28.696	13.773
Fundos de investimentos	2.116.709	1.753.528			
Investimentos imobiliários	278.136	271.816	PATRIMÔNIO SOCIAL	9.554.702	8.775.152
Empréstimos e financiamentos	663.027	702.464	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	8.747.443	8.032.717
Depósitos Judiciais	32.415	17.311	PROVISÕES MATEMÁTICAS (Nota 12)	15.688.846	14.806.245
			Benefícios Concedidos	12.778.532	12.415.978
			Benefícios a Conceder	8.652.060	8.008.462
PERMANENTE (Nota 6.4)	4.464	3.971			
Imobilizado	885	1.298	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.741.747)	(5.618.195)
Intangível	3.579	2.673	(-) Déficit Equacionado	(5.741.747)	(5.618.195)
			EQUILÍBRIO TÉCNICO	(6.941.403)	(6.773.528)
			Resultados Realizados	(6.941.403)	(6.773.528)
			Superávit Técnico Acumulado	(6.941.403)	(6.773.528)
			FUNDOS (Nota 13)	807.259	742.435
			FUNDOS PREVIDENCIAIS	573.168	543.747
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	209.728	177.528
			FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	24.363	21.160
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>9.968.897</b>	<b>9.105.671</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>9.968.897</b>	<b>9.105.671</b>

## Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidado

DESCRIÇÃO		2020	2019	Variação (%)
A)	PATRIMÔNIO SOCIAL – INÍCIO DO EXERCÍCIO	8.775.153	7.644.755	14,8%
	1. ADIÇÕES	1.938.531	2.353.565	-17,6%
(+)	Contribuições Previdenciais	966.039	910.570	
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	879.473	1.349.014	
(+)	Reversão Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	-	1.036	
(+)	Receitas Administrativas	73.873	62.853	
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa	14.946	18.345	
(+)	Reversão Líquida de Contingências – Gestão Administrativa	998	9.303	
	Constituição de Fundos de Investimentos	3.203	2.443	
(-)	2. DESTINAÇÕES	(1.158.981)	(1.223.167)	-5,2%
(-)	Benefícios	(1.022.652)	(1.168.706)	
(-)	Constituição Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	(78.713)	(363)	
(-)	Despesas Administrativas	(57.616)	(54.098)	
	3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)	779.550	1.130.398	-31,0%
(+/-)	Provisões Matemáticas	882.601	1.785.870	
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(167.875)	(782.185)	
(+/-)	Fundos Previdenciais	29.421	67.866	
(+/-)	Fundos Administrativos	32.200	36.404	
(+/-)	Fundos dos Investimentos	3.203	2.443	
B)	PATRIMÔNIO SOCIAL – FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	9.554.702	8.775.153	8,9%

## Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido - Por Plano

### Benefício Definido

DESCRIÇÃO		2020	2019	Variação (%)
A)	ATIVO LÍQUIDO – INÍCIO DO EXERCÍCIO	3.210.399	2.867.799	11,9%
	1. ADIÇÕES	1.053.718	1.193.235	-11,7%
(+)	Contribuições Previdenciais	572.614	559.137	
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	481.104	633.062	
(+)	Reversão Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	-	1.036	
	2. DESTINAÇÕES	(957.031)	(850.635)	12,5%
(-)	Benefícios	(869.669)	(841.431)	
(-)	Constituição Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	(78.687)	-	
(-)	Custeio Administrativo	(8.674)	(9.204)	
	3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	96.687	342.600	-71,8%
(+/-)	Provisões Matemáticas	268.819	1.093.528	
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(172.132)	(750.928)	
B)	ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	3.307.086	3.210.399	3,0%
C)	FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	31.053	25.356	22,5%
(+/-)	Fundos Administrativos	26.078	20.708	
(+/-)	Fundos dos Investimentos	4.976	4.648	

**Postalprev**

DESCRIÇÃO		2020	2019	Variação (%)
A)	ATIVO LÍQUIDO – INÍCIO DO EXERCÍCIO	5.366.066	4.617.115	16,2%
	1 . ADIÇÕES	826.249	1.097.076	-24,7%
(+)	Contribuições Previdenciais	427.880	381.123	
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	398.369	715.952	
	2 . DESTINAÇÕES	(178.789)	(348.125)	-48,6%
(-)	Benefícios	(152.983)	(327.275)	
(-)	Constituição Líquida de Contingências – Gestão Previdencial	(26)	(363)	
(-)	Custos Administrativos	(25.780)	(20.487)	
	3 . ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	647.460	748.951	-13,6%
(+/-)	Provisões Matemáticas	613.782	692.342	
(+/-)	Fundos Previdenciais	29.421	67.866	
(+/-)	Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	4.257	(11.257)	
B)	ATIVO LÍQUIDO – FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	6.013.526	5.366.066	12,1%
C)	FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	203.038	173.332	17,1%
(+/-)	Fundos Administrativos	183.651	156.820	
(+/-)	Fundos dos Investimentos	19.387	16.512	

**Demonstração do Ativo Líquido - Por Plano**
**Benefício Definido**

DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação (%)
<b>1 . ATIVOS</b>	<b>3.544.642</b>	<b>3.378.380</b>	<b>4,8%</b>
Disponível	430	1.188	
Recebível	201.889	183.196	
Investimentos	3.342.324	3.193.996	
Títulos públicos	1.414.168	1.685.440	
Créditos privados e depósitos	39.789	50.550	
Ações	31.003	51.486	
Fundos de investimentos	1.310.816	882.639	
Investimentos imobiliários	278.136	271.816	
Empréstimos e financiamentos	235.996	234.759	
Depósitos Judiciais	32.415	17.306	
<b>2 . OBRIGAÇÕES</b>	<b>206.503</b>	<b>142.625</b>	<b>44,8%</b>
Operacional	97.633	122.303	
Contingencial	108.870	20.322	
<b>3 . FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>31.053</b>	<b>25.356</b>	<b>22,5%</b>
Fundos Administrativos	26.078	20.708	
Fundos dos Investimentos	4.976	4.648	
<b>4 . TOTAL DOS ATIVOS LÍQUIDOS (1 – 2 – 3)</b>	<b>3.307.085</b>	<b>3.210.398</b>	<b>3,0%</b>
Provisões Matemáticas	10.264.832	9.996.013	
Superávit/(Déficit) Técnico	(6.957.747)	(6.785.615)	
<b>5 . APUURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO</b>			
a) Equilíbrio Técnico	(6.957.747)	(6.785.615)	
b) (+/-) Ajuste de Predicção	8.476	21.913	
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	(6.949.271)	(6.763.703)	2,7%

**Postalprev**

DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação (%)
<b>1. ATIVOS</b>	<b>6.365.391</b>	<b>5.668.657</b>	<b>12,3%</b>
Disponível	801	1.939	
Recebível	184.485	157.513	
Investimentos	<b>6.180.105</b>	<b>5.509.205</b>	
Títulos públicos	4.857.344	4.093.150	
Créditos privados e depósitos	84.783	73.933	
Ações	14.057	20.204	
Fundos de investimentos	796.890	854.209	
Empréstimos e financiamentos	427.031	467.704	
Depósitos Judiciais	-	5	
<b>2. OBRIGAÇÕES</b>	<b>148.827</b>	<b>129.259</b>	<b>15,1%</b>
Operacional	148.827	129.259	
<b>3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS (Nota 5.4)</b>	<b>203.038</b>	<b>173.332</b>	<b>17,1%</b>
Fundos Administrativos	183.851	156.820	
Fundos dos Investimentos	19.387	16.512	
<b>4. TOTAL DOS ATIVOS LIQUIDOS (1 - 2 - 3)</b>	<b>6.013.526</b>	<b>5.366.066</b>	<b>12,1%</b>
Provisões Matemáticas	5.424.014	4.810.232	
Superávit/(Déficit) Técnico	16.344	12.087	
Fundos Previdenciais	573.168	543.747	
<b>5. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO</b>			
a) Equilíbrio Técnico	<b>16.344</b>	<b>12.087</b>	
b) (+/-) Ajuste de Precificação	<b>45.079</b>	<b>46.755</b>	
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	<b>61.423</b>	<b>58.842</b>	<b>4,4%</b>

## Demonstração das Provisões Técnicas - Por Plano

### Benefício Definido

DESCRIÇÃO	2020	2019
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	3.518.564	3.357.672
1. Provisões Matemáticas	10.264.832	9.996.013
1.1 Benefícios Concedidos	12.179.170	11.826.333
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	12.179.170	11.826.333
1.2 Benefícios a Conceder	3.827.409	3.787.876
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	3.398.372	3.330.886
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	429.037	456.989
1.3 Provisões Matemáticas a Constituir	(5.741.747)	(5.618.195)
(-) Déficit Equacionado	(5.741.747)	(5.618.195)
(-) Patronador(es)	(2.834.706)	(2.782.688)
Equacionamento de 2012	(590.175)	(606.641)
Equacionamento de 2014	(2.244.531)	(2.176.047)
(-) Participantes	(592.011)	(776.289)
Equacionamento de 2012	(111.561)	(168.838)
Equacionamento de 2014	(480.450)	(607.451)
(-) Assistedos	(2.315.090)	(2.059.218)
Equacionamento de 2012	(433.344)	(449.538)
Equacionamento de 2014	(1.881.686)	(1.609.680)
2. Equilíbrio Técnico	(6.957.747)	(6.785.615)
2.1 Resultados Realizados	(6.957.747)	(6.785.615)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(6.957.747)	(6.785.615)
3. Fundos (Nota 5.4)	4.976	4.648
3.1 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.976	4.648
4. Exigível Operacional	97.633	122.303
4.1 Gestão Previdencial	93.455	89.302
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	4.178	33.001
5. Exigível Contingencial	108.870	20.322
5.1 Gestão Previdencial	80.175	6.549
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	28.696	13.773

## Postalprev

DESCRIÇÃO	2020	2019
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	6.181.740	5.511.837
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>5.424.014</b>	<b>4.810.232</b>
1.1 Benefícios Concedidos	599.362	589.645
Contribuição Definida	82.213	110.529
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	517.149	479.117
<b>1.2 Benefício a Conceder</b>	<b>4.824.651</b>	<b>4.220.586</b>
<b>Contribuição Definida</b>	<b>4.824.651</b>	<b>4.220.586</b>
Saldo de Contas – parcela patrocinador(es)/Instituidor(es)	2.373.382	2.077.483
Saldo de Contas – parcela participantes	2.451.269	2.143.104
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>16.344</b>	<b>12.087</b>
2.1 Resultados Realizados	16.344	12.087
<b>Superávit Técnico Acumulado</b>	<b>16.344</b>	<b>12.087</b>
Reserva de Contingência	16.344	12.087
<b>3. Fundos</b>	<b>592.555</b>	<b>560.259</b>
3.1 Fundos Previdenciais	573.168	543.747
3.2 Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial	19.387	16.512
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>148.827</b>	<b>129.259</b>
4.1 Gestão Previdencial	145.339	124.870
4.2 Investimentos – Gestão Previdencial	3.488	4.388

## Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Consolidado

DESCRIÇÃO	2020	2019	Variação (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	177.528	141.125	25,8%
1. Custeio da Gestão Administrativa	88.818	81.198	9,4%
1.1 Receitas	88.818	81.198	9,4%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	34.455	29.690	
Custeio Administrativo dos Investimentos	28.393	23.777	
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	5.201	5.988	
Receitas Diretas	205	221	
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	14.946	18.345	
Outras Receitas	5.619	3.177	
2. Despesas Administrativas	57.616	54.098	6,5%
2.1 Administração Previdencial	24.022	24.333	-1,3%
Pessoal e Encargos	17.665	18.104	
Treinamentos/Congressos e Seminários	35	129	
Viagens e Estádias	10	93	
Serviços de Terceiros	2.578	2.955	
Despesas Gerais	1.250	972	
Depreciações e Amortizações	538	396	
Tributos	1.928	1.656	
Outras Despesas	19	28	
2.2 Administração dos Investimentos	33.594	29.765	12,9%
Pessoal e Encargos	22.592	17.599	
Treinamentos/Congressos e Seminários	57	217	
Viagens e Estádias	19	169	
Serviços de Terceiros	4.273	4.877	
Despesas Gerais	2.644	3.166	
Depreciações e Amortizações	868	714	
Tributos	3.112	2.965	
Outras Despesas	30	57	
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(998)	(9.303)	-89,3%
4. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 – 2 – 3)	32.200	36.404	-11,5%
5. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4)	32.200	36.404	-11,5%
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 5)	209.729	177.528	18,1%

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

### 1. Informações Gerais

O Instituto de Previdência Complementar – Postalís, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, do Ministério da Economia – ME, sob o n.º 00.627.638/0001-57, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, qualificada como multipatrocinada e com multiplano, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal – DF, cujas atividades são regidas pelas Leis Complementares – LC n.º 108/2001 e n.º 109/2001.

A entidade tem como objetivo instituir, administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, em conformidade com as normas do Ministério da Economia – ME, por meio do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho – SEPRT e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

O Postalís dispõe de isenção tributária do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, de acordo com a Lei n.º 11.053/2004 e com a Instrução Normativa – IN, da Secretaria da Receita Federal – SRF n.º 588/2005, alteradas pelas IN SRF n.º 667/2006, e n.º 1.315/2013 respectivamente.

A Entidade está sujeita à tributação do Programa de Integração Social – PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS pelo regime cumulativo sobre as receitas administrativas, nos termos da Lei n.º 12.973/2014, que promoveu alteração no caput do artigo 3 da Lei n.º 9.718/1998, baseada no enquadramento técnico estabelecido na resolução CNPC n.º 12/2013 e da Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar – TAFIC criada pelo artigo 12 da Lei n.º 12.154/2009.

O Instituto administra 02 (dois) planos de benefícios de natureza previdenciária e 01 (um) plano de gestão administrativa, conforme as Resoluções CGPC n.º 16/2005 e n.º 29/2009.

## 2 Planos Administrados

### 2.1 PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – BD – CADASTRO NACIONAL DE PLANOS DE BENEFÍCIOS – CNPB n.º 19.810.004-29

O plano BD é aquele cujos benefícios programados têm seu valor ou nível previamente estabelecido, sendo o custeio determinado por meio de cálculo atuarial de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

O plano foi instituído em 1981 sendo saldado em março de 2008.

O referido plano é patrocinado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios e pelo Postalís, cujas regras de saldamento estão dispostas em seu regulamento vigente, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC, atual Previc, conforme ofício n.º 4.683/2007.

Os benefícios de previdência assegurados pelo regulamento abrangem:

- i. Benefício Proporcional Saldado – BPS;
- ii. BPS por invalidez;
- iii. BPS antecipado;
- iv. Pensão por Morte; e
- v. Pecúlio por Morte somente para os beneficiários de assistidos.

### 2.2 Continuidade Operacional do Plano BD

O Comitê de Riscos de Investimentos – CRI, do Postalís, reportou o Relatório de Estudo de Solvência e Liquidez do Plano BD, que teve por finalidade atender os pressupostos de continuidade operacional do Instituto, em consonância com a Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TA 570, referente ao encerramento das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O estudo, que teve como foco inicial o teste de aderência e de convergência da taxa de juros, revela que os recursos do Plano BD não são suficientes para honrar todo o passivo atuarial estimado. Observou-se que ao desconsiderar novos planos de equacionamento de déficits ou a instituição de uma estratégia previdencial de migração para outro plano, os recursos do plano suportariam a cobertura das obrigações com o pagamento de benefícios por,

aproximadamente, 10 (dez) anos. Portanto, a necessidade de implantação da estratégia previdencial prevista no Termo de Ajuste de Conduta – TAC, publicado em 20 de fevereiro de 2020, torna-se importante para a continuidade do negócio.

O TAC é um compromisso formal do Postalís em buscar uma solução para equacionar o déficit do Plano BD. O termo em si não é a solução, ele é o compromisso do Instituto em estudar e propor alternativas para evitar a liquidação do plano ou um equacionamento de déficit com uma contribuição de aproximadamente 50% do valor da aposentadoria ou do BPS, para os ativos.

O objetivo do acordo é viabilizar a elaboração de estudos técnicos, para o estabelecimento da adequada estratégia previdenciária que ofereça uma solução para o desequilíbrio apresentado pelo plano.

A avaliação atuarial do exercício social de 2020, em relação ao Plano BD, aponta que as Provisões Matemáticas a Constituir montam, em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 5.741.747 mil, referente, em sua integralidade, ao déficit equacionado. Já o equacionamento do déficit técnico acumulado em R\$ 6.957.747 mil deverá ser solucionado por meio do TAC celebrado pelo Postalís, Previc e Correios, em que acordam por uma definição mais adequada de uma estratégia previdenciária para tratamento do desequilíbrio técnico do Plano BD e cuja data final originalmente estabelecida é de 19 de fevereiro de 2022.

Apesar do déficit acumulado, as obrigações de médio prazo do plano estão suportadas pelo seu fluxo financeiro. O plano possui 1/3 (um terço), aproximadamente, da reserva matemática em recursos investidos (Patrimônio de Cobertura), e estes são compatíveis com suas obrigações até o ano de 2030. Além disso, o estudo indica inflexão (descasamento) no fluxo futuro de caixa até o ano de 2022. O estudo levou como premissa de reinvestimento dos recursos uma taxa real de 3% ao ano.

Com relação à liquidez do plano, a qual mensura a disponibilidade de ativos líquidos, independentemente dos respectivos prazos de vencimento ou da volatilidade, para fazer frente às obrigações com participantes projetadas para um ano. Os recursos líquidos do plano são compatíveis com suas obrigações até o ano de 2026.

Portanto, considerando uma taxa real de reaplicação de 3% ao ano conclui-se que o Plano BD possui viabilidade econômica projetada de, aproximadamente, 10 (dez) anos para honrar os seus compromissos. Contudo, quando considerado apenas ativos de alta liquidez, o estudo revela viabilidade até o ano de 2026. O indicador de liquidez foi desenvolvido com o objetivo de evidenciar a capacidade do plano em honrar as obrigações de um ano com os participantes, assim, considera os ativos de maior liquidez, bem como mostra os descasamentos de prazos de realização existentes entre os ativos e o passivo do plano.

Conforme o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, referente à Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2020, elaborado pela empresa de consultoria contratada pelo Postalís, Mercer Brasil, a carteira do plano apresentou um fluxo de caixa insuficiente para cumprir todas as suas obrigações durante o período projetado pelo atuário para pagamento dos benefícios de aposentadoria, tendo como base os cenários e as hipóteses apresentadas no referido estudo.

### **2.3 PLANO POSTALPREV – CV: CADASTRO NACIONAL DE PLANOS DE BENEFÍCIOS – CNPB n.º2.002.047-65**

O Postalprev é um plano estruturado na modalidade de contribuição variável – CV. Na fase de acumulação os saldos de contribuição são estruturados na modalidade de contribuição definida – CD. Já os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada), após sua concessão, bem como os benefícios de risco (invalidez, pensão por morte, pecúlio e auxílio-doença) são estruturados na modalidade BD. O participante também conta com a opção de recebimento do benefício na forma de percentual do saldo de contas.

O plano é patrocinado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Correios e Postalís, estando aberto para novas adesões desde junho/2005.

Os benefícios assegurados pelo regulamento abrangem:

- i. Aposentadoria normal;
- ii. Aposentadoria antecipada;
- iii. Aposentadoria por invalidez;

- iv. Pensão por morte;
- v. Auxílio-doença; e
- vi. Pecúlio por morte.

## 2.4 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Conforme disposto nas Resoluções CGPC n.º 29/2009 e CNPC n.º 29/2018, o PGA tem por finalidade registrar as atividades referentes à gestão administrativa da Entidade, na forma do seu regulamento, aprovado pelo Postalís por meio, à época, da Decisão do Interventor DEC-INT/2019-0033, de 19 de agosto de 2019.

## 2.5 QUADRO DE PARTICIPANTES

No encerramento dos exercícios sociais de 2020 e 2019, o Instituto apresentou a seguinte composição populacional por planos de benefícios:

Situação	Benefício Definido		Postalprev	
	2020	2019	2020	2019
Ativos	49.300	50.228	84.742	88.570
Aposentados	27.393	27.797	4.771	4.822
Pensionistas	6.220	6.429	1.685	1.540
<b>Total</b>	<b>82.913</b>	<b>84.454</b>	<b>91.198</b>	<b>94.932</b>
Idade Média da População	57	57	47	46

Os recursos de que a Entidade dispõe para funcionamento são provenientes de contribuições de suas patrocinadoras e de seus participantes, bem como dos rendimentos auferidos das aplicações desses recursos, observadas as regras fixadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e demais legislações aplicáveis.

### **3 Apresentação das Demonstrações Contábeis**

#### **3.1 Demonstrações Contábeis**

##### **3.1.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis**

Conforme a Instrução SPC n.º 34/2009 e Resolução CNPC n.º 29/2018, as EFPCs devem apresentar as seguintes demonstrações contábeis, ao final do exercício social:

i. Balanço Patrimonial – BP: de forma consolidada, evidencia os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários;

ii. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS: de forma consolidada, apresenta as variações ocorridas no patrimônio social dos planos de benefícios;

iii. Demonstração do Ativo Líquido – DAL: por plano de benefícios, evidencia a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais;

iv. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL: por plano de benefícios, demonstra as mutações ocorridas no ativo líquido;

v. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA: de forma consolidada, evidencia a atividade administrativa da entidade e as alterações do fundo administrativo;

vi. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT: por plano de benefícios, evidencia as alterações do patrimônio de cobertura ao fim de cada exercício, demonstrando os valores das obrigações presentes e futuras dos planos para com os seus participantes; e,

vii. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis: de forma consolidada, apresentam informações complementares quanto à situação patrimonial, as atividades operacionais e outros fatos considerados relevantes pela Entidade.

A escrituração contábil é realizada no Postalís revestida das devidas formalidades legais. A autenticação do livro diário é realizada por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD do Sistema Público de Escrituração Digital

– Sped, na forma estabelecida pela SRFB (Decreto n.º 6.022/2007 e Decreto n.º 9.555/2018).

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva – DEX, em 26 de março de 2021.

## **4 Principais Práticas Contábeis**

### **4.1 Estimativas Atuariais e Contábeis**

As estimativas atuariais e contábeis estabelecidas pela Administração são baseadas em metodologias e premissas periodicamente revisadas pela Entidade. No entanto, por ocasião da realização dessas operações, poderá haver resultados diferentes dos provisionados nas Demonstrações Contábeis devido à subjetividade de algumas premissas.

Dentre as principais estimativas atuariais e contábeis destacamos: provisões atuariais, provisões para perdas em investimentos, valor justo de determinados instrumentos financeiros e imobiliários, definição de vida útil de determinados ativos, exigível contingencial.

### **4.2 Gestão de Riscos**

O Postalís possui um sistema de gestão de riscos destinado a estabelecer regras, limites e metodologia para o monitoramento e a avaliação dos riscos aos quais os recursos dos planos estão expostos. Dentre eles, podemos destacar os riscos elencados abaixo:

#### **4.2.1 Riscos de Mercado**

É o risco de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preço de ações afetarem os ganhos da instituição no valor de seus ativos e instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

O Postalís não utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado diretamente em carteira própria. Também não aplica contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

#### **4.2.2 Riscos de Crédito**

É o risco de o Instituto incorrer em perdas financeiras caso um emissor ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O Postalís limita sua exposição a riscos de crédito ao investir em sua maioria em aplicações de renda fixa, monitorando as classificações de créditos.

Para avaliação do risco de crédito, o Postalís adota o modelo baseado na abordagem da qualidade do crédito, ligado ao risco de degradação do crédito. Assim, para avaliação da capacidade creditícia dos devedores são utilizados os ratings (classificação de risco de crédito).

As agências utilizadas para avaliação são: Moody's, Fitch e Standard & Poor's e outras, que consistem em agentes que emitem relatórios independentes, opinando sobre a qualidade de crédito do emissor e da emissão.

#### **4.2.3 Riscos de Liquidez**

É a possibilidade de perda de capital e pela incapacidade de liquidar determinado ativo em tempo razoável sem perda de valor. Assim, este risco surge quando há dificuldade de encontrar potenciais compradores ao ativo em um prazo hábil sem a necessidade de conceder um grande desconto.

#### **4.2.4 Riscos Corporativos**

São realizados anualmente por consultoria especializada por meio do método de auto avaliação. Ao final de cada ciclo de avaliação, são emitidas matrizes com os riscos originais e residuais.

Os riscos mapeados, descritos no dicionário de riscos, são avaliados, observando as boas práticas de gestão econômico-financeira e de governança corporativa. Para os riscos identificados como relevantes para os objetivos do negócio e que apresentaram grande déficit de controle são criados planos de ação para a sua mitigação e melhoria dos processos.

O dicionário de riscos visa assegurar melhores condições para o desenvolvimento e o fortalecimento da cultura de gestão de riscos e de controles da Entidade.

#### **4.2.5 Riscos Estratégicos**

Possibilidade de perdas decorrentes da definição incorreta da estratégia ou da incapacidade de implementá-la em virtude de eventos externos. Dentre os riscos estratégicos estão os riscos de conjuntura, governança, conflito de interesse, planejamento e de execução das diretrizes estratégicas.

#### **4.2.6 Riscos de Imagem**

Possibilidade de perda decorrente de quebra da confiança ou credibilidade no ambiente de negócios e na sociedade em geral, que poderá impactar diretamente os valores dos investimentos.

Essa adversidade resulta da interpretação de notícias veiculadas na imprensa, atitudes e declarações dos representantes do Instituto, colaboradores e administradores agindo em seu nome, bem como de eventos externos que possam afetar sua reputação. Dentre os riscos de imagem estão o de divulgação indevida de informações, de publicidade negativa e de imagem associada a parceiros e colaboradores.

#### **4.2.7 Riscos Previdencial**

Possibilidade de perdas decorrentes de inadequação nos planos de benefícios administrados. Para determinar o passivo dos planos de benefícios, promove-se o cálculo das provisões matemáticas com base nas diversas hipóteses adotadas para fazer inferências sobre o futuro, que determinam o comportamento da massa de participantes, assistidos, pensionistas e seus dependentes, observando-se também o retorno dos investimentos e o cenário econômico.

Anualmente, a Entidade realiza o monitoramento contínuo por intermédio de estudos técnicos para comprovar a aderência das premissas adotadas nos cálculos atuariais em relação ao efetivamente realizado, tais como mortalidade de válidos, mortalidade de inválidos, entrada em invalidez, rotatividade taxa de juros, crescimento real de salários, composição familiar, inflação, entre outras, propondo a revisão no caso de ficar evidenciada, por determinado período e reiteradamente, a não-aderência. Dentre os riscos atuariais estão os de cadastro, de provisão, de baixa cobertura de renda futura e risco técnico.

#### **4.2.8 Riscos Operacional**

Possibilidade de perda decorrente da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos, bem como de eventos externos que causem prejuízos às atividades da Entidade ou danos aos ativos físicos nelas empregados. Dentre os riscos operacionais, destacam-se: concepção de processos; documentação; e ventos externos ou catástrofes; falha humana; fraude; indisponibilidade de pessoal especializado; dimensionamento de pessoal; infraestrutura física; segurança da informação; sistemas; salvaguarda de ativos; e ocupacionais.

#### **4.3 Gestão Previdencial**

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes, assistidos e

autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, assim como o adiantamento das folhas de benefícios, depósitos judiciais e recursais.

#### **4.4 Gestão Administrativa**

Registra as receitas e as despesas inerentes às atividades administrativas da Entidade.

A participação dos planos de benefícios no Fundo Administrativo corresponde ao patrimônio do PGA, que é constituído pelas receitas, deduzidas as despesas comuns e específicas da Gestão Previdencial e dos Investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas respectivamente ao fundo administrativo.

#### **4.5 Investimentos**

Os limites operacionais de aplicação dos recursos garantidores das provisões matemáticas e dos fundos são fixados pela Resolução CMN n.º 4.661/2018 e pelas Políticas de Investimentos dos planos, revisadas anualmente pela Entidade.

Conforme Instrução SPC n.º 34/2009 e Deliberação CVM n.º 699/2012, a precificação dos títulos e dos valores mobiliários obedece três níveis de hierarquia de valor justo:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1; e

Nível 3 – Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

##### **4.5.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos**

A Resolução CNPC n.º 29/2018 estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras próprias e de fundos de investimentos exclusivos.

De acordo com a Resolução CNPC n.º 29/2018, Instrução SPC n.º 34/2009 e Deliberação CVM n.º 699/2012, os títulos e os valores mobiliários devem ser classificados nas seguintes categorias:

i. Títulos para Negociação (Marcados a Mercado): refere-se aos títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados, independentemente do prazo, a partir da data da aquisição;

ii. Títulos Mantidos até o Vencimento (Marcados na Curva): refere-se aos títulos e aos valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira da entidade de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo de no mínimo 12 (doze) meses a contar da data de aquisição e que sejam considerados pela entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no país, como de baixo risco de crédito. Caso sejam verificadas alterações no risco do título e valor mobiliário de baixo para médio ou alto risco de crédito, deverá ocorrer imediata transferência da categoria de títulos mantidos até o vencimento para a categoria títulos para negociação. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários nas categorias apresentadas somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços anuais.

Os ativos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, com indicação de desvalorização, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável (impairment), conforme critérios definidos internamente, tendo como base a NBC TG 01. Após definição dos critérios, a matéria é submetida para apreciação e recomendação do Comitê de Precificação de Ativos – CPA para posterior deliberação da Administração.

#### **4.5.2 Ações**

As ações das companhias negociadas em bolsa de valores estão registradas pelo valor de aquisição, acrescido de corretagens e outras taxas incidentes sobre a operação. Para a precificação do ativo observa-se a cotação

de fechamento do mercado no último dia em que a ação tenha sido negociada na bolsa de valores. As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são reconhecidas a partir da data ex-dividendos.

Para as ações sem mercado ativo, o valor justo é baseado em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares.

#### **4.5.3 Fundos de Investimentos**

São registrados pelo custo de aquisição, atualizado pela variação nos valores das cotas informadas pelos seus administradores (metodologia prevista em manual de apreçamento do administrador do fundo).

A Entidade realiza testes de valor recuperável de seus ativos (impairment) para verificar a possível redução no valor dos seus investimentos, assegurando que os mesmos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

A reversão de perda por desvalorização está sujeita a elaboração e apresentação de estudos técnicos devidamente embasados, bem como a realização de análise pelos órgãos assessoramento e devida deliberação por parte da Administração.

#### **4.5.4 Investimentos Imobiliários**

Os investimentos imobiliários são registrados pelo custo de aquisição ou construção e reavaliados anualmente a valor de mercado utilizando técnicas de mensuração do valor justo dos ativos entre elas a elaboração de laudo de avaliação.

Os resultados dos ajustes positivos ou negativos são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com a conta “investimento imobiliário” do resultado.

Os valores registrados a título de aluguéis a receber são atualizados pelos índices contratados e acrescidos de multa e juros em caso de inadimplência.

#### 4.5.5 Empréstimos e Financiamentos

O empréstimo consignado oferecido pelo Postalís está incluído no segmento de investimento denominado “Operações com Participantes”, previsto no artigo 25 da Resolução CMN n.º 4.661/2018, que versa sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas EFPCs.

Os encargos financeiros das operações com participantes devem ser superiores à taxa mínima atuarial, para planos constituídos na modalidade de BD, ou ao índice de referência estabelecido na política de investimentos, para planos constituídos em outras modalidades. Para os empréstimos concedidos pelo Postalís, a taxa de juros aplicada no empréstimo, varia conforme o prazo definido.

#### 4.6 PROVISÃO PARA PERDAS PROVÁVEIS E PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As provisões para perdas prováveis e para créditos de liquidação duvidosa são constituídas sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos, e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida à conta redutora do referido ativo, conforme o item 11 do anexo “A” da Instrução SPC n.º 34/2009.

Dias em Atraso		
De	Até	Faixa de Provisionamento
61	120	25%
121	240	50%
241	360	75%
	≥ 361	100%

#### 4.7 Permanente – Imobilizado e Intangível

Corresponde a bens e direitos (corpóreos e incorpóreos) registrados no PGA destinados à manutenção das atividades administrativas, que contribuem para a formação do resultado de mais de um exercício. Os elementos do ativo permanente são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou desenvolvimento, deduzidos de depreciações ou amortizações.

A depreciação/amortização é registrada com base no método linear, com taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil ou espécie do bem.

As taxas de depreciação/amortização estão demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa de Depreciação/Amortização
Imobilizado	
Móveis e Utensílios	10% a.a.
Máquinas e Equipamentos	20% a.a.
Veículos	20% a.a.
Intangível	
Software	20% a.a.

#### **4.8 Exigível Operacional**

Estão classificadas as obrigações decorrentes das operações da entidade, subdivididas em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

## **4.9 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes**

### **4.9.1 Provisões e Passivos Contingentes**

A Entidade é parte em vários processos judiciais e/ou administrativos, cujo critério de provisão é fundamentado na opinião dos advogados, na natureza das ações, na similaridade com outros processos, na complexidade e no posicionamento dos tribunais. O reconhecimento contábil é realizado sempre que a perda processual for avaliada como provável, em conformidade com a definição do pronunciamento técnico NBC TG 25, homologado pelo CFC e ratificado pelo CNPC.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, apenas divulgados em Notas Explicativas. Para os passivos contingentes classificados como remotos, não há constituição de provisão e/ou divulgação nas Demonstrações Contábeis.

### **4.9.2 Ativos Contingentes**

A Entidade utiliza os seguintes critérios:

i. Praticamente certo: é reconhecido contabilmente quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Nesse caso, a Entidade reconhece o ativo e não o classifica como ativo contingente;

ii. Provável: quando não é reconhecida como praticamente certa a entrada de benefícios econômicos futuros, a entidade apenas divulga em Notas Explicativas o Ativo Contingente; e,

iii. Possível e Remota: nestes casos, a Entidade não reconhece e não divulga em Notas Explicativas, ou seja, não há posicionamento predominante nos tribunais, ou, o posicionamento dominante é contrário à tese jurídica da Entidade.

## **4.10 Depósitos Judiciais e Recursais**

Têm por finalidade garantir o juízo para discussão de valores em processos judiciais na fase de cumprimento de sentença, quando a Entidade é ré no processo. Os depósitos recursais são efetuados somente na Justiça do Trabalho e permitem que a entidade apresente recursos caso tenha sido sucumbente na demanda.

#### **4.11 Provisões Matemáticas**

Representam, ao final de cada exercício, o valor dos compromissos referentes aos benefícios concedidos e a conceder a participantes, beneficiários e assistidos, com base em cálculos atuariais realizados por atuário externo.

As estimativas das provisões matemáticas são calculadas de acordo com as premissas apresentadas anualmente no parecer atuarial da Entidade, de acordo com os regulamentos dos respectivos planos de benefícios.

##### **4.11.1 Benefícios Concedidos e a Conceder**

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor atual dos compromissos futuros em relação aos assistidos, à medida que as provisões de benefícios a conceder constituem o valor atual dos compromissos futuros em relação aos participantes que ainda não iniciaram o recebimento do benefício de aposentadoria.

##### **4.11.2 Provisões Matemáticas a Constituir**

Representam o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes aos equacionamentos dos déficits dos exercícios de 2012 e 2014 do plano BD Saldado, na data da avaliação atuarial.

#### **4.12 Equilíbrio Técnico**

O equilíbrio técnico registra o resultado superavitário ou deficitário dos planos de benefícios, em relação aos seus compromissos totais.

Conforme resoluções do CNPC e instruções da Previc, o resultado superavitário dos planos de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, frente a eventos futuros e incertos, até o limite de 25% do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência =  $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$ .

O Déficit é a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos do plano de benefícios com seus participantes, o qual deverá ser equacionado por meio de um plano a ser elaborado e aprovado até o final do exercício subsequente.

Para isso, o plano de equacionamento deverá considerar, ao menos, o resultado deficitário acumulado apurado ao final de cada exercício social que ultrapassar o limite calculado pela fórmula: Limite de Déficit Técnico Acumulado =  $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemáticas}$ .

O ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, será acrescido ou deduzido, para fins de equacionamento de déficit.

O valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento de déficit.

#### **4.13 Fundos**

São registrados os recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

i. Previdenciais: são fundos criados a partir de avaliação atuarial com destinação específica definida no Parecer Atuarial;

ii. Administrativo: tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da entidade. O Fundo é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados pela entidade na administração dos planos de benefícios; e

iii. Investimentos: são constituídos para fazer face à quitação de empréstimos simples nos casos de morte e invalidez do participante-contratante.

#### **4.14 Apuração do Resultado**

Corresponde a *Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimentos* escrituradas pelo regime de competência, sendo o recebimento das contribuições de patrocinadores, participantes e autopatrocinados vinculados ao plano estruturado na modalidade de contribuição variável (Postalprev) pelo regime de caixa, conforme § 2º do artigo n.º 10 da Resolução CNPC n.º 29/2018.

#### **4.15 Custeio Administrativo**

O Custeio Administrativo corresponde aos recursos destinados à cobertura das despesas administrativas da entidade, conforme o plano de custeio anual.

De acordo com o artigo n.º 6 da Resolução CGPC n.º 29/2009, as Entidades estão sujeitas ao limite de transferência de recursos dos planos de benefícios ao PGA de 1% sobre o montante dos recursos garantidores (Taxa de Administração) ou 9% sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos (Taxa de Carregamento) no último dia do exercício a que se referir.

A Entidade adotou como referência para cobertura das despesas administrativas o limite da taxa de carregamento, conforme, à época, Decisão do Interventor 2018/065, de 21 de novembro de 2018.

O Custeio Administrativo é revisto anualmente pela Entidade e apresenta as seguintes fontes de custeio:

i. Plano BD: 6,9% das contribuições normais vertidas ao plano pelos patrocinadores e assistidos; e

ii. Plano CV Postalprev: equivale a 6% das Contribuições Básicas e Regulares de participantes e patrocinadoras respectivamente. Para participante Vinculados e Autopatrocinado 6% sobre as contribuições básicas e regulares, Assistidos 1% sobre o benefício de renda mensal e Participantes que optaram pelo Benefício Proporcional Diferido e Cancelados que não optaram por um instituto 0,77% sobre o último salário de contribuição.

O plano de custeio apurado na avaliação atuarial de 2019 com vigência de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021, foi submetido ao referido órgão e teve sua total aprovação formalizada por meio dos documentos “Nota Técnica SEI n.º 2423/2021/ME” e “Ofício SEI N.º 12273/2021/ME” ambos datados de 19 de janeiro de 2021.

O fundo administrativo é constituído pela diferença apurada entre as receitas e as despesas da Gestão Administrativa.

## **5 Ativos em Investigação**

A Entidade possui ativos de investimento que estão sob investigação das autoridades competentes. Até onde se tem conhecimento, as operações instauradas pelas autoridades públicas e os respectivos ativos sob investigação são:

i. Operação Greenfield: FIP Multiner;

ii. Operação Pausare: Mudar Master, Canabrava Agrícola e Energética, XNICE Participações S/A, FIP ETB, FIP RN Naval Mezanino, FIDE BNY Mellon, FIP Multiner, FIP Nova Energy, Perimeter FIA, FIP Saúde e FIDC Trendbank – Multisetorial;

iii. Operação Rizoma: FIP ETB, XNICE Participações S/A, Alubam Participações S.A, e Galileo Administração de Recursos Educacionais S/A; e,

iv. Força-Tarefa Postalís: instituída pela Portaria n.º 604/2019, ela foi destinada à apuração dos crimes contra o Sistema Financeiro e, eventualmente, lavagem de capitais.

A Entidade tem adotado postura colaborativa com as autoridades competentes encarregadas pelas investigações, fornecendo, sempre que oficiado, todos os subsídios necessários para o deslindem dos trabalhos. Inobstante, a entidade vem tomando medidas para reverter os prejuízos ocasionados aos Planos de Benefícios que administra e responsabilizar agentes por tais fatos.

Em relação aos prejuízos causados pelo agente BNY Mellon DTVM, fundamentadas na cláusula objetiva do Contrato de Administração Fiduciária, firmado em janeiro de 2011, em que a responsabilidade por quaisquer prejuízos é totalmente da referida instituição financeira, diversas ações judiciais foram propostas pela entidade em desfavor da Instituição Financeira, a saber:

#### **5.1 FIC FIDE BRASIL SOVEREIGN II**

Processo n.º 0266411-48.2014.8.19.0001, que corre na 29ª Vara cível da comarca da capital do estado do Rio de Janeiro – RJ, Réus: BNY Mellon DTVM e Sr. Fabrizio Dulcetti Neves.

Valor da Causa: R\$ 197.859 mil, em 08 de agosto de 2014.

Objeto: Trata-se de ação ordinária, com pedido de antecipação de tutela, na qual se postula, em síntese, a ordenação solidária dos réus ao pagamento dos prejuízos decorrentes da má administração e/ou gestão do Fundo Brasil Sovereign II.

Agravo de instrumento n.º 0044842- 75.2014.8.19.0000. 20ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do RJ. Agravante: BNY Mellon DTVM. Agravado: Postalís.

Objeto: Reforma da decisão que deferiu o pedido de antecipação de tutela e determinou o bloqueio online nas contas do réu. Agravo de Instrumento n.º 0053506-95.2014.8.19.0000.20ª Câmara cível do Tribunal de Justiça do estado do RJ. Agravante: BNY Mellon DTVM. Agravado: Postalís.

Objeto: Reforma da decisão que deferiu o reforço da carta de fiança. O processo aguarda a apresentação da réplica pelo Postalis (fase de instrução).

### **5.2 FM1 FIM CRÉDITO PRIVADO**

Processo n.º 0075917-95.2015.8.19.0001. 26ª Vara Cível da Comarca da capital do estado do Rio de Janeiro – RJ. Réus: BNY Mellon DTVM, Espólio de Soraya Andrade Saad; Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado; BNY Mellon DTVM.

Valor da Causa: R\$ 24.702 mil.

Objeto: Trata-se de Ação Ordinária com pedido de recompra das 16.168.020 mil quotas de emissão do FM1 então cedidas pelo FC ao FCP e hoje de titularidade do autor, além do pedido de condenação solidária dos réus a indenizarem o Postalis nas perdas e danos, incluindo os prejuízos, lucros cessantes e/ou danos emergentes advindos do inadimplemento da obrigação de recompra de quotas por tanto tempo, bem como decorrente da quebra de diversos deveres previstos na Instrução CVM n.º 409/2004. Atualmente, o Juízo deferiu a indicação de Assistentes Técnicos e intimou a perita (fase pericial).

### **5.3 RIVIERA FUNDO DE INVESTIMENTOS MULTIMERCADO – FIM**

Processo n.º 0499418-13.2015.8.19.0001. Juízo: 1ª Vara Empresarial da Capital – RJ Réus: BNY MELLON DTVM; BNY MELLON Administração de Ativos Ltda.; e RIVIERA Gestora de Recursos Ltda.

Valor da Causa: R\$ 3.468 mil, em 17 dezembro de 2015.

Objeto: Trata-se de Ação Ordinária, na qual se postula, em síntese, a condenação solidária dos réus ao pagamento dos prejuízos decorrentes da má administração e/ou gestão do Fundo Riviera. A perita concordou com o parcelamento dos honorários periciais (fase pericial).

### **5.4 TEJO FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES – FIA**

Processo n.º 0499277-91.2015.8.19.0001. Juízo: 5ª Vara Empresarial da Capital – RJ. Réus: BNY MELLON DTVM; BNY MELLON Administração de Ativos Ltda.; e RIVIERA Gestora de Recursos Ltda.

Valor da Causa: R\$ 13.078 mil, em 17 de dezembro de 2015.

Objeto: Trata-se de Ação Ordinária, na qual se postula, em síntese, a condenação solidária dos réus ao pagamento dos prejuízos decorrentes da má administração e/ou gestão do Tejo Fundo de Investimento em Ações. Ocorrido a disponibilidade às partes quanto as respostas do perito às manifestações das partes sobre o laudo pericial (fase pericial).

### **5.5 FII GENERAL SHOPPING**

Processo n.º 0499308-14.2015.8.19.0001. Juízo: 1ª Vara Empresarial da Capital – RJ. Réus: BNY MELLON DTVM; e BNY Mellon Administração de Ativos Ltda.

Valor da Causa: R\$ 3.841 mil, em 17 de dezembro de 2015.

Objeto: Trata-se de Ação Ordinária, na qual se postula, em síntese, a condenação solidária dos réus ao pagamento dos prejuízos decorrentes da má administração e/ou gestão do Fundo de Investimento General Shopping Ativo e Renda – FII. Em 24 de outubro de 2018, o processo se encontra em fase pericial, aguardando a entrega do laudo pelo perito. O Postalís peticionou nos autos pedindo explicações ao perito do juízo sobre a perícia realizada e apresentando o laudo de nosso assistente técnico (fase pericial).

### **5.6 BNY Mellon DTVM**

Processo: 1017589-12.2017.4.01.3400. 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. – DF.

Valor da causa: R\$ 2.200.000 mil.

Réu: BNY Mellon DTVM. Prognóstico: Remota. Resumo: Trata-se de ação ordinária que visa o recebimento da multa contratual, tendo em vista o inadimplemento da Requerida, bem como o pagamento ao Postalís dos prejuízos a ele acarretados, incluindo danos emergentes e/ou lucros cessantes. Os autos estão conclusos ao Juízo para decisão, após o Postalís apresentar sua manifestação (réplica).

### **5.7 BNY Mellon – U.S.A**

U.S.C. 28, § 1782 (“Discovery”). Tribunal do Distrito Sul de Nova Iorque. Ajuizamento em 31.10.2018. Objeto: Medida judicial no ordenamento jurídico americano apresentado contra o BNY Mellon EUA, para obtenção de provas que pudessem responsabilizar o BNY Brasil. A ação foi ajuizada em 31 de outubro de 2018. O BNY Mellon apresentou resposta em oposição à petição do Postalís, sendo objeto de réplica pelo Instituto. Após sustentação oral das partes, em 20 de dezembro de 2018, o Juiz Koeltl negou o pedido, manifestando pela impossibilidade da medida, sob o fundamento, em síntese apertada: i) que o requerimento apresentado está fora do alcance jurisdicional do tribunal estrangeiro; ii) que não é possível obter provas em um pré-litígio de uma subsidiária da instituição financeira BNY Mellon – EUA, tendo em vista à aplicação das regras federais de procedimento civil norte americano; e iii) que o pedido de descoberta é excessivo, pois o Postalís não mostrou como todas as evidências solicitadas seriam relevantes para uma reivindicação ou defesa nos procedimentos estrangeiros.

O Postalís, após consultar o MPF, os Correios e os seus Escritórios de advocacia parceiros, além das entidades representativas dos participante e assistidos, entendeu como melhor opção não recorrer da decisão do Juiz Koeltl sobre o “Discovery”.

### **5.8 BNY Mellon DTVM – FIDC CJP**

Processo eletrônico nº. 0267006-71.2019.8.19.0001. 14ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro – RJ.

Valor da causa: R\$ 56.229 mil.

Réu: BNY Mellon DTVM e BNY Mellon Ativos Financeiros Ltda.  
Prognóstico: Remota. Resumo: Trata-se de ação indenizatória que busca reparação civil por danos sofridos decorrentes de operação de aquisição de créditos em Fundo de Direitos Creditórios Não Padronizados – Créditos Judiciais e Precatórios – FIDC CJP. A ação foi distribuída em 25 de outubro de 2019. O processo está com prazo aberto para interposição de recursos em face da decisão que indeferiu o pedido de justiça gratuita.

### **5.9 BNY Mellon DTVM – FIP ETB**

Procedimento Arbitral 76/2019/SEC8. Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil- Canadá (“CAM-CCBC”).

Valor da causa: R\$ 200.000 mil. Prognóstico: Possível. Resumo: Trata-se de procedimento arbitral movido contra BNY Mellon DTVM S.A e BNY Administração de Ativos Ltda, com o objetivo de buscar a condenação das Requeridas ao pagamento de indenização por todos os prejuízos experimentados no âmbito do FIP ETB, em decorrência de atos que lhe são imputáveis na estruturação e na condução dos investimentos do FIP. Aguarda-se o Tribunal Arbitral decidir se é competente para julgamento do caso, em razão das alegações dos réus que a discussão deveria seguir no Poder Judiciário.

### **5.10 BNY MELLON DTVM**

Processo eletrônico n.º 5001172-70.2018.4.03.6100. 26ª Vara Cível Federal de São Paulo – SP. Réu: BNY Mellon DTVM (Postalís e Correios estão sendo chamados como assistentes técnicos). Síntese: Ação Civil Pública cobrando do BNY Mellon DTVM 8,2 bilhões de reais pelos prejuízos causados ao Postalís. Para o ingresso da ação foi apurada, por meio de Inquérito Civil Público, a responsabilidade do BNY Mellon DTVM pela prática de atos

irregulares que ocasionaram os déficits no Postalís. Os pedidos são de condenação do BNY Mellon DTVM (a) no pagamento de valores com a reacquirição das cotas de investimento descritos no processo; (b) no ressarcimento do Postalís de valores ilegalmente pagos a título de taxa de administração; e (c) à indenização por danos morais.

Em 18 de abril de 2018, o processo foi julgado extinto, sem resolução de mérito, em razão de caracterizada a litispendência, sendo a sentença objeto de recurso interposto pelo Ministério Público Federal – MPF e dos assistentes Correios e Postalís. Os autos foram remetidos e distribuídos a 1ª Turma do TRF da 3ª Região para julgamento dos recursos, aguardando realização de procedimentos internos. Atualmente, os autos foram remetidos para o gabinete do relator para processamento (3ª turma do TRF da 3ª região).

#### **5.11 BNY MELLON DTVM e ARTIS GESTORA DE RECURSOS S.A.**

Processo eletrônico nº 0198136-37.2020.8.19.0001. 1ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro – RJ.

Valor da Causa: R\$ 10.554 mil.

Autores: Postalís e Serpros. Réus: BNY Mellon DTVM e Artis Gestora de Recursos S.A. Síntese: Ação de indenização por dano material pela qual os Autores requerem a condenação dos Réus ao pagamento de indenização aos Autores, em função de violação de seus deveres na qualidade de gestor (a ARTIS) e de administrador (o BNY) do FIP Bioenergia à época dos eventos fraudulentos, personagens cuja função era a de proteger os investidores – mas que, ora por dolo comprovado, ora por gravíssima negligência, permitiram que as fraudes fossem executadas e se perpetuassem. Expedido mandado de citação para os réus.

Além das ações contra o BNY Mellon DTVM, execuções judiciais foram ingressadas pelo Postalís visando a recuperação dos prejuízos dos seguintes ativos que se encontram sob investigação, a saber:

– Galileo Gestora de Recebíveis SPE S.A., Galileo Administração de Recursos Educacionais S.A., Sociedade Universitária Gama Filho e Luiz

Alfredo da Gama Botafogo Muniz. Processo: 0403889- 98.2014.8.19.0001. 3ª vara cível do Rio de Janeiro – RJ.

Valor da causa: R\$ 87.494 mil. Exequente: Planner Trust DTVM Ltda., Postalís, Banco Mercantil do Brasil, Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS e MB PREVI X – Renda Fixa – Fundo de Investimento Financeiro – Crédito Privado. Executados: Galileo Gestora de Recebíveis SPE S.A., Galileo Administração de Recursos Educacionais S.A., Sociedade Universitária Gama Filho e Luiz Alfredo da Gama Botafogo Muniz; Mudar Master II Participações S.A. e Mudar SPE Master III Empreendimentos e Participações S.A.

Processo n.º 0510219-22.2014.8.19.0001 Juízo: 50ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (RJ). Exequente: Postalís. Executados: Mudar Master II Participações S.A. e Mudar SPE Master III Empreendimentos e Participações S.A.

Valor da causa: R\$ 52.632 mil. Processo n.º 0063331-26.2015.8.19.0001. Juízo: 50ª Vara Cível da Comarca do RJ. Exequente: Postalís. Executados: – Mudar Master II Participações S.A., Mudar SPE Master III Empreendimentos e Participações S.A. e Lagoa dos Ingleses Participações Imobiliárias Ltda. Valor da Causa: R\$ 40.321 mil. Processo n.º 046051506.2015.8.19.0001. Juízo: 32ª Vara Cível da Comarca do RJ. Exequente: Postalís. Executados: MUDAR SPE MASTER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A e MUDAR MASTER II PARTICIPAÇÕES S.A. Valor da Causa: R\$ 80.881 mil; e iii. Usina Sobrasil S.A (Grupo Canabrava). Processo: 0513079-59.2015.8.19.0001. Juízo: 20ª Vara Cível da Comarca do RJ. Exequente: Postalís. Executados: Usina Sobrasil S.A., Canabrava Bioenergia Participações S.A, Priscila Assis Schueler de Carvalho. Valor da causa: R\$ 104.966 mil.

## **6 Composição das Contas Patrimoniais**

### **6.1 Gestão Previdencial**

A composição do ativo realizável da Gestão Previdencial está demonstrada a seguir:

Recursos a Receber	Benefício Definido		Postalprev		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Contribuições a Receber (a)</b>	<b>9.696</b>	<b>9.440</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>9.696</b>	<b>9.440</b>
Patrocinadores	9.696	9.440	-	-	9.696	9.440
<b>Contribuições Extraordinária Equacionamento (b)</b>	<b>146.432</b>	<b>132.137</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>146.432</b>	<b>132.137</b>
Patrocinadora	34.632	33.611	-	-	34.632	33.611
Participantes	9.294	9.054	-	-	9.294	9.054
Judicial	102.507	89.472	-	-	102.507	89.472
Adiantamentos	395	289	136	95	530	384
<b>Depósito Judicial (c)</b>	<b>19.034</b>	<b>20.355</b>	<b>411</b>	<b>83</b>	<b>19.444</b>	<b>20.437</b>
Outros Realizáveis (d)	254	267	288	515	542	782
<b>Total (e)</b>	<b>175.811</b>	<b>162.488</b>	<b>834</b>	<b>693</b>	<b>176.645</b>	<b>163.181</b>

(a) A partir de 2019, o plano Postalprev adotou o regime de caixa para registro das contribuições de patrocinadora, participantes e autopatrocinados, conforme § 2º do art. nº 10 da Resolução MPS/CNPC nº 29/2018.

(b) Contribuições extraordinárias de patrocinadoras e participantes do equacionamento dos déficits de 2012 e 2014 do plano BD Solidado. Dentre elas, destaca-se a decisão judicial expedida pela Justiça Federal de São Paulo (SPL no Agravo de Instrumento do Processo nº 0006395-27.206.4.03.0000/SP e 2016.03.00.006395-7/SP. As contribuições extraordinárias dos déficits dos participantes da Associação dos Profissionais dos Correios (ADCAP) estão sendo realizadas pela patrocinadora Correios, desde agosto de 2016, por meio de depósito judicial.

(c) O crescimento apresentado no plano Postalprev corresponde a processos vinculados a suplementação de aposentadoria, pensão por morte, pecúlia por morte e resgate.

(d) Em dezembro de 2019, o plano Postalprev acumulou 2 (dois) meses a receber (contribuições previdência privada folha de pessoa L e empréstimos) de operações com o PGA.

(e) Diferença apresentada entre o demonstrativo consolidado e o Balanço Patrimonial consolidado corresponde ao ajuste de consolidação.

## 6.2 Gestão Administrativa

Segue a composição do ativo realizável da Gestão Administrativa:

Descrição	2020	2019
<b>Contas a Receber</b>	<b>10.313</b>	<b>13.306</b>
Contribuições para o Custeio Administrativo	7.066	10.811
Responsabilidades de Empregados	2.970	2.089
Responsabilidades de Terceiros	277	407
<b>Despesas Antecipadas (a)</b>	<b>1.658</b>	<b>496</b>
<b>Depósitos Judiciais/Recursos (b)</b>	<b>62.777</b>	<b>54.581</b>
Tributos a Restituir/Compensar (c)	6	6
<b>Outros Realizáveis (d)</b>	<b>614</b>	<b>1.270</b>
<b>Total da Gestão Administrativa</b>	<b>75.368</b>	<b>69.660</b>

(a) Adiantamento de 1 (um) ano de aluguel da sede da Entidade (4. ciclo de locação imobiliária), no valor de R\$ 1.250 mil. Desconto obtido: 29,46%. Vigência do contrato: junho de 2021 a maio de 2022.

(b) Destaca-se o PIS e a COFINS sobre a receita administrativa no valor de 7.524 mil e R\$ 46.248 mil respectivamente referente ao período de julho de 2006 a dezembro de 2014, cuja legalidade do pagamento das contribuições é questionada pela Entidade (Processo n. 2006.34.00.01837405).

(c) Maiores valores: Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) e Contribuições para a Previdência Social no valor de R\$ 3 mil e R\$ 2 mil respectivamente.

(d) Em dezembro de 2019, o PGA registrou 2 (dois) meses a receber de operações entre planos.

## 6.3 Investimentos

A administração dos investimentos é realizada por meio de carteira própria e gestão terceirizada, em consonância com a Instrução SPC n.º 34/2009, a Resolução CMN n.º 4.661/2018 e as diretrizes estabelecidas na

Política de Investimentos dos respectivos planos e demais legislações aplicáveis.

Conforme definições dos níveis de hierarquia do valor justo mencionados anteriormente, apresentamos abaixo a carteira de investimentos (consolidada) do Instituto tendo como base para fins de elaboração as normas do CNPC e as Instruções e Deliberações da CVM.

Investimentos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Custo Amortizado	2020	2019
<b>Títulos Públicos</b>	2.025.440	–	–	4.433.684	6.459.124	5.927.908
Notas do Tesouro Nacional	1.532.198			4.433.684	5.965.882	5.173.927
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	493.242				493.242	753.980
Créditos Privados e Depósitos	63.476	–	10.191	50.905	124.572	124.483
Instituições Financeiras (a)	33.878			50.905	84.783	76.449
Companhias Abertas	29.598				29.598	38.887
<b>Companhias Fechadas (b)</b>			10.191		10.191	9.146
Sociedades Limitadas					–	–
Ações	45.060	–	–	–	45.060	71.690
Companhias Abertas	24.896				24.896	42.709
Sociedades de Propósito Específico	20.164				20.164	28.981
Fundos de Investimentos	1.379.933	5.624	731.152	–	2.116.709	1.753.528
Referenciado	45.072			–	45.072	125.927
Renda Fixa	7.409			–	7.409	7.665
Ações	1.084.415			–	1.084.415	758.534
Dívida Externa	196.099			–	196.099	112.134
Multimercado	44.304			–	44.304	41.798
<b>Direitos Creditorias (c)</b>			392.125	–	392.125	412.573

Empresas Emergentes (d)		5.624		–	5.624	17.445
Participações (e)			339.027	–	339.027	273.870
Imobiliário	2.635			–	2.635	3.581
Investimentos Imobiliários (f)	–	–	278.136	–	278.136	271.816
Empréstimos e Financiamentos	–	–	–	663.027	663.027	702.464
Depósitos Judiciais	–	–	–	32.415	32.415	17.311
<b>Total</b>	<b>3.513.909</b>	<b>5.624</b>	<b>1.019.479</b>	<b>5.180.031</b>	<b>9.719.044</b>	<b>8.869.199</b>

(a) Letra Financeira (LF) Banco Safra (plano Postalprev)

(b) Debêntures não Conversíveis (DEBNBMG) (plano BD)

(c) CJP FIDC Não Padronizados – Créditos Judiciais e Precatórios (plano BD), FIDC Multisetorial Itálica (plano BD e Postalprev); e FIDC Vinci Crédito e Desenvolvimento II (plano Postalprev)

(d) Jardim Botânico VC I – FMIEE (plano BD)

(e) Energia PCH, Florestas Brasile e Investidores Institucionais III (plano BD)

(f) Centro Logístico Cajamar (plano BD)

### 6.3.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

A carteira própria de Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos é composta da seguinte forma:

Ativos	Benefício Definido		Postalprev		PGA		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Títulos Públicos</b>	<b>1.414.168</b>	<b>1.685.440</b>	<b>4.857.344</b>	<b>4.093.150</b>	<b>187.612</b>	<b>149.318</b>	<b>6.459.124</b>	<b>5.927.908</b>
<b>Títulos Públicos Federais</b>	<b>1.414.168</b>	<b>1.685.440</b>	<b>4.857.344</b>	<b>4.093.150</b>	<b>187.612</b>	<b>149.318</b>	<b>6.459.124</b>	<b>5.927.908</b>
Notas do Tesouro Nacional	1.365.177	1.580.840	4.427.210	3.513.209	173.494	79.879	5.965.882	5.173.927
Letras Financeiras do Tesouro	48.991	104.601	430.134	579.941	14.117	69.439	493.242	753.980
<b>Créditos Privados e Depósitos</b>	<b>39.789</b>	<b>50.550</b>	<b>84.783</b>	<b>73.933</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>124.572</b>	<b>124.483</b>
<b>Instituições Financeiras</b>	<b>-</b>	<b>2.517</b>	<b>84.783</b>	<b>73.933</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>84.783</b>	<b>76.449</b>
Certificado de Depósito Bancário	67.961	76.340	87.876	76.601	-	-	155.837	152.940
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(67.961)	(73.823)	(3.093)	(2.668)	-	-	(71.054)	(76.491)
<b>Companhias Abertas</b>	<b>29.598</b>	<b>38.887</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>29.598</b>	<b>38.887</b>
Debêntures Não-Convertíveis	79.262	90.766	-	-	-	-	79.262	90.766
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(49.665)	(51.879)	-	-	-	-	(49.665)	(51.879)
<b>Companhias Fechadas</b>	<b>10.191</b>	<b>9.146</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.191</b>	<b>9.146</b>
Cédulas de Créditos Bancários	605.915	627.598	7.714	6.434	-	-	613.630	634.032
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(605.915)	(627.598)	(7.714)	(6.434)	-	-	(613.630)	(634.032)
Certificados Recebimentos Imobiliários	10.191	9.146	-	-	-	-	10.191	9.146
Cédulas de Créditos Imobiliários	514.624	527.908	345.025	340.588	-	-	859.649	868.496
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(514.624)	(527.908)	(345.025)	(340.588)	-	-	(859.649)	(868.496)
<b>Sociedades Limitadas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Cédulas de Créditos Imobiliários	1.091.422	1.087.846	238.776	242.772	-	-	1.330.198	1.330.617
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(1.091.422)	(1.087.846)	(238.776)	(242.772)	-	-	(1.330.198)	(1.330.617)
(a) Banco Santos SA, Banco Crefisul SA, Banco BVA SA, Panamer - Banco PAN SA.								
(b) Ombucal SA, Procid - Participa Negócios SA, Rio Bravo Securitizadora, Feniciapar SA, GPC Participações, Cenargo SA, Saneamento Saneamento SA, CESPP - Centro Ensino Sup. Presidente Prudente.								
(c) Solo Sol Agrícola SA, SPE Paiva Agricultura SA, Compacta - Indústria Com de Móveis Ltda, GPC Participações, Manchester Empreend SPE Ltda, Roesa Rio Amazonas Energia SA, New Energy SA, Tubrasil SFCO Empreend e Participações SA, Portello Holding e Participações SA.								
(d) Real Estate Rua B, Banco Máxima, Real Estate Rua F, Portello Investimentos, Real Estate Macaé, TETO Habitações, Guaratiba.								
(e) SPE Segredo 2 Ltda, Preview Ltda, Voges Particip. Ltda, OGEDA Consult. Ltda, Pió-Saúde Ltda, Company Ltda, Embropack Ltda, Laima Ltda, Karmann do Brasil Ltda, Anatole Ltda, Conspar Ltda, J2HA Ltda, Riviera Santos Ltda, Bocoat Particip. Ltda, Indiatuba Ltda, NJC8, MTTG Empreend. Ltda.								
(f) Banco PINE SA.								
(g) Mudar Master II SA, Dogma SA, Real Estate Rua B, Real Estate Rua F, Portello Investimentos, EKEKA Empreend. SA, Real Estate Macaé Plaza, Guaratiba.								
(h) Compacta Ltda, Laima Particip. Ltda, Quinze de Maio Inco rp. Ltda, UNIESP, Indiatuba Ltda, NJC8.								

**Créditos Privados e Depósitos por Emissor:**

		2020	2019
Plano Benefício Definido	Créditos Privados e Depósitos	39.789	39.983
	Instituições Financeiras	0	2.517
	Panamericano	0	2.517
	Companhias Abertas	28.598	28.320
	Vale do Rio Doce	18.686	10.866
	CBMG	10.911	17.454
	Companhias Fechadas	10.191	9.146
	IFSC	10.191	9.146
		2020	2019
Plano Postalprev	Créditos Privados e Depósitos	84.783	73.933
	Instituições Financeiras	84.783	73.933
	SAFRA	50.905	44.710
	PINE	33.878	29.222

### 6.3.1.1 Títulos para Negociação

Em observância ao art. 30 da Resolução MPS/CNPC nº 29/2018, estão indicados a seguir os valores dos títulos, classificados como “Títulos para Negociação” comparados ao custo amortizado:

Emissor	Tipo	Plano	Indexador	Taxas a.a.	Aquisição	Custo	Vencimento	2020	
								Valor de Mercado	Custo Amortizado (*)
Secretaria do Tesouro Nacional	NTN-B	CV	IPCA	2,61% a 3,02%	25/06/2020 a 08/09/2020	524.976	15/08/2028	551.485	544.133
				6,29% a 6,40%	20/12/2013 a 10/01/2014	40.413	15/08/2024	69.201	59.554
		2,88%		30/07/2019	37.822	15/08/2024	40.182	38.546	
		5,65%		30/05/2017	24.992	15/08/2026	33.280	28.284	
		2,61% a 2,75%		16/08/2020 a 16/09/2020	547.869	15/08/2028	574.053	519.051	
		3,10%		17/08/202	84.832	15/08/2030	90.502	88.638	
		5,07%		29/12/2017	30.394	15/08/2026	38.364	33.635	
		3,11%		27/08/2020	126.796	15/08/2030	135.130	132.250	
	LFT	CV	SELIC		07/10/2020	20.477	01/03/2025	20.781	20.584
					18/12/2019 a 08/12/2020	201.385	01/03/2026	201.979	203.123
	BD	CV	SELIC		08/07/2020 a 08/12/2020	197.836	01/09/2026	196.951	198.579
					30/10/2020 a 05/11/2020	10.390	01/03/2027	10.423	10.431
					03/12/2020	48.794	01/03/2022	48.874	48.868
	PGA	BD	SELIC		04/11/2020	116	01/09/2026	116	116
					29/06/2020 a 03/07/2020	787	01/03/2026	785	795
					17/08/2020 a 04/11/2020	11.017	01/09/2026	10.951	11.021
	Debênture	Vale	BD	CDI	1,90%	01/09/2017	25	12/09/2022	10.911
(**)					08/07/1997	4	perpétuo	18.886	25
7,60%					05/07/2013	10	07/04/2027	10.191	10.191
Letra Financeira	Banco PINE	PostalPrev	Pré-fixada	16%	18/06/2014	13	22/11/2021	31.772	31.772
				16%	18/06/2014	1	06/12/2021	2.106	2.106
TOTAL						1.911.322		2.099.106	1.995.045

### Títulos de Renda Fixa na Categoria Títulos Mantidos até o Vencimento

Os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” foram avaliados a mercado apenas para divulgação em notas explicativas, conforme a Resolução CNPC nº 29/2018, e estão assim representados:

Ativo	Custo Amortizado					2020	2019
	0 a 1 ano	1 – 5 anos	5 – 10 anos	10 – 15 anos	> 15 anos		
Titulos Públicos						4.433.684	3.877.182
Notas do Tesouro Nacional						4.433.684	3.877.182
NTN-B – BD Saldado	240.610	317.349				557.959	666.748
NTN-B – Postalprev	103.386	551.632	367.944	488.263	2.364.501	3.875.725	3.210.433
Ativo	Mercado					2020	2019
	0 a 1 ano	1 – 5 anos	5 – 10 anos	10 – 15 anos	> 15 anos		
Titulos Públicos						1.515.893	5.277.971
Notas do Tesouro Nacional						1.515.893	5.277.971
NTN-B – BD Saldado		109.383	697.836			807.219	723.640
NTN-B – Postalprev			551.485			551.485	4.474.452
NTN-B – PGA		30.394	126.796			157.189	79.879

Fonte: Econômica.

O Instituto realiza, anualmente, estudos para atestar a capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados nesta categoria.

### 6.3.2 Ações

Ativos	Benefício Definido		Postalprev		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Ações	31.003	45.504	14.057	20.204	45.060	65.708
Companhias Abertas	24.896(a)	36.727	–	–	24.896	36.727
Sociedade de Propósito Específico	6.107	8.777	14.057	20.204	20.164	28.981
Debêntures Não Conversíveis	290.795 (b)	706.299	443.714 (e)	453.682	734.509	1.159.981
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(284.889) (c)	(697.522)	(429.656) (d)	(433.478)	(714.345)	(1.131.000)

(a) Placoot, João Fortes e Rumo Log.

(b) BBDM.

(c) Ultra Recebíveis S.A., Galileo S.A., Usina Sobrasil S.A., Canabrava Agrícola S.A., Canabrava Energética S.A., Ocean House Incorpor. S.A., Real Florestal Ltda., XNICE Particip. S.A., ALUBAN Particip. S.A.

(d) Galileo S.A., Ocean House S.A., Real Florestal Ltda., XNICE Particip. S.A., GBXTIETE II S.A., GSP Urbanização Ltda., MRT 2 S.A., Montreal Empreend. S.A.

(e) BBMD

### 6.3.3 Fundos de Investimentos

Ativos	Benefício Definido		Postalprev		PGA		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Fundos de Investimentos</b>	1.310.816	882.639	796.890	854.209	9.003	16.680	2.116.709	1.753.528
<b>Referenciado</b>	25.945	72.370	10.124	36.878	9.003	16.680	45.072	125.927
<b>Renda Fixa</b>	7.409	7.665	-	-	-	-	7.409	7.665
Valor Nominal	7.409	7.665	15.823	20.126	-	-	23.232	27.791
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	-	-	(15.823)	(20.126)	-	-	(15.823)	(20.126)
<b>Dívida Externa</b>	196.099	112.134	-	-	-	-	196.099	112.134
Valor Nominal	196.099	144.335	-	-	-	-	196.099	144.335
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	-	(32.201)	-	-	-	-	-	(32.201)
<b>Ações</b>	342.503	-	741.912	758.534	-	-	1.084.415	758.534
Valor Nominal	342.503	-	741.912	758.534	-	-	1.084.415	758.534
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Multimercado</b>	2.387	477	41.918	41.321	-	-	44.304	41.798
Valor Nominal	53.198	73.733	41.918	41.321	-	-	95.116	115.054
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(50.811)	(73.256)	-	-	-	-	(50.811)	(73.256)
<b>Direitos Creditórios</b>	391.823	398.678	302	13.895	-	-	392.125	412.573
Valor Nominal	780.319	749.356	22.868	21.676	-	-	803.187	771.031
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(388.496)	(350.678)	(22.566)	(7.781)	-	-	(411.062)	(358.459)
<b>Direitos Creditórios</b>	391.823	398.678	302	13.895	-	-	392.125	412.573
Valor Nominal	780.319	749.356	22.868	21.676	-	-	803.187	771.031
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(388.496)	(350.678)	(22.566)	(7.781)	-	-	(411.062)	(358.459)
<b>Empresas Emergentes</b>	5.624	17.445	-	-	-	-	5.624	17.445
<b>Imobiliário</b>	-	-	2.635	3.581	-	-	2.635	3.581
Valor Nominal	-	-	2.635	3.581	-	-	2.635	3.581
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Participações</b>	339.027	273.870	-	-	-	-	339.027	273.870
Valor Nominal	362.470	318.704	-	-	-	-	362.470	318.704
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(23.443)	(44.834)	-	-	-	-	(23.443)	(44.834)
(a) Fundo INCOME VALUE.								
(b) FIDE BNY.								
(c) FIM FM1, FL Premium Institucional.								
(d) Tiendbank Fomen, CJP FIDO NP e liquidação do fundo GP Aetatis.								
(e) ETB, Multiner, Saúde Atlântica.								
(f) Fundo INCOME VALUE, Dourado Institucional.								
(g) PERIMETER Fundo de Investimentos.								
(h) Tiendbank Fomen e VINICIÓrdito e Desenvolvimento.								
(i) e (j) SANTIFICI INSTREFDI.								
(k) Aquila.								
(l) Santific FI								

Segue a composição dos fundos de investimentos por tipo de emissor:

#### 6.3.3.1 Laudos de Avaliação Econômico-Financeiros: Data Base em 31 de dezembro de 2020

a) CJP Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados – Créditos Judiciais e Precatórios.

O CJP Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados – Créditos Judiciais e Precatórios é constituído sob a forma de condomínio fechado para a aplicação em direitos creditórios não padronizados e o restante nas demais modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observadas as limitações previstas no regulamento e na regulamentação em vigor.

O fundo é composto por precatórios judiciais do estado do Rio de Janeiro, a carteira de processos absorvidos pelo fundo constitui em 65 (sessenta e cinco) processos, movidos em face do estado do Rio de Janeiro e o IPERJ, atualmente denominado de RIOPREVIDÊNCIA, onde é pleiteado o pagamento de pensões especiais e atualizações de ex-servidores da administração pública a seus dependentes.

Parte dos direitos creditórios não se refere ao recebimento dos direitos dos processos em si, mas aos honorários contratuais e de sucumbência a serem recebidos pelo patrono das causas.

Para o encerramento do exercício de 2020, o Postalís contratou empresa especializada para avaliação econômico-financeira dos direitos creditórios que compõem a carteira. Dentre as premissas observadas, destacamos:

- atualização dos créditos considerando as regras vigentes;
- projeção de recebimento ao longo dos próximos 10 (dez) anos, considerando análise da diligência jurídica elaborada pelo perito Enrico Mollica assim como relatório de acompanhamento jurídico encaminhado pelo patrono das causas;
- desconto por falta de liquidez daqueles direitos creditórios que ainda não tenham sido convertidos em precatório judicial.

Segue o quadro comparativo com as premissas utilizadas para a elaboração e o resultado dos laudos de avaliação para os exercícios de 2020 e 2019:

	2019		2020	
	Precatórios	Créditos Judiciais	Precatórios	Créditos Judiciais
Taxa livre de risco	5,89%	7,01%	7,51%	8,80%
Spread de risco rating A	1,35%	1,60%	2,08%	2,20%
Spread de risco para BB	2,85%	2,85%	2,85%	2,85%
VP Fluxo caixa descontado	560.635.638,17	196.736.383,63	551.437.953,43	224.193.124,04
Falta de liquidez	29,00%	52,00%	29,00%	52,00%
Fair value	398.051.303,10	94.433.464,14	391.520.946,93	107.612.699,54
Fair value Total	492.484.767,24		499.133.646,47	

Diante dos fatos apresentados, a Entidade permanece com o critério aplicado no exercício anterior, uma vez que os créditos judiciais não possuem estimativa de pagamento, de reconhecimento apenas do valor atribuído aos precatórios no laudo de avaliação, que corresponde a R\$ 391.521 mil, tendo como data base dezembro de 2020.

b) Energia PCH Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia

O FIP possui investimentos em quatro ativos:

89,90% das ações da Hydria Participações e Investimentos S.A (Hydria) – holding investidora em ativos operacionais de geração de energia hidroelétrica, detentora de 05 (cinco) subsidiárias integrais ao longo do Rio Juruena (antes denominada Juruena Participações e Investimento S.A.);

90,00% das ações da Desa Rio das Garças Desenvolvimento Energético S.A. (Desa Rio das Garças) – companhia que detém 7 (sete) projetos ainda não desenvolvidos de geração de energia através de PCHs;

95,00% das ações da Desa Térmicas Desenvolvimento Energético S.A. (Desa Térmicas) – empresa que detém 90% de participação na Usina Termelétrica Sul Catarinense, um projeto ainda não desenvolvido, de usina térmica em Santa Catarina; e,

100,00% das ações da Tetrahedron S.A. (Tetrahedron) – companhia de propósito que firmou contrato de compra e venda de energia com a Celesc e encontra-se em fase estudo e avaliação para implementação de projeto de construção e operação de PCHs na região sul do Brasil.

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de março de 2020 apresentou ressalva com relação à avaliação da companhia investida Desa Térmicas Desenvolvimento Energético S.A. apresentada pelo

custo de aquisição, uma vez que a Instrução Normativa CVM n.º 579/2016 prevê a obrigatoriedade de mensuração do ativo pelo valor justo.

Outro ponto de destaque que refletiu na posição patrimonial do fundo está relacionado com a sentença arbitral sobre a capitalização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital -AFACs, a qual reconheceu como legítimo o direito do FIP converter, imediatamente, o aumento de capital da Companhia.

Segue a posição comparativo dos laudos de avaliação apresentados nos exercícios de 2020 e 2019:

Ativo	Posição laudo 31.12.2019		Posição laudo 31.12.2020	
	Valor Líquido (carteira do fundo)	Postalís (24,19%)	Valor Líquido (carteira do fundo)	Postalís (24,19%)
Desa Rio das Garças	-	-	-	-
Desa Térmicas	15.300.000,00	-	15.300.000,00	-
Juruena Part (Hydria)	735.340.630,08	177.910.596,73	1.027.878.000,00	248.687.996,91
Tetrahedron	-	-	-	-
Sant Cash Blue Firf	4.938.211,94	1.194.766,34	4.938.211,94	1.194.766,34
A pagar/receber	- 4.291.828,35	- 1.038.378,29	- 4.291.828,35	- 1.038.378,29
Tesouraria	500,00	120,97	500,00	120,97
<b>Total</b>	<b>751.287.513,67</b>	<b>178.067.105,75</b>	<b>1.043.824.883,59</b>	<b>248.844.505,94</b>

Diante do exposto, a Entidade permanece com o critério aplicado no exercício anterior, de provisão para perda da Desa Térmicas no valor de R\$ 3.702 mil (custo de aquisição), com base na ressalva dos auditores independentes, reconhecendo o valor de R\$ 248.844 mil apresentado no laudo de avaliação, tendo como data base dezembro de 2020.

### 6.3.4 Investimentos Imobiliários

Plano	Descrição	2020	Provisão Para Perda	Reavaliação	Direitos Recebidos	2019
Benefício Definido	Terrenos (a)	–	(4.449)	2.932	–	1.517
	Locadas a Patrocinador(es) (b)	278.137	–	10.730	–	267.407
	Edificações	276.103	–	10.730	–	265.373
	Aluguéis	2.034	–	–	–	2.034
	Direitos em Alienações de Invest. Imobiliários (c)	–	–	–	(2.891)	2.891
	Total da Carteira Imobiliária	278.137	-4.449	13.662	-2.891	271.815

#### 6.3.4.1 Laudos de Avaliação

##### a) Fazenda Santo Antônio

O imóvel fazenda Lote Santo Antônio, localizado em Santo Antônio do Leste – MT, objeto da matrícula n.º 353, é oriundo da consolidação de propriedade em 2013 em razão de execução de garantias do ativo CDCA Paiva. Constaram ainda, Auto negativo de 1º Leilão, datado de 30 de abril de 2013, Auto negativo de 2º Leilão, datado de 08 de maio de 2013.

Foi utilizado o método evolutivo para determinar o valor do imóvel, onde são comparados dados de mercado com atributos semelhantes. Devido à escassez de amostras congêneres no município Santo Antônio do Leste, o campo de amostragem foi ampliado para o município de Novo São Joaquim. Com relação ao mercado imobiliário da região, foi constatada baixa liquidez do imóvel.

<b>Desempenho de mercado</b>	Baixo
<b>Absorção pelo mercado</b>	Baixa
<b>Volume de ofertas</b>	Baixo
<b>Nível de demanda</b>	Baixo
<b>Liquidez do imóvel</b>	Baixa

Utilizando a mesma metodologia do avaliador anterior (data base agosto de 2018), o valor apresentado foi de R\$ R\$ 4.449 mil (data base março de 2020). Contudo, a empresa de engenharia contratada pela Entidade considerou

o valor acima das expectativas de mercado, dado as características da região, além do tempo decorrido entre a elaboração dos laudos serem insuficientes para justificar a valorização encontrada pelo modelo adotado.

Diante das premissas apresentadas, a Entidade constituiu provisão para perda do referido imóvel.

b) Centro Logístico Cajamar

O Complexo Operacional Logístico Rodoanel Cajamar é um investimento que busca rentabilizar o plano BD por meio do fluxo de recebimento de aluguéis mensais. Em maio de 2012, foi aprovada a proposta de aquisição do terreno e da edificação, cujo objetivo visava a locação aos Correios de instalação do Centro de Distribuição da Empresa.

O critério utilizado no laudo de avaliação baseou-se na taxa de retorno proveniente da locação do imóvel, sendo utilizado como comparativo os dados oriundos de amostras de valores de locações coletadas na região de influência do imóvel avaliando, segundo prescrições normativas da NBR 14.653 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e preceitos do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia – IBAPE, atendendo ao disposto da Instrução da Previc.

Ao final do trabalho, o laudo apresentou o valor de R\$ 276.102 mil (data base dezembro de 2020), considerado pela empresa de engenharia, contratada pela Entidade para acompanhar o imóvel, adequada para avaliação e coerente com as últimas avaliações realizadas.

Diante das premissas apresentadas, a Entidade aprovou o laudo de avaliação para atualização do valor do imóvel.

### **6.3.5 Empréstimos e Financiamentos**

As operações com participantes correspondem aos empréstimos concedidos pelos planos de benefícios a participantes e assistidos, que atendem, cumulativamente, às seguintes condições:

- Ser contribuinte ininterrupto de qualquer um dos planos de benefícios, nos últimos 6 (seis) meses;

- Estar adimplente no recolhimento de suas contribuições ou em qualquer obrigação decorrente de sua relação com o Instituto;
- Não ter praticado atos lesivos ao Instituto nos últimos 5 (cinco) anos;
- e
- Ter margem consignável disponível, igual ou superior ao valor da prestação para pagamento do empréstimo dentro do prazo pactuado.

O participante-contratante, ao realizar a solicitação para a concessão de empréstimo, autoriza e dá em garantia ao Instituto, para quitação antecipada do saldo devedor atualizado do crédito concedido, o valor de seu resgate de contribuições líquido das obrigações fiscais, após requerer o referido instituto, considerando todos os planos nos quais esteja inscrito.

As carteiras de empréstimos por planos de benefícios estão representadas a seguir:

Ativo	Benefício Definido		Postalprev		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Empréstimos	235.996	234.759	427.031	467.704	663.027	702.464
Principal	353.177	340.160	611.610	590.600	964.787	930.760
Prestações a Receber	2.524	2.684	12.637	13.214	15.161	15.899
Provisões para Liquidação Duvidosa (a)	(119.707)	(108.088)	(197.219)	(136.111)	(316.927)	(244.198)
IOF a Restituir/ Compensar	2	2	3	1	5	3

(a) Parcelas vencidas e vincendas.

## 6.4 Imobilizado e Intangível

Descrição	2020	Aquisição/ Baixa	Depreciação/ Amortização	2019
Instalações	25	-	(6)	31
Móveis e Utensílios	89	45	(76)	121
Máquinas e Equipamentos	771	53	(428)	1.146
Software	3.579	1.890	(984)	2.673
<b>Total</b>	<b>4.464</b>	<b>1.988</b>	<b>-1.494</b>	<b>3.971</b>

## 7 Composição dos Ativos e Análise de Sensibilidade

### 7.1 Alocação por Segmento

#### 7.1.1 Investimentos por Segmento de Aplicação

Alocação por Segmento	Benefício Definido		Postalprev		PGA		Limite Resolução CMN nº 4.661/2018
	Patrimônio	%	Patrimônio	%	Patrimônio	%	
Disponível	430	0,0	801	0,0	114	0,1	
Renda fixa	2.288.438	69,1	5.037.238	81,5	196.616	99,9	100%
Renda variável	341.171	10,3	713.338	11,5	-	0,0	70%
Estruturados	401.205	12,1	46.587	0,8	-	0,0	20%
Imobiliário	461.067	13,9	13.556	0,2	-	0,0	20%
Operações com participantes	235.996	7,1	427.031	6,9	-	0,0	15%
Exterior	196.099	5,9	-	0,0	-	0,0	10%
Valores a pagar / receber	(2.171)	-0,1	9.979	0,2	(1)	0,0	
Depósitos judiciais/recursais	32.415	1,0	-	0,0	-	0,0	
(-) Exigível de investimentos	(4.178)	-0,1	(3.488)	-0,1	-	0,0	
(-) Exigível contingencial de investimentos	(28.696)	-0,9	-	0,0	-	0,0	
(-) Provisão para Perda/Impairments	(611.897)	-18,5	(67.624)	-1,1			
Recursos Garantidores	3.309.880	100	6.177.418	100	196.728	100	

#### 7.1.2 Desenquadramento Passivo

De acordo com a Resolução CMN n.º 4.661/2018 e a Política de Investimentos da Entidade, ao final do exercício financeiro de 2020 conferimos:

Artigo	Inciso	Alínea	Parágrafo	Plano	Investimento	Recursos alocados	Limite 4.661	Limite P.I.	Nota
21	III	e		BD Saldado	Cotas de FIDC, CCB e CCCB	23,4%	20,0%	8,0%	O desenquadramento é decorrente principalmente pela valorização das cotas do FIDC NP CJP, previsto no artigo 35 da Resolução nº 4.661 e pela redução do recurso garantidor do plano BD. Se considerado o valor registrado no contábil para o FIDC CJP conforme laudo de avaliação, a alocação seria de 12,95%.

Art. nº 21, inciso III, alínea "e". "Art. 21 - A EFPC deve observar, em relação aos recursos de cada plano, o limite de até 100% (cem por cento) no segmento de renda fixa, e adicionalmente os seguintes limites: III - até 20% (vinte por cento) dos recursos de cada plano em el cotas de classe de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), cédulas de crédito bancário (CCB), certificados de crédito bancário (CCCB).

Artigo	Inciso	Alínea	Parágrafo	Plano	Investimento	Com coobrigação de instituição financeira bancária	Requisito 4.661	Nota
21			3º	BD Saldado e PostalPrev	Ativos de renda fixa de sociedade de capital fechado ou sociedade limitada	NÃO	Devem possuir coobrigação de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco	As aplicações em ativos de renda fixa de companhias fechadas e sociedades limitadas, através da carteira própria ou por meio de fundos posteriormente resgatados, ocorreram antes da publicação da Res. 4.661 e não possuem coobrigação de instituição financeira.
36	V							

Art. 21 § 3º Os ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedades por ações de capital fechado e sociedades limitadas somente poderão ser adquiridos com coobrigação de instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Art. 36. Por meio de carteira própria, carteira administrada e fundos de investimento e fundos de investimento em cotas de fundo de investimento, é vedado à EFPC: V - aplicar em ações e demais ativos financeiros de emissão de sociedades por ações de capital fechado, ressalvados os casos expressamente previstos nesta Resolução;

Artigo	Inciso	Alínea	Parágrafo	Plano	Investimento	Recursos alocados	Limite 4.661	Limite P.I.	Nota
23	I	a		PostalPrev	FIP	0,03%	15,00%	0,00%	Os fundos de investimento em participações acima foram adquiridos através da árvore de fundos do FIM Dourado. Desenquadramento frente ao limite de 0% da PI, que tem por objetivo vetar novos investimentos em FIP.

Art. 23. A EFPC deve observar, em relação aos recursos garantidores de cada plano, o limite de até 20% (vinte por cento) no segmento de renda estruturada, e adicionalmente os seguintes limites: I - respeito ao limite máximo de que trata o caput, até 15% (quinze por cento) a) cotas de fundos de investimento em participações (FIP);

Artigo	Inciso	Alínea	Parágrafo	Plano	Investimento	FIP Entidade de Investimento	Requisito 4.661	Nota
23			3º	BD Saldado	FIP ETB	NÃO	FIP qualificado como entidade de investimento	O fundo de investimento em participações foi adquirido pela entidade antes da publicação da Resolução CMN 4.661 de 2018, ou seja, não havia previsão deste requisito. Os fundos se encontram integralmente provisionados.

Art. 23. § 1º A EFPC deve se certificar de que o FIP seja qualificado como entidade de investimento, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo	Inciso	Alinea	Parágrafo	Plano	Investimento	Recursos alocados	Limite 4.661	Limite P.I.	Nota
24				BD Saldado	Imobiliário	4,66%	N.A.	2,00%	Apesar da Resolução CMN 4.661 não estabelecer limites para CRI, CCI, FIJ e Imóveis, a Política de Investimentos do plano BD vigente para 2020 estabelece limites segregados para estas classes de ativos. O desenquadramento apontado na classe de CCI corresponde ao estoque de CCI Teto e Mtjg conforme valor registrado no custodiante, contudo, estes ativos estão 100% provisionados internamente.

Art. 24. A EFPC deve observar, em relação aos recursos garantidores de cada plano, o limite de até 20% (vinte por cento) no segmento imobiliário no conjunto de: I - cotas de fundos de investimento imobiliário (FII) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento imobiliário (FICFII); II - certificados de recebíveis imobiliários (CRI); e III - cédulas de crédito imobiliário (CCI).

Artigo	Inciso	Alinea	Parágrafo	Plano	Investimento	Recursos alocados	Limite 4.661	Limite P.I.	Nota
27	III			BD Saldado	FIDE	23,37%	10,00%	10,00%	Desenquadramento passivo iniciado em 2016, decorrente da valorização das cotas do FIDC e também pela redução dos recursos do plano.

Art. 27. A EFPC deve observar, em relação aos recursos de cada plano por ela administrado, os seguintes limites de alocação por emissor: III - até 10% (dez por cento) nos demais emissores.

Artigo	Inciso	Alinea	Parágrafo	Plano	Investimento	Recursos alocados	Limite 4.661	Limite P.I.	Nota
28	III	b		BD Saldado	FIDC CJP	100,00%	25,00%	25,00%	Desenquadramento decorrente da aquisição de cotas acima do limite legal anterior a Resolução CVM 4661/2019
					FIDC Trendbank	50,46%	25,00%	25,00%	Desenquadramento decorrente da aquisição de cotas acima do limite legal, anterior a Resolução CVM 4661/2019.

Art. 28. A EFPC deve observar, considerada a soma dos recursos por ela administrados, o limite de concentração por emissor: II - até 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido de: b) FIDC ou FICFIDC;

Artigo	Inciso	Alinea	Parágrafo	Plano	Investimento	Recursos alocados	Limite 4.661	Limite P.I.	Nota
28	III	f		BD Saldado	FIDE	100,00%	25,00%	25,00%	O desenquadramento é devido a Resolução BACEN nº 4.611 de 30 de novembro de 2017 que revogou a alínea "e" do artigo 42 da Res. nº 3.792, limitando a 25% do PL do fundo.

Art. 28. A EFPC deve observar, considerada a soma dos recursos por ela administrados, o limite de concentração por emissor: II - até 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido de: f) fundos de investimento constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e V) do art. 26; e

Artigo	Inciso	Alinea	Parágrafo	Plano	Investimento	Recursos alocados	Limite 4.661	Limite P.I.	Nota
28			1º	BD Saldado e PostallPrev	Ativos de renda fixa	100,00%	25,00%	25,00%	Postalis possui participação na mesma emissão do ativo acima do limite estabelecido, que foram adquiridos ou resgatados de fundos de investimentos antes da entrada em vigor da legislação CMN 4.661. Portanto, dado o desenquadramento passivo, podem permanecer na carteira da entidade até o vencimento.

Art. 28. § 1º A EFPC deve observar, considerada a soma dos recursos por ela administrados, o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de uma mesma classe ou série de cotas de fundos de investimentos e demais títulos ou valores mobiliários de renda fixa.

Artigo	Inciso	Alinea	Parágrafo	Plano	Investimento	Recursos alocados	Limite 4.661	Limite P.I.	Nota
28			1º	BD Saldado e PostallPrev	Ativos de renda fixa	100,00%	25,00%	25,00%	Postalis possui participação na mesma emissão do ativo acima do limite estabelecido, que foram adquiridos ou resgatados de fundos de investimentos antes da entrada em vigor da legislação CMN 4.661. Portanto, dado o desenquadramento passivo, podem permanecer na carteira da entidade até o vencimento.

Art. 28. § 1º A EFPC deve observar, considerada a soma dos recursos por ela administrados, o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de uma mesma classe ou série de cotas de fundos de investimentos e demais títulos ou valores mobiliários de renda fixa.

Artigo	Inciso	Alinea	Parágrafo	Plano	Investimento	Código ISIN e mercado organizado	Requisito 4.661	Nota
16				BD Saldado e PostallPrev	Ações NITPAR3 e DUM03	Não possuem	Os ativos financeiros devem ser admitidos à negociação em mercado organizado e devem ser identificados pelo código ISIN	O desenquadramento das ações da NITPAR3 decorre do encerramento do FIP Naval com a transferência das ações da cia fechada não operacional. As ações DUM03 são oriundas do resgate do Santos Dumont, passando as ações da cia fechada a compor a carteira do FIM Dourado.
18								

Art. 16. Os ativos financeiros devem ser admitidos à negociação em mercado organizado, registrados em sistema de registro, de custódia ou de liquidação financeira ou depositados perante depositário central, observada a regulamentação do Banco Central do Brasil ou da Comissão de Valores Mobiliários, nas suas respectivas áreas de competência.

Art. 18. Os ativos financeiros devem ser identificados pelo código ISIN - International Securities Identification Number.

## 7.2 Análise de Sensibilidade

Os ativos e os instrumentos financeiros detidos pelos planos que são sensíveis a variáveis de mercado com impacto na liquidez são representados por aplicações financeiras. O risco atrelado a aplicações financeiras está vinculado, em sua maioria, ao Cupom IPCA (NTN-Bs). Essas operações indexadas ao IPCA + Taxa de Juros estão registradas a valor de mercado, conforme atualizações periódicas de acordo com as cotações divulgadas pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

Visando apresentar a sensibilidade nas aplicações financeiras, às quais os planos de benefícios e administrativos estão expostos em 31 de dezembro de 2020, foi realizada uma Análise de Sensibilidade dos efeitos nos seus resultados, advindos de uma variação, para baixo ou para cima, na taxa de juros do Cupom IPCA de 0,15"BPS e 0,5"BPS para ativos financeiros atrelados a estas taxas, demonstrados como segue:

Plano Benefício Definido	NTN - B Marcação a Mercado					
	Vencimento	Volatilidade %	Quantidade	Valor de Mercado	Stress 0,15"BPS	Stress 0,5"BPS
	15/08/2024	0,4610	27.222	109.382.903	504.255	1.675.199
	15/08/2026	0,6871	7.999	33.280.167	228.668	759.653
	15/08/2028	0,8929	133.846	574.053.309	5.125.722	17.026.421
	15/08/2030	1,0814	20.604	90.502.352	978.692	3.251.116
<b>Total</b>		<b>0,8470</b>	<b>189.671</b>	<b>807.218.730</b>	<b>6.837.338</b>	<b>22.712.389</b>

Plano PostalPrev	NTN-B Marcação a Mercado					
	Vencimento	Volatilidade %	Quantidade	Valor de Mercado	Stress 0,15"BPS	Stress 0,5"BPS
	15/08/2028	0,8929	128.584	551.485.070	4.924.210	16.357.047
<b>Total</b>		<b>0,8929</b>	<b>128.584</b>	<b>551.485.070</b>	<b>4.924.210</b>	<b>22.712.389</b>

PGA	NTN-B Marcação a Mercado					
	Vencimento	Volatilidade %	Quantidade	Valor de Mercado	Stress 0,15"BPS	Stress 0,5"BPS
	15/08/2026	0,6871	9.221	38.364.348	263.601	875.705
	15/08/2030	1,0814	30.764	135.129.797	1.461.294	4.854.268
<b>Total</b>		<b>0,9942</b>	<b>39.985</b>	<b>173.494.145</b>	<b>1.724.895</b>	<b>22.712.389</b>

## 8 Transação entre partes relacionadas

O Instituto detém em sua carteira um Centro Operacional Logístico em Cajamar – SP, integralmente locado à patrocinadora Correios. O contrato de locação será efetivado mediante o recebimento definitivo das obras, quando iniciará o prazo de locação de 120 (cento e vinte) meses, prorrogável por 135 (cento e trinta e cinco) meses, mediante termo aditivo.

A Entidade, em 31 de dezembro de 2020, registrou a título de aluguéis a receber o valor de R\$ 2.034 mil (R\$ 2.034 mil em 2019).

O Instituto, também, considera como partes relacionadas o seu quadro de colaboradores, membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal conforme os critérios consignados adotados na NBC TG 05.

A remuneração mensal paga aos funcionários e à administração da Entidade corresponde aos seguintes valores:

<b>Colaboradores</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Menor Salário	2.141,98	2.059,60
Maior Salário	20.926,63	22.155,01
Salário Médio	6.927,22	5.991,55

<b>Dirigentes (a)</b>		
Presidente	40.632,85	14.898,72
Diretor	37.922,64	13.904,97

<b>Conselheiros (b)</b>		
Conselho Deliberativo	4.181,69	1.533,29
Conselho Fiscal	4.181,69	1.533,29

(a) DEC-COD/2019-0001: a remuneração mensal do presidente do Postalís será igual a de diretor da patrocinadora (Correios); e a remuneração mensal dos diretores de Investimentos, Administrativo-Financeiro e de Benefícios corresponderá à 93,33% da remuneração do presidente do Postalís. O Diretor de Investimentos tomou posse em 23/07/2020 e o Diretor de Gestão Previdencial tomou posse em 30/10/2020.

(b) O honorário mensal dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal corresponde à 10% da remuneração média da Diretoria Executiva, calculada com base em 13 (treze) salários anuais. Na data de 29/09/2020 ocorreu a posse de 03 membros do Conselho Deliberativo e em 21/10/2020 ocorreu a posse de 02 membros do Conselho Fiscal.

As operações com empréstimos estão descritas na Nota 6.3.5. As contribuições para previdência privada repassadas pela patrocinadora Correios na DMAL.

## 9 Exigível Operacional

Esse grupo registra os compromissos a pagar da Entidade, segregados em gestão Previdencial, Administrativa e de Investimentos, demonstrado como segue:

Descrição	Benefício Definido		Postalprev		PGA		Consolidado		
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	
<b>Gestão Previdencial</b>	<b>93.455</b>	<b>89.302</b>	<b>145.339</b>	<b>124.870</b>	-	-	<b>238.794</b>	<b>214.173</b>	
Benefícios a Pagar	87.093	80.607	140.884	120.067	-	-	227.977	200.674	
Retenções a Recolher (a)	3.333	4.643	2.367	930	-	-	5.701	5.573	
Outras Exigibilidades	3.029	4.052	2.088	3.874	-	-	5.116	7.925	
<b>Gestão Administrativa</b>	-	-	-	-	<b>12.271</b>	<b>12.204</b>	<b>12.271</b>	<b>12.204</b>	
Pessoal e Encargos	-	-	-	-	5.076	3.596	5.076	3.596	
Fornecedores a Pagar	-	-	-	-	4.618	5.990	4.618	5.990	
Retenções a Recolher	-	-	-	-	1.506	1.310	1.506	1.310	
Tributos a Recolher	-	-	-	-	595	595	595	595	
Outras Exigibilidades	-	-	-	-	476	714	476	714	
<b>Investimentos</b>	<b>4.178</b>	<b>33.001</b>	<b>3.488</b>	<b>4.388</b>	-	-	<b>7.666</b>	<b>37.389</b>	
Fundos de Investimentos (b)	2.593	30.663	470	470	-	-	3.063	31.133	
Empréstimos e Financiamentos	245	241	456	512	-	-	701	753	
Outras Exigibilidades	1.340	2.096	2.562	3.406	-	-	3.902	5.503	
<b>Total do Exigível Operacional</b>	<b>97.633</b>	<b>122.303</b>	<b>148.827</b>	<b>129.259</b>	<b>12.271</b>	<b>12.204</b>	<b>258.732</b>	<b>263.766</b>	

(a) Destaca-se a reserva de poupança do Plano de Desligamento Incentivado (PDI) dos Correios.

(b) Plano Benefício Definido: destacam-se a alienação das cotas e das debêntures do FIP Multiestratégia Bioenergia (Operação Pausare) e do FIP Investidores Institucionais II. Permanecem o FIP Mezanino Marine e o Multirer Fundo de Investimentos em Participações (plano Benefício Definido) e Income Value ICP FIRF (plano Benefício Definido e Postalprev)

## 10 Exigível Contingencial - Perda Provável

O Instituto, em dezembro de 2020, registrou e apresentou 84 (oitenta e quatro) ações judiciais (110 em 2019) classificadas como prováveis, decorrentes do exercício de suas atividades. Essas ações envolvem questões de ordem previdencial (diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, concessão ou revisão de benefícios), administrativa (tributária, verbas trabalhistas, reintegração de emprego) e investimentos (recuperação de investimentos, empréstimos, imóveis) que serão objeto de decisão futura e poderão ter ou não impacto na situação econômico-financeira da Entidade.

Descrição	Benefício Definido		PGA		Consolidado		Depósitos Judiciais	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Gestão Previdencial (a)	80.175	6.549	-	-	80.175	6.549	19.444	20.437
Gestão Administrativa (b)	-	-	54.561	54.639	54.561	54.639	62.777	54.581
Investimentos	28.696	13.773	-	-	28.696	13.773	32.415	17.311
<b>Total</b>	<b>108.870</b>	<b>20.322</b>	<b>54.561</b>	<b>54.639</b>	<b>163.431</b>	<b>74.961</b>	<b>114.637</b>	<b>92.330</b>

(a) Destaca-se as contribuições extraordinárias de participantes da Associação dos Profissionais dos Correios (ADCAP) do equacionamento dos déficits de 2012 e 2014 do plano BD Salgado em que a patrocinadora Correios figura no polo passivo. Decisão judicial expedida pela Justiça Federal de São Paulo (SP), na Ação Cível Pública nº 0025844.38.2015.4.03.6100, 28ª Vara Federal.

(b) PIS e COFINS

Em atendimento a Resolução do CNPC, realizamos o provisionamento das contribuições extraordinárias de participantes da ADCAP. Atendendo os

critérios consignados nas Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas pelo CFC e devidamente embasada por fundamentação jurídica interna.

Segue a movimentação do passivo contingencial (consolidado):

Descrição	Saldo 2019	Entradas	Baixas	Reclassificação	Atualização	Saldo 2020
Previdencial	6.549	75.365	(1.889)	0	150	80.175
Investimentos	13.773	23	0	12.146	2.754	28.696
Administrativo	54.639	0	(791)	0	713	54.561
<b>Total</b>	<b>74.961</b>	<b>75.388</b>	<b>(2.680)</b>	<b>12.146</b>	<b>3.617</b>	<b>163.431</b>

O Instituto adota, para atualização dos depósitos judiciais e do exigível contingencial, a Taxa Referencial – TR + 0,5% ao mês.

A Administração considera que as provisões constituídas ao fim do exercício são suficientes e adequadas para cobrir eventuais perdas decorrentes do julgamento final desses processos.

## 11 Passivos e Ativos Contingentes

### 11.1 Exigível Contingencial – Possível

Natureza	Benefício Definido		PGA		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Gestão Previdencial	98.834	156.296	-	-	98.834	156.296
Gestão Administrativa	809	205	42.899	33.841	43.708	34.046
Investimentos	11.541	16.933	-	-	11.541	16.933
<b>Total</b>	<b>111.184</b>	<b>173.434</b>	<b>42.899</b>	<b>33.841</b>	<b>154.083</b>	<b>207.275</b>

Fundamentado em parecer técnico da área jurídica e observando a classificação de risco apontada, o Postalís considera como passivos contingentes os recursos necessários para fazer frente às ações ajuizadas por participantes e ex-participantes cujo objeto é classificado com chance de perda possível.

No exercício de 2020, a Administração do Instituto aprimorou a divulgação dos seus passivos contingentes, visando o atendimento da NBC TG 25, inclusive ajustando a informação comparativa.

O Postalís, em dezembro de 2020, apresentou 640 (seiscentos e quarenta) ações classificadas com riscos de perda possível (923 em 2019). São compostas principalmente de solicitação de revisão de benefício pela aplicação das regras do regulamento vigente à época da adesão do participante ao plano de benefícios e revisão do benefício pela incidência de verbas obtidas em reclamações trabalhistas em face do patrocinador.

## 11.2 Ativo Contingente

### a) Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND

Em função do Decreto-lei n.º 2.288, de 24 de julho de 1986, as EFPCs, mantidas por empresas públicas, sociedades de economia mista, federais ou estaduais, inclusive as de natureza especial, e fundações instituídas pelo Poder Público, aplicaram 30% de suas reservas técnicas na aquisição de obrigações do FND, com prazo de 10 (dez) anos e variação equivalente à Obrigação do Tesouro Nacional – OTN.

Em 1991, a Associação Brasileira das EFPC – ABRAPP, ajuizou ação ordinária em face do FND, do BNDES e da União Federal para obter ressarcimento pelos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 a fevereiro de 1991 obtendo ganha de causa, que equivale à correção paga a menor referente à substituição do Índice de Preço ao Consumidor – IPC para Bônus do Tesouro Nacional – BTN.

A União Federal, em 2012, ajuizou ação rescisória buscando rescindir a decisão favorável à ABRAPP na referida ação ordinária, a qual encontra-se pendente de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal – STF e no momento aguarda julgamento pela 1ª Turma do STF, após decisão monocrática favorável aos interesses da ABRAPP, proferida pelo Relator, Ministro Celso de Mello. Grife-se que o processo se aproxima do fim e a perspectiva é favorável às associadas.

A ABRAPP, em 2015, ajuizou ação de liquidação em face da União Federal para que seja reconhecido por decisão judicial o valor devido. A ação de liquidação encontra-se em fase de produção de prova pericial.

### b) Reserva de Tempo de Serviço Anterior – RTSA

A RTSA, também conhecida como “Serviço Passado” faz parte do custo do Plano BD, administrado pelo Postalís, desde a sua criação, em 1981, tendo seu valor redimensionado ao longo dos anos por meio de recálculo atuarial e em função do cumprimento à Emenda Constitucional – EC n.º 20/1998, que determinou a paridade contributiva patronal para as contribuições normais. A

mudança mais significativa e que gera maiores questionamentos é oriunda do saldamento do Plano de BD, que ocorreu em 01 de março de 2008. Para o efetivo equilíbrio do plano, a Patrocinadora assumiu, em 2007, o compromisso pelo pagamento, em relação à RTSA, do valor de aproximadamente R\$ 630 milhões.

Entretanto, após o saldamento, verificou-se que o valor correspondente a esse compromisso, representado pela RTSA, era superior, em mais R\$ 793 milhões, conforme apurado pela consultoria STEA, responsável técnica pela gestão atuarial dos nossos planos de benefícios, à época.

Assim, após análise e discussão interna e relatório “Segunda Opinião” emitido pela Rodarte Nogueira, os Correios decidiram pela aprovação dos pagamentos mensais da RTSA ao Postalis, condicionado a uma possível revisão futura dos valores.

A matéria também foi submetida ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST, hoje SEST), que, após várias reuniões técnicas e longa análise, emitiu, em 30/11/2010, a Nota Técnica n.º 407/CGINP/DEST-MP, encaminhada ao Ministério das Comunicações – MCOM pelo Ofício n.º 844/DEST-MP., reconhecendo a responsabilidade da Patrocinadora pela RTSA e o seu valor atualizado (R\$ 1.489,8 milhões, na data base de 31 de julho de 2007).

Posteriormente, o DEST ratificou esse entendimento por meio do OF. n.º 60/DEST-MP e NT n.º 39/CGINP-MP, de 14 de fevereiro de 2011. Porém, transcorridos 3 (três) anos, o DEST retificou seu entendimento e expediu a Nota Técnica n.º 43/CGINP-MP, de 14 de fevereiro de 2014, que acompanha a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a qual na nota 831-MF/STN/SUPOF/COFIS/GEROB, de 15 de outubro de 2012, entende que parte do valor da RTSA (R\$ 475 milhões) deveria ser segregada e paga de forma paritária (Patrocinadora e Participantes).

Os Correios, em abril de 2014, suspenderam o pagamento da RTSA e aprovaram a contratação e serviço de consultoria atuarial para prestar esclarecimentos de ordem técnica acerca do conceito, alcance, diferenças e critérios de utilização da RTSA.

Em maio de 2017, a consultoria atuarial responsável pelos planos de benefícios administrados pelo Postalís, Mercer Brasil, emitiu a Manifestação Atuarial MA-046/2017, que aborda aspectos técnicos-atuariais em relação aos procedimentos adotados na apuração de valores da RTSA, a fim de justificar a majoração dos valores em decorrência de relevante ajustamento do plano de benefícios.

Em outubro de 2018, em complemento à manifestação anterior e com o propósito de verificar o impacto do processo de saldamento sobre os valores atribuídos à RTSA, a Mercer promoveu o recálculo da referida reserva técnica, emitindo ao final do estudo o Relatório 127/2018, que foi encaminhado aos Correios para análise e tratativas junto à SEST. Em resposta ao Relatório da Mercer, os Correios solicitaram esclarecimentos por meio da Carta n.º 4880986/2019-SEGER-PRESI, cujos argumentos e dúvidas foram esclarecidos por meio do instrumento Of-Int/2019/0107 e seu anexo.

Para buscar solução definitiva do assunto, no primeiro semestre de 2020, os Correios criaram um Grupo de Trabalho, com a finalidade de levantar o histórico da RTSA, consolidar a documentação e identificar as premissas adotadas no cálculo do serviço passado. O assunto é objeto de ações na justiça, uma delas movida pelo próprio Postalís, e permanece sob discussão entre Correios e Postalís, tendo em vista que não há consenso entre o montante da dívida, nem acerca das premissas de cálculo adotadas para determinação do valor do serviço passado.

#### c) Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS

O Postalís contratou escritório de advocacia especializado para atuar na análise da real situação dos créditos privados lastreados contra o FCVS, as implicações jurídicas, a situação dos litígios existentes e a propositura da melhor estratégia para a gestão das CCI MTTG, CCI Tetto e do fundo FIM FM1. Apesar das tratativas junto à Caixa Econômica Federal – CEF para discutir a proposta de acordo para a novação no âmbito do FCVS, onde a CEF envidaria os melhores esforços para viabilizar operacionalmente a proposta de acordo, a CEF no ano de 2019 não deu sequência às negociações, mas o Postalís está buscando novo contato com a CEF. De toda sorte, o Postalís possui processo judicial contra a CEF, conforme processo n.º 0006879-

23.2012.4.01.3400, 6a Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, o qual está em fase de produção de provas, com laudo pericial favorável à tese do Postalís.

d) BNY MELLON DTVM

Em atendimento à Resolução do CFC n.º 1.180/2009 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o Instituto não registra em suas demonstrações os referidos ativos.

## **12 Provisões Matemáticas**

As provisões matemáticas foram calculadas pela Mercer Human Resource Consulting Brasília Ltda, responsável técnica pela gestão atuarial dos planos de benefícios.

### **12.1 Hipóteses e Premissas Atuariais**

As hipóteses e premissas adotadas nas avaliações atuariais foram aprovadas por meio da, com base nos resultados dos estudos técnicos de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras; da convergência das taxas reais anuais de juros; e do fator de capacidade, conforme quadro a seguir:

Hipótese e Premissas Atuariais	Benefício Definido		Postalprev	
	2020	2019	2020	2019
<b>Bases Populacionais</b>				
Rotatividade	Exp. POSTALIS ROT 2020 (2,59%)	EXP. POSTALIS ROT 2019 (Taxa média de 1,33% até a aposentadoria e nula após essa idade)	Exp. POSTALIS 2015-2019 (3,44)	Experiência Postalprev 2015-2018 (taxa média de 2,79% até a aposentadoria e nula após essa idade)
Custo de Pensão	Benefícios a Conceder: Família Padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da Avaliação Atuarial			
	Benefícios Concedidos: Família Real			
Entrada em Aposentadoria	Entre 24 a 25 meses		Não Aplicável	
<b>Bases Econômicas e Financeiras</b>				
Taxa de Juros Técnico Atuarial	4,6% a.a.		4,60% a.a.	
Crescimento Real Anual do Salário	Não aplicável		Taxa média de 2,00% a.a. (IC95% de 1,84% a 2,15%)	
Fator de Capacidade	0,98		0,98	
<b>Hipóteses Biométricas</b>				
Tábua Mortalidade Geral/Sobrevivência	AT 2000 M&F		BR-EMSsb-2015 M&F (D10%)	BR-EMSsb-2015 M&F
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT-49 M (A65%) e F (A75%)		RP 2000 DISABLED M&F	
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT MÉDIA (D65%)		Light Fraça (A25%)	Light Média (D60%)

A taxa de juros foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC n.º 15/2014, Instrução Previc n.º 23/2015 e Portaria Previc n.º 708/2015.

## 12.2 Plano BD

### 12.2.1 Equilíbrio Técnico e Natureza do Resultado

Registra o excedente (superávit) ou a insuficiência (déficit) patrimonial dos planos de benefícios em relação aos seus compromissos totais.

Plano BD		
Composição das Provisões Matemáticas	2020	2019
Provisões Matemáticas	10.264.832	9.996.013
Benefícios Concedidos	12.179.170	11.826.333
Benefícios a Conceder	3.827.409	3.787.876
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	-5.741.747	-5.618.195
(-) Déficit Equacionado	(5.741.747)	(5.618.195)
<b>Equilíbrio Técnico Acumulado</b>	<b>-6.957.747</b>	<b>-6.785.615</b>
(-) Déficit Técnico Acumulado	(6.957.747)	(6.785.615)
<b>Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>		
	2020	2019
a) Equilíbrio Técnico	-6.957.747	-6.785.615
b) (+/-) Ajuste de Precificação	8.476	16.413
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	-6.949.271	-6.769.202
(a) Sistema Venturo (Previc).		

Na avaliação atuarial de 2020, observa-se que o plano apresentou déficit técnico, o qual foi resultante de causas conjunturais e estruturais, sendo oriundo, sobretudo, dos fatores relacionados abaixo, todos em função do TAC, sendo agravado pela movimentação cadastral:

- déficit existente em 2019;
- não equacionamento obrigatório do déficit apurado nos exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019;
- não aprovação do plano de equacionamento de 2015 pela patrocinadora, com o posterior restabelecimento do valor referente a esse déficit da provisão a constituir quando da avaliação de 2017.

A situação deficitária do plano faz com que esse déficit seja atualizado para o ano seguinte pela meta atuarial, de modo que, para evitar que o déficit se avolume, ano a ano, se faz necessária uma superação, com margem relevante, da meta atuarial pela rentabilidade do plano ou outro fator que acarrete um ganho atuarial.

No exercício de 2020, a meta atuarial do plano foi de 10,30%, composta pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC acumulado em 2020 de 5,45% mais taxa de juros de 4,60% ao ano, enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período foi positiva em 16,47%, representando um ganho atuarial de 5,59%.

Segundo a Resolução CNPC n.º 30/2018, considerando a Duração do Passivo do exercício de 14,76 anos, o limite de déficit para Avaliação Atuarial de 2020 é de R\$ 1.104.496 mil (10,76% as Provisões Matemáticas). Sendo o déficit apurado após o ajuste de precificação superior ao limite em R\$ 5.844.775 mil, haverá necessidade de equacionamento obrigatório de, no mínimo o valor da parcela que excedeu ao limite, com a elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2021.

Para manter a suficiência das taxas dos equacionamentos vigentes, foi realizado o rebalanceamento das Provisões a Constituir referentes aos Planos de equacionamento de Déficit dos exercícios de 2012 e 2014, que saiu de 17,77% para 18,39%, no que tange às parcelas de responsabilidade dos Participantes de um lado e dos Assistidos de outro.

Os planos de equacionamento de déficit de 2012 e 2014 estão sendo pagos pela patrocinadora Correios, nos termos contidos nos planos de custeio e carecem da assinatura de contrato específico de financiamento.

As contribuições recebidas em dezembro de 2020 ainda praticavam o plano de custeio precedente (17,77%) e os ajustes serão processados em fevereiro e março de 2021.

O processo de aprovação do plano de custeio foi iniciado em março de 2020 e demandou, além da aprovação do Conselho Deliberativo do Postalís, aprovação da Diretoria e do Conselho de Administração do patrocinador, ciência e análise do órgão supervisor, do Ministério das Comunicações – MCOM, e por fim, aprovação pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, tendo o Postalís tomado ciência em 02 de fevereiro de 2021.

O Postalís vem trabalhando na construção de uma estratégia previdencial, de forma a se buscar uma solução mais efetiva para a situação econômica, financeira e atuarial do plano.

### **12.2.2 Ajuste de Precificação**

Em atendimento à Resolução CGPC n.º 26/2008, Resolução CNPC n.º 16/2014 e Instrução Previc n.º 19/2015, o Instituto apresentou ao fim dos exercícios de 2020 o valor de R\$ 8.476 mil (R\$ 16.413 mil em 2019) de ajuste de precificação, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Para isso, os títulos públicos federais devem atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- i. Estarem classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento;
- ii. Tenham por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e

manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão;

iii. O valor presente do fluxo dos títulos públicos federais objeto do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios;

iv. O valor presente do fluxo remanescente dos títulos públicos federais objeto do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo remanescente de pagamento de benefícios, apurados anualmente para todo o período do fluxo;

v. A duração do fluxo dos títulos públicos federais, objeto do ajuste (principal e juros), seja inferior à duração do fluxo de pagamento de benefícios; e,

vi. Esteja demonstrada a capacidade financeira de atendimentos às necessidades de liquidez do plano de benefícios.

## 12.3 Plano Postalprev

### 12.3.1 Equilíbrio Técnico e Natureza do Resultado

Plano Postalprev		
Composição das Provisões Matemáticas	2020	2019
Provisões Matemáticas	5.424.014	4.810.232
Benefícios Concedidos	599.362	589.645
Benefícios a Conceder	4.824.651	4.220.586
<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>16.344</b>	<b>12.087</b>
Superávit Técnico Acumulado	16.344	12.087
Reserva de Contingência	16.344	12.087
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2020	2019
a) Equilíbrio Técnico	16.344	12.087
b) (+/-) Ajuste de Precificação	45.079	46.755
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	61.423	58.842
(a) Sistema Venturo (Previc).		

Na Avaliação Atuarial de 2020, observa-se que o plano apresentou superávit técnico, o qual foi resultante de causas conjunturais, sendo oriundo principalmente das alterações cadastrais e das variações estatísticas em torno das premissas atuariais adotadas.

A totalidade do superávit foi alocado na Reserva de Contingência, em conformidade com a Resolução CNPC n.º 30/2018, visto que o mesmo representa 3,16% das Provisões Matemáticas estruturadas na modalidade de Benefício Definido do plano e, com uma duração do passivo atuarial apurada no exercício de 2020 de 12,40% anos, o limite da Reserva de Contingência é de 22,40%.

No exercício de 2020, a meta atuarial do plano foi de 10,51%, composta pelo INPC de 5,45% mais taxa de juros de 4,80%, enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período, apurada pela variação da Cota Patrimonial, foi de 6,65%, representando uma perda atuarial de 3,62%.

### **12.3.2 Ajuste de Precificação**

Conforme determina a Resolução CNPC n.º 16/2014 e observados os critérios previstos na Instrução Previc n.º 19/2015, o ajuste de precificação corresponde a R\$ 45.079 mil em 2020 (R\$ 46.755 mil m 2019). Cumpre esclarecer que, para fins de apuração de equilíbrio técnico ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo em uma eventual destinação de superávit.

## **13 Fundos**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Postalís apresentou as seguintes composições de fundos:

Descrição	BD				Postalprev				Consolidado			
	2020	Constituição	(Reversões)	2019	2020	Constituição	(Reversões)	2019	2020	Constituição	(Reversões)	2019
Fundos Previdenciais	-	-	-	-	573.168	63.326	(33.905)	543.747	573.168	63.326	(33.905)	543.747
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	-	-	-	-	548.699	60.526	(25.845)	514.017	548.699	60.526	(25.845)	514.017
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	-	-	-	-	24.470	2.800	(8.060)	29.730	24.470	2.800	(8.060)	29.730
Fundos Administrativos	26.078	6.220	(851)	20.708	183.651	28.860	(2.029)	156.820	209.728	35.080	(2.880)	177.528
Fundos dos Investimentos	4.976	3.411	(3.083)	4.648	19.387	4.496	(1.621)	16.512	24.363	7.907	(4.705)	21.160
<b>Total dos Fundos</b>	<b>31.054</b>			<b>25.356</b>	<b>776.206</b>			<b>717.079</b>	<b>807.260</b>			<b>742.436</b>

(a) constituído com as contribuições específicas para cobertura dos benefícios de risco, acrescido dos saldos remanescentes da conta de contribuições do patrocinador no caso de resgate e das reversões de saldos projetados não utilizados, no caso de aposentadoria por invalidez em que o participante reforme a atividade. Este fundo é destinado ao pagamento das despesas com auxílio-doença, pecúlio por morte e garantias mínimas de pensão por morte de participantes e aposentadoria por invalidez.

(b) constituído mensalmente pela provisão matemática de participantes e assistidos falecidos, cujo benefício de auxílio-doença ou de aposentadoria não se transformem em pensão; pela provisão matemática de pensionistas cuja pensão se extinga pela desabilitação de todos os beneficiários, e, quando determinado no plano de custeio, parcela das contribuições específicas destinadas a segurar o plano quanto ao esperado desagendamento da taxa de mortalidade. Além desses recursos, anualmente, o fundo previdencial será atualizado pelo mesmo índice de atualização da reserva de origem. O fundo será utilizado para auxiliar a não contaminação dos resultados do plano quando da insuficiência de cobertura das provisões geradas pelos perdas atuariais (hipóteses atuariais não realizadas).

## 14 Mutação do Patrimônio Social

### 14.1 Gestão Previdencial

Descrição	Benefício Definido		Postalprev		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Adições</b>	<b>1.053.718</b>	<b>1.193.235</b>	<b>826.249</b>	<b>1.097.076</b>	<b>1.879.966</b>	<b>2.290.311</b>
Contribuições Previdenciais	572.614	559.137	427.880	381.123	1.000.494	940.261
Patrocinadora	280.347	272.718	209.955	184.805	490.303	457.523
Normais	-	-	204.939	182.314	204.939	182.314
Assistidos	62.857	60.540	5.017	2.492	67.874	63.032
Extraordinárias	217.490	212.178	-	-	217.490	212.178
Participantes	280.757	274.936	217.186	195.427	497.942	470.363
Normais	-	-	214.401	192.100	214.401	192.100
Assistidos	62.849	60.537	2.785	3.326	65.634	63.864
Extraordinárias	217.908	214.399	-	-	217.908	214.399
Autopatrocinaos	-	-	398	526	398	526
Demais Adições	11.510	11.483	341	365	11.851	11.848
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-	1.036	-	-	-	1.036
<b>Resultado Positivo Líquido dos Investimentos</b>	<b>481.104</b>	<b>633.062</b>	<b>398.369</b>	<b>715.952</b>	<b>879.473</b>	<b>1.349.014</b>
<b>Destinações</b>	<b>(957.031)</b>	<b>(850.635)</b>	<b>(178.789)</b>	<b>(348.125)</b>	<b>(1.135.820)</b>	<b>(1.198.759)</b>
<b>Benefícios</b>	<b>(869.669)</b>	<b>(841.431)</b>	<b>(152.983)</b>	<b>(327.275)</b>	<b>(1.022.652)</b>	<b>(1.168.706)</b>
Prestação Continuada	(839.866)	(800.868)	(55.293)	(55.611)	(895.159)	(856.479)
Prestação Única	(19.312)	(16.497)	(9.754)	(14.660)	(29.066)	(31.157)
Institutos	(10.374)	(22.909)	(50.259)	(221.714)	(60.633)	(244.623)
Outros Deduções	(116)	(1.158)	(37.678)	(35.289)	(37.794)	(36.447)
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(78.687)	-	(26)	(363)	(78.713)	(363)
Cobertura do Custeio Administrativo	(8.674)	(9.204)	(25.780)	(20.487)	(34.455)	(29.690)
<b>Acréscimos/Decréscimos</b>	<b>96.687</b>	<b>342.600</b>	<b>647.460</b>	<b>748.951</b>	<b>744.147</b>	<b>1.091.551</b>

## 14.2 Gestão Administrativa

O rateio das despesas administrativas segue critérios preestabelecidos, ou seja, 38,25% para gestão administrativa Previdencial e 61,75% para a gestão de Investimentos, cuja proporcionalidade relativa a cada plano de benefícios considera o número de participantes e a proporção equivalente ao ativo de investimentos respectivamente.

Os recursos originados dos planos de benefícios para custeio da Gestão Administrativa alcançaram 3,37% em 2020 (2,85% em 2019) das contribuições previdenciais normais e benefícios (Programados e Não Programados), dentro no limite estabelecido pela Resolução CGPC n.º 29/2009.

Descrição	2020	2019	Var. %
Composição das Despesas Administrativas	57.616	54.097	6,5%
Pessoal e Encargos (a)	40.257	35.702	12,8%
Conselheiros	533	9	
Dirigentes	1.722	72	
Pessoal Próprio	37.819	35.413	
Demais Despesas com Pessoal	183	208	
Treinamento/Congressos e Seminários (b)	92	346	-73,3%
Viagens e Estádias (b)	29	263	-89,1%
Serviços de Terceiros	6.850	7.833	-12,5%
Consultoria Atuarial	196	450	
Consultoria Jurídica	770	1.599	
Serviços de Informática	2.776	2.569	
Serviços de Gestão/Planejamento Estratégico	1.111	779	
Auditoria Contábil	88	123	
Vigilância e Conservação	427	335	
Serviços Gráficos (b)	3	55	
Manutenções em Geral	38	15	
Postais e Malotes	34	256	
Serviços de Telecomunicações	1.157	1.352	
Consultoria dos Investimentos	216	211	
Outros Serviços de Terceiros	35	89	

Despesas Gerais	3.894	4.137	-5,9%
Custas Judiciais	279	350	
Energia Elétrica/Água e Esgoto	214	265	
Associações de Classe	141	76	
Seguros Administrativos	0	5	
Assinaturas de Periódicos	25	29	
Materiais de Consumo	102	168	
Encargos Diversos	437	525	
Despesas Bancárias	934	1.402	
Aluguel do Edifícios Sede	1.443	955	
Outras Despesas Gerais	319	364	
Depreciações e Amortizações	1.405	1.110	26,6%
Tributos	5.040	4.621	9,1%
TAFIC	840	720	
PIS/COFINS s/ Faturamento	4.089	3.756	
Outros Impostos	112	145	
Outras Despesas	49	86	-43,3%
Multas Administrativas	47	76	
Juros Administrativos	2	10	
(a) Nomeação de Diretor e Conselheiros.			
(b) Reflexos da pandemia da Covid-19.			

Em 2020, as Despesas Administrativas (Previdencial e Investimentos) alcançaram 2,85% (2,57% em 2019) das contribuições previdenciais normais e benefícios (Programados e Não Programados). No exercício, as Despesas Administrativas Previdencial corresponderam a R\$ 24.022 mil (R\$ 24.333 mil em 2019) e de Investimentos a R\$ 33.594 mil (29.765 mil em 2019), neste último, integralmente ressarcidas pelo Custeio dos Investimentos.

## 15 Ajustes e Eliminações de Consolidação

Em atendimento a Resolução CNCP n.º 29/2018 e a Instrução SPC n.º 34/2009 as Demonstrações Contábeis devem ser apresentadas por plano e consolidadas.

A consolidação é registrada em balancete auxiliar, por meio de ajustes e eliminações dos registros que apresentam reflexos em duplicidade.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são: “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA” conforme demonstrado abaixo:

Ativo	Benefício Definido	Postalprev	PGA	Ajustes Eliminações	Balanco Patrimonial
Disponível	430	801	114	-	1.344
Gestão Previdencial	175.811	834	-	(288)	176.357
Gestão Administrativa	26.078	183.651	75.368	(217.408)	67.688
Investimentos	3.342.324	6.180.105	196.615	-	9.719.044
Permanente	-	-	4.464	-	4.464
<b>Total</b>	<b>3.544.642</b>	<b>6.365.391</b>	<b>276.560</b>	<b>(217.696)</b>	<b>9.968.897</b>
Passivo	Benefício Definido	Postalprev	PGA	Ajustes Eliminações	Balanco Patrimonial
Gestão Previdencial	93.455	145.339	-	(3.778)	235.017
Gestão Administrativa	-	-	12.271	(288)	11.983
Investimentos	4.178	3.488	-	(3.902)	3.764
Exigível Contingencial	108.870	-	54.561	-	163.431
Patrim. Cobertura do Plano	3.307.085	5.440.358	-	-	8.747.443
Fundos	31.053	776.206	209.728	(209.728)	807.259
<b>Total</b>	<b>3.544.642</b>	<b>6.365.391</b>	<b>276.560</b>	<b>(217.696)</b>	<b>9.968.897</b>

## 16 Outras Informações

### 16.1 Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

Em 20 de fevereiro de 2020, o extrato do TAC foi publicado por meio do Diário Oficial da União – DOU que prevê a suspensão temporária da aplicação de planos de equacionamento de déficits do Plano BD, a partir do exercício de 2015, de forma a viabilizar a elaboração de estudos técnicos, com vistas ao estabelecimento de adequada estratégia previdenciária que propicie solução para o desequilíbrio apresentado pelo plano, por meio da oferta de opção pela migração das reservas matemáticas individuais dos participantes, assistidos e pensionistas, líquidas de sua respectiva parcela do déficit, para plano estruturado na modalidade CD ou através de um plano de equacionamento de déficit com ou sem redução de benefícios a conceder.

Em abril de 2020, o Postalís aprovou uma proposta de estratégia previdencial endereçada aos Correios. A patrocinadora Correios, por sua vez, constituiu um Grupo de Trabalho – GT para tratar do assunto.

Ao final de julho de 2020, o Postalís recebeu a manifestação das áreas técnicas dos Correios e a solicitação de esclarecimentos e informações adicionais sobre a estratégia previdencial, além do pedido de emissão de um parecer jurídico.

Em outubro de 2020, a pedido dos participantes do plano, constituiu-se Grupo de Trabalho para discutir possíveis soluções para o Plano BD, tendo ocorrido reuniões quinzenais para discussão e apresentação de diversos temas, tais como situação atual do plano, RTSA, Precificação de Ativos, Cronograma do TAC, Estratégia Previdencial Proposta.

Os trabalhos desse GT resultaram no aprofundamento de outras alternativas de soluções, como o equacionamento de déficit com redução de benefícios a conceder. Estudos mais aprofundados estão sendo desenvolvidos, visando posterior aprovação de uma nova versão atualizada da proposta de estratégia previdencial.

Ao final da implantação dessa estratégia, o patrocinador firmará contrato específico de financiamento de dívida com o Postalís relativo à sua respectiva parcela do déficit no plano. O prazo para aplicação do plano de equacionamento do déficit do plano BD é de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de publicação do extrato do TAC no DOU, ocorrida em 20 de fevereiro de 2020, podendo ser prorrogado, nos termos previstos do próprio instrumento.

## **16.2 SARS-COV-2 (COVID-19)**

Com o início da pandemia em março de 2020, houve um forte movimento global de aversão a risco, levando à abertura das curvas de juros. Tal movimento possibilitou o Plano Postalprev aplicar R\$ 500 milhões em Notas do Tesouro Nacional Série B – NTN-B na curva, vencimento em 2050 e taxa de 4,80% ao ano.

Por outro lado, os investimentos em renda variável foram fortemente impactados. O Ibovespa caiu de 118 (cento e dezoito) mil pontos no início do ano para 63 (sessenta e três) mil pontos em março, recuperando o nível inicial apenas em dezembro, quando passaram a considerar as perspectivas de vacinação e um maior controle da pandemia.

Tais efeitos, ainda, foram observados por meio do aumento na liquidez mundial atribuída às medidas de combate aos impactos econômicos da pandemia implementados por vários países.

A rentabilidade dessa classe no ano foi de -2,11%, tendo como destaque o mês de março de 2020 que apresentou uma rentabilidade negativa de -32,9%.

No Plano BD não foi possível realizar investimentos em NTN-Bs na curva devido à baixa capacidade de liquidez do plano, porém, em março houve um aporte adicional de R\$ 200 milhões em RV, mais que dobrando a alocação no segmento, momento de mínima do Ibovespa em 2020.

A rentabilidade da classe de RV no plano BD foi de 14,7%, tendo como destaque a performance do FIA Postal Brasil de 76,8%.

Ademais, o aumento de quase 30% do dólar, causado principalmente pela pandemia, foi um dos motivos da alta valorização de 74,9% do investimento no exterior deste plano.

### **16.3 IN PREVIC N. 31/2020**

Em vigor desde 1º de janeiro de 2021, o normativo faz parte do aprimoramento de normas previdenciárias do Plano de Ação Estratégico da Previc que visa, dentre outras coisas, o alinhamento com as alterações recentes das Normas Brasileiras de Contabilidade, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em face do processo de harmonização às normas internacionais.

Entre as principais alterações destacam-se:

- ampliação da codificação das contas contábeis de 10 (dez) para 13 (treze) dígitos;
- revisão da estrutura contábil para registro dos investimentos;
- inclusão de rubricas contábeis de provisão de perdas estimadas;
- padronização de procedimentos para a atualização de depósitos judiciais; e
- reclassificação dos contratos de dívidas registrados no Passivo para o Ativo.

Além da criação de grupo de “Informações extracontábeis”, a fim de complementar informações relativas à déficits técnicos e investimentos das EFPC.

**PAULO HUMBERTO CESAR DE OLIVEIRA**

Presidente

**PEDRO ANTÔNIO ESTRELLA PEDROSA**

Diretor de Investimentos

**CARLOS ALBERTO ZACHERT**

Diretor de Gestão Previdencial

**RENATA BORGES RIBEIRO DE SOUZA**

Contadora CRC-DF 019741/O-5

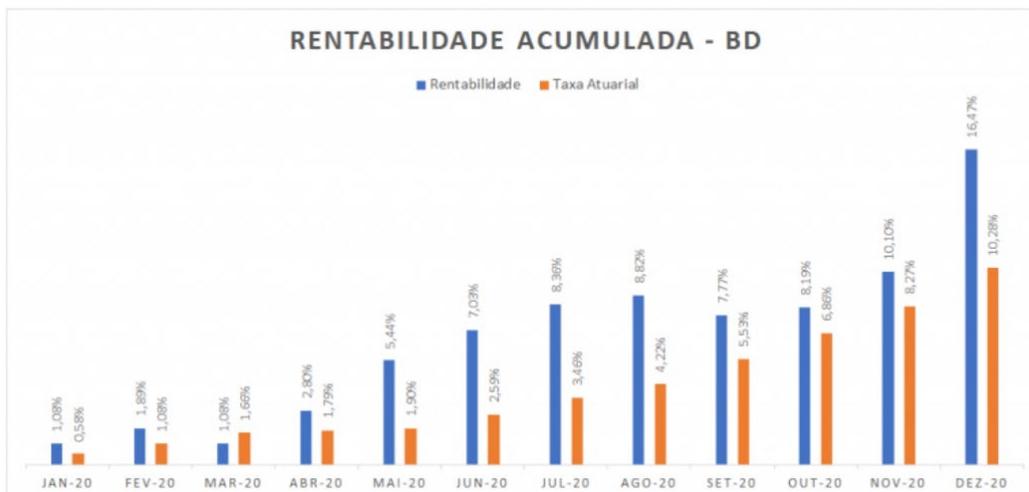
## Análise Econômico-financeira

O ano de 2020 foi marcado pelo início da pandemia pelo COVID-19, que resultou na elevação da volatilidade e uma forte desvalorização dos ativos, em especial, os de Renda Fixa e Renda Variável. Aproveitando-se do momento de mercado, o Postalís realizou a alocação em renda variável no plano BD que contribuiu para o alcance da meta atuarial. Já no plano Postalprev, foi possível realizar uma alocação em títulos públicos a taxas equivalentes ao índice de referência que atenuaram os efeitos adversos observados pela desvalorização dos ativos de renda variável.

### Plano Benefício Definido

O Plano BD Saldado do Postalís apresentou rentabilidade líquida de 16,47% no ano de 2020, 160,2% da taxa atuarial do plano (10,28%). Tal resultado representa um aumento de R\$ 161 milhões no total do ativo destinado à cobertura dos compromissos com os participantes e assistidos do plano de benefício, considerando o desembolso líquido (já descontadas as contribuições) de R\$ 258 milhões para honrar o pagamento de benefícios ao longo de 2020.

#### Rentabilidade dos planos nos últimos 12 meses – BD



Entre os fatores que contribuíram para o retorno da carteira do plano BD Saldado, cabe destacar a carteira de Renda Variável. O plano BD realizou um

aporte de R\$ 200 milhões em 20 de março de 2021, quando a bolsa atingiu a mínima de 2020, em 66.954 pontos, sendo tal queda motivada pelo início das práticas de contenção do avanço do COVID-19 no território nacional. Até o final do ano, tal investimento apresentou um retorno de 76,84%, representando 10,36% da carteira do plano BD.

Além disso, o dólar apresentou crescimento de 28,14% no ano de 2020, o que beneficiou a exposição que o plano detém em ativos no exterior, representando 5,93% da carteira do plano ao final de 2020.

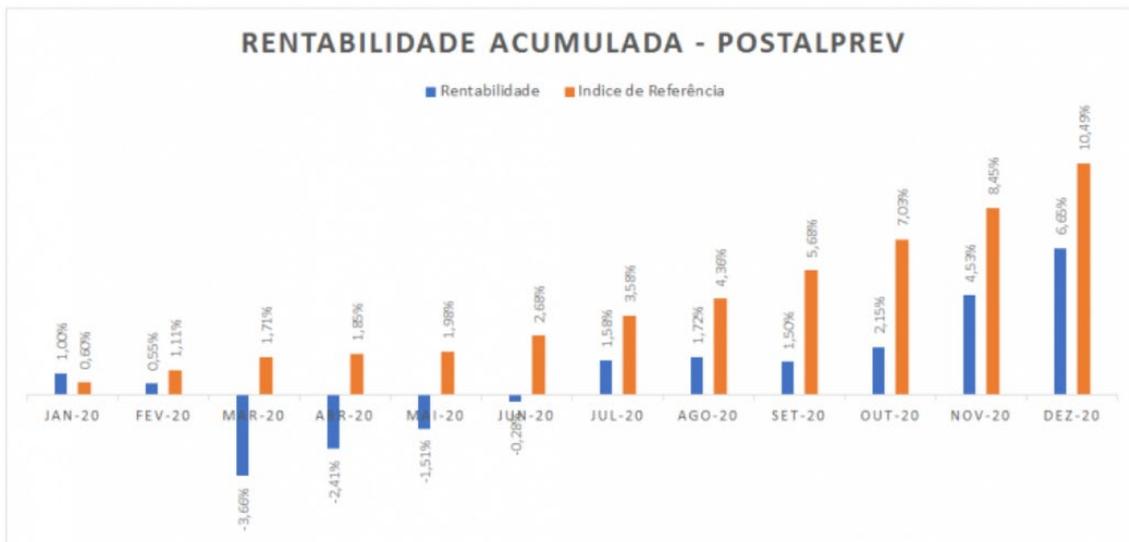
Em continuidade às estratégias adotadas em 2020, no ano de 2021 foi mantida a preferência por alocação em ativos com liquidez de curto e médio prazo, de modo a acompanhar à dinâmica do passivo de um plano maduro, que tem maior volume de pagamento de benefícios do que de recebimento de contribuições e considerando o ponto de inflexão projetado para 2023, conforme apontado no Relatório de Liquidez Médio e Longo Prazo PBD – Base Dezembro – 2018.

Com um cenário de juros em baixa, a rentabilidade dos novos investimentos em Renda Fixa tende a ser inferior à taxa atuarial do plano e se apresentarão como um grande desafio para os próximos anos. Dessa forma, entre as medidas em estudo pelo Postalís estão a elevação da exposição em outras classes de ativos, em especial em Renda Variável Doméstica, Fundos Multimercados e Renda Variável no Exterior.

### **Plano Postalprev**

O plano Postalprev apresentou, em 2020, a rentabilidade de 6,65%, 63,40% do índice de referência do plano (10,49%). Enquanto no plano BD, a queda da bolsa trouxe um benefício à carteira, em virtude da exposição ativa em Renda Variável ter iniciado após os efeitos da expansão do COVID-19 sobre a bolsa brasileira, o plano Postalprev já detinha cerca de 12,76% do seu patrimônio exposto a Renda Variável. Assim, a carteira de Renda Variável do Plano Postalprev apresentou uma queda de 2,11% no ano de 2020.

### **Rentabilidade dos planos nos últimos 12 meses – POSTALPREV**



A expectativa para o ano de 2021 é que se tenha início o ciclo de abertura da taxa básica de juros (Selic). Com isso, é de se esperar certa volatilidade, em especial, nas carteiras de Renda Fixa e Renda Variável, uma vez que o prêmio exigido pelo mercado para tais ativos tende a aumentar. Contudo, uma vez que o plano recebe, em média, R\$ 24 milhões de contribuições a mais do que paga a título de benefícios e resgates, tal cenário se torna benéfico para o plano no longo prazo, possibilitando retornos maiores para as novas alocações.

Em paralelo, uma vez que o avanço do COVID-19 e o ritmo de vacinação no território nacional permanecem incertos e como principais direcionadores para a evolução da economia no ano de 2021, se faz importante a adoção de estratégias que visem mitigar o risco de alocação em ativos domésticos. Assim sendo, o plano deverá elevar sua exposição de Renda Variável no Exterior no ano de 2021.

## Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Valor Econômico Gerado	2020	2019
<b>1. Adições</b>	<b>962.197</b>	<b>983.400</b>
Contribuições	966.039	910.570
Receitas Administrativa (*)	73.873	62.853
Contingências	-77.715	9.976
<b>2. Variação das Provisões Técnicas</b>	<b>-882.601</b>	<b>-1.785.870</b>
Provisões Matemáticas	-882.601	-1.785.870
<b>3. Resultado Líquido Operacional (1 + 2)</b>	<b>79.596</b>	<b>-802.470</b>
<b>4. Benefícios</b>	<b>1.022.652</b>	<b>1.168.706</b>
Benefícios de Prestação Continuada e Única e Institutos (Líquido de IR)	945.999	1.063.596
IRRF de Benefícios	38.859	68.663
Outros	37.794	36.447
<b>5. Insumos de Terceiros</b>	<b>10.914</b>	<b>12.664</b>
Serviços de Terceiros	6.850	7.833
Despesas Gerais	3.894	4.137
Treinamentos	92	346
Viagens e Estádias	29	263
Outros	49	86
<b>6. Valor Adicionado Bruto (3 - 4 - 5)</b>	<b>-953.970</b>	<b>-1.983.840</b>
<b>7. Depreciação e Amortização</b>	<b>1.405</b>	<b>1.110</b>
<b>8. Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (6 - 7)</b>	<b>-955.375</b>	<b>-1.984.950</b>
<b>9. Valor Adicionado Recebido/Cedido em Transferência</b>	<b>894.418</b>	<b>1.367.359</b>
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.202.293	1.350.662
Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-322.821	-1.648
Resultado Positivo dos Investimentos - Gestão Administrativa	22.170	19.371
Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Administrativa	-7.225	-1.026
<b>10. Valor Adicionado Total a Distribuir (8 + 9)</b>	<b>-60.956</b>	<b>-617.592</b>
<b>11. Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>-60.956</b>	<b>-617.592</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>40.257</b>	<b>35.702</b>
<b>Conselheiros, Dirigentes e Pessoal Próprio</b>	<b>40.257</b>	<b>35.702</b>
Remuneração Direta	17.152	14.688
Benefícios	23.105	21.015
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>5.040</b>	<b>4.621</b>
Impostos e Taxas	5.040	4.621
Remuneração de Capitais Próprios	-106.253	-657.915
Fundos	61.621	104.270
Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	-167.875	-762.185

(\*) Taxa de Carregamento de Administração e Demais Receitas Administrativas.

## Parecer Atuarial dos Planos BD e Postalprev

---

### Avaliação Atuarial - Plano Benefício Definido

#### INTRODUÇÃO

Na qualidade de Atuários Responsáveis pela Avaliação Atuarial do Plano Plano de Benefício Definido – PBD, administrado e executado pelo POSTALIS – Instituto de Previdência Complementar, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial, em 31 de dezembro de 2020, do citado Plano referente às Patrocinadoras:

- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;
- POSTALIS;

Ressaltamos que este Parecer observa a legislação vigente, em destaque:

- Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018;
- Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018;
- Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009
- Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018;
- Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019;
- Portaria PREVIC nº 292, de 08/04/2020;
- Portaria PREVIC nº 337, de 29/04/2020; e
- Portaria PREVIC nº 1.106, de 23/12/2019.

Cumpramos destacar que foram publicadas durante o ano de 2020 novas normas, mas que entraram em vigor apenas em 1º de janeiro de 2021, portanto, considerando que este parecer se refere aos resultados da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2020, estas não foram aplicadas. Destacamos:

- Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020;
- Instrução PREVIC nº 33, de 23/10/2020 e revoga a Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018;
- Instrução PREVIC nº 36, de 15/12/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019; e
- Portaria PREVIC nº 835, de 1º de dezembro de 2020.

O Plano de Benefício Definido é um Plano Saldado e fechado a novas adesões, ou seja, em extinção, estando registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1981.0004-29, possuindo benefícios de risco e benefícios programados estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD). Portanto, conforme a Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, o Plano está estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD).

Para o Plano de Benefício Definido, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de “PBD” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2020, na Data da Avaliação de 31/12/2020, a partir dos dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos, posicionados em 30/11/2020 (Data do cadastro), levantados e informados pela Entidade, bem como das informações contábeis e patrimoniais disponibilizadas pela Entidade.

De acordo com o POSTALIS, o Plano de Equacionamento referente ao déficit de 2015 não entrou em vigor, por falta de aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, órgão de supervisão do Patrocinador Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, em tempo hábil à época. Diante dessa situação e considerando o processo de intervenção, o Instituto solicitou, na Avaliação Atuarial de 2017, o cancelamento desse equacionamento visto que esse tema é objeto do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC firmado entre o Instituto e a Previc e com a patrocinadora como interveniente-anuente.

O déficit apurado no encerramento dos exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019 também não foram equacionados, visto que o tema também é alvo do TAC firmado entre o Instituto e a Previc.

Conforme informado pelo POSTALIS, o TAC foi formalizado entre o Instituto, a Previc e o patrocinador, sendo assinado entre as partes em 18 de fevereiro de 2020 e divulgado no D.O.U. de 20 de fevereiro de 2020.

Adicionalmente, e em face de a Entidade não ter informado nenhum outro fato relevante em relação ao Plano, além da proposta de alteração

regulamentar em análise, em conformidade com a requisição de dados e informações para a Avaliação Atuarial Anual do exercício de 2020, consideramos no seu processamento a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto nº 4.942, de 30/12/2003, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer, em relação ao plano.

## **PERFIL DOS PARTICIPANTES**

A base cadastral de Participantes e Assistidos encaminhada pela Entidade, posicionada em 30/11/2020, foi reposicionada para 31/12/2020.

### **Qualidade da Base Cadastral**

Os dados individuais foram fornecidos pela Postalís – Instituto de Previdência Complementar à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a Postalís, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

**Participantes Ativos**

DESCRIÇÃO	30/11/2020
Número	49.099
Idade Média (anos)	50,6
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	24,5
Tempo Médio de Contribuição (anos)	24,3
Tempo para Aposentadoria (anos)	12,3
BPS Médio (R\$)	653,36
Folha mensal (R\$) (x13)	417.032.050,11

**Participantes Autopatrocinados**

DESCRIÇÃO	30/11/2020
Número	408
Idade Média (anos)	54,8
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	27,6
Tempo Médio de Contribuição (anos)	27,4
Tempo para Aposentadoria (anos)	8,5
BPS Médio (R\$)	798,69
Folha mensal (R\$) (x13)	4.236.254,88

**Participantes Assistidos e Pensionistas**

DESCRIÇÃO	30/11/2020
<b>Aposentadoria por Tempo de Serviço</b>	
Número	22.907
Idade Média (anos)	65,8
Benefício Mensal Médio em R\$	2.376,48
Folha mensal (em R\$)	54.438.076,01
<b>Aposentadoria por Velhice</b>	
Número	297
Idade Média (anos)	72,5
Benefício Mensal Médio em R\$	1.542,75
Folha mensal (em R\$)	458.197,11
<b>Aposentadoria Especial</b>	
Número	9
Idade Média (anos)	82,6
Benefício Mensal Médio em R\$	2.353,40
Folha mensal (em R\$)	21.180,60
<b>Aposentadoria Invalidez*</b>	
Número	4.111
Idade Média (anos)	62,4
Benefício Mensal Médio em R\$	935,31
Folha mensal (em R\$)	3.845.047,95
<b>Pensão</b>	
Número	5.509
Idade Média (anos)	67,8
Benefício Mensal Médio em R\$	1.202,48
Folha mensal (em R\$)	6.624.450,27
<b>Total</b>	
Número	32.833
Idade Média (anos)	65,8
Benefício Mensal Médio em R\$	1.991,50
Folha mensal (em R\$)	65.386.951,94

(\*) Inclui 7 Assistidos na modalidade de Auxílio Doença.

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 30/11/2020. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2020.

## HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas nesta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros <sup>(1)</sup>	4,60% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	Não Aplicável
Fator de capacidade para os salários	98%
Fator de capacidade para os benefícios	98%
Hipótese sobre rotatividade	Tábua EXP. POSTALIS ROT 2020
Tábua de mortalidade geral <sup>1</sup>	AT - 2000 M&F
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 M (A65%) e F (A75%)
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT MÉDIA (D65%)
Custo de Pensão (Benefícios a Conceder)	Família Padrão Calculada a partir da base cadastral.
Custo de Pensão (Benefícios Concedidos)	Família Real

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE;

### Principais Riscos Atuariais

O Risco Atuarial surge, especialmente, pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios. Para o Plano de Benefício Definido, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão

em conformidade com os princípios atuariais aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria.

### **Adequação das Hipóteses Utilizadas**

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos, cujos resultados foram formalizados à Postalís por meio do Relatório MERCER 135 – RE 029/20, que tomaram como base a população existente no Plano PBD. O detalhamento dos estudos, conforme previsto na Resolução CNPC nº 30/2018, encontra-se arquivado na Postalís.

Informamos que a tábua de rotatividade foi alterada da Tábua EXP. POSTALIS ROT 2019 para a Tábua EXP. POSTALIS ROT 2020 com o objetivo de ajustar a expectativa de rotatividade ao comportamento observado na massa de participantes.

Houve atualização dos percentuais da premissa de composição familiar de acordo com as informações de dependentes disponibilizadas pela Postalís.

Informamos que, excetuadas as alterações nas hipóteses atuariais mencionadas acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Em relação à hipótese de taxa de juros, o estudo técnico de adequação desta hipótese apontou para uma taxa de convergência de 4,62% a.a. De acordo com a Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018, a taxa de juros do plano deve respeitar o intervalo de 70% da taxa de juros parâmetro e 0,4% a.a. acima desta mesma taxa. Observando a Portaria nº 337, de 29/04/2020, o intervalo permitido para o plano PBD, considerando a duração do passivo de 15,28 anos (Duration apurada na avaliação atuarial de 31/12/2019), é de 3,77% a.a até 5,78% a.a. Dessa forma, a taxa de retorno real anual projetada de 4,60% a.a, utilizada neste estudo, está dentro do intervalo permitido pela legislação vigente.

### **Adequação dos Métodos de Financiamento**

Observado que o Plano se encontra saldado e em extinção e, conforme verificado no estudo de aderência de hipóteses, consolidado no Relatório

MERCER 135 – RE 029/20, entendemos que os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme o Artigo 6º da Resolução CNPC nº 30/2018.

\* \* \* \*

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano PBD.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

### **POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS**

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2020 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Postalís posicionados em 31/12/2020.

CONTA	NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	3.338.138.576,66
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	3.307.085.259,59
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	10.264.832.043,56
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	12.179.170.039,00
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	12.179.170.039,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	10.313.244.052,00
	Aposentadoria Programada e Reversão	10.313.244.052,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	1.865.925.987,00
	Aposentadorias por Invalidez e Reversão	757.562.225,00
	Pensões	1.108.363.762,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	3.827.408.877,00
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	-
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	-
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	-
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	3.398.371.724,00
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	3.958.794.556,00
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(280.211.416,00)

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(280.211.416,00)
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	429.037.153,00
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	445.046.801,00
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(8.004.824,00)
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(8.004.824,00)
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(5.741.746.872,44)
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participante	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	(5.741.746.872,44)
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador	(2.834.706.049,37)
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participante	(592.011.056,58)
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistido	(2.315.029.766,49)
2.3.1.1.03.02.01	(-) Déficit Equacionado 2012	(1.135.079.692,91)
2.3.1.1.03.02.01.01	(-) Patrocinador	(590.174.551,19)
2.3.1.1.03.02.01.02	(-) Participante	(111.560.947,07)
2.3.1.1.03.02.01.03	(-) Assistido	(433.344.194,65)
2.3.1.1.03.02.02	(-) Déficit Equacionado 2014	(4.606.667.179,53)
2.3.1.1.03.02.02.01	(-) Patrocinador	(2.244.531.498,18)
2.3.1.1.03.02.02.02	(-) Participante	(480.450.109,51)
2.3.1.1.03.02.02.03	(-) Assistido	(1.881.685.571,84)
2.3.1.1.03.04.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.04.01	(+/-) Patrocinador	-
2.3.1.1.03.04.02	(+/-) Participante	-
2.3.1.1.03.04.03	(+/-) Assistido	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(6.957.746.783,97)
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(6.957.746.783,97)
2.3.1.2.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva para Revisão do Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(6.957.746.783,97)
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	31.053.317,07

CONTA	NOME	R\$
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	26.077.674,44
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	4.975.642,63

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano PBD vigente em 31 de dezembro de 2020, Plano este que se encontra em extinção.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados – assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados – assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados – assistidos).

c) As provisões referentes à futura reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e de pecúlio por morte de futuro aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.02.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados).

d) As provisões referentes a futura reversão da aposentadoria por invalidez em pensão por morte e de pecúlio por morte do futuro inválido calculada para participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

e) As provisões referentes a pensão por morte e pecúlio por morte de participante ativo foram registradas na conta 2.3.1.1.02.03.01 (valor atual dos benefícios futuros não programados).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano PBD avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pela Postalís.

### **Reclassificação contábil a partir de 01/01/2021**

Tendo em vista a reclassificação contábil a partir de 01/01/2021 à luz do que determina a Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020, apresentamos a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2020 já adaptadas para o novo Plano de Contas, devendo ser esta a abertura do Balancete Contábil de 01/01/2021.

CONTA	NOME	R\$
1.02.01.01.04.00.00	OPERAÇÕES CONTRATADAS	2.834.706.049,37
1.02.01.01.04.02.00	SERVIÇO PASSADO CONTRATADO	-
1.02.01.01.04.03.00	DÉFICIT TÉCNICO CONTRATADO	2.834.706.049,37
1.02.01.01.04.03.01	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA FINANCEIRA	2.834.706.049,37
	Patrocinador(es) - 31/12/2012	590.174.551,19
	Patrocinador(es) - 31/12/2014	2.244.531.498,18
2.03.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	6.172.844.626,03
2.03.01.00.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	6.141.791.308,96
2.03.01.01.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	13.099.538.092,93
2.03.01.01.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	12.179.170.039,00
2.03.01.01.01.01.00	Contribuição Definida	-
2.03.01.01.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	-
2.03.01.01.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	12.179.170.039,00
2.03.01.01.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	10.313.244.052,00
	Aposentadoria Programada e Reversão	10.313.244.052,00
2.03.01.01.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	1.865.925.987,00
	Aposentadorias por Invalidez e Reversão	757.562.225,00
	Pensões	1.108.363.762,00
2.03.01.01.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	3.827.408.877,00
2.03.01.01.02.01.00	Contribuição Definida	-
2.03.01.01.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	3.398.371.724,00
2.03.01.01.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	3.958.794.556,00
2.03.01.01.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(280.211.416,00)
2.03.01.01.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(280.211.416,00)
2.03.01.01.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	429.037.153,00
2.03.01.01.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	445.046.801,00
2.03.01.01.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(8.004.824,00)
2.03.01.01.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(8.004.824,00)
2.03.01.01.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	(2.907.040.823,07)
2.03.01.01.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.03.01.01.03.02.00	(-) Equacionamento de Déficit a Integralizar - Total	(2.907.040.823,07)
2.03.01.01.03.02.00.1	(-) Déficit Equacionado - 31/12/2012	(544.905.141,72)
2.03.01.01.03.02.00.2	(-) Déficit Equacionado - 31/12/2014	(2.362.135.681,35)

CONTA	NOME	R\$
2.03.01.01.03.02.02	(-) Participantes - Total	(592.011.056,58)
2.03.01.01.03.02.02.1	(-) Participantes - 31/12/2012	(111.560.947,07)
2.03.01.01.03.02.02.2	(-) Participantes - 31/12/2014	(480.450.109,51)
2.03.01.01.03.02.03	(-) Assistidos - Total	(2.315.029.766,49)
2.03.01.01.03.02.03.1	(-) Assistidos - 31/12/2012	(433.344.194,65)
2.03.01.01.03.02.03.2	(-) Assistidos - 31/12/2014	(1.881.685.571,84)
	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.03.01.01.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.03.01.01.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.03.01.02.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(6.957.746.783,97)
2.03.01.02.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	(6.957.746.783,97)
2.03.01.02.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.03.01.02.01.01.01	Reserva de Contingência	-
2.03.01.02.01.01.02	Reserva para Revisão do Plano	-
2.03.01.02.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	(6.957.746.783,97)
2.03.01.02.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	31.053.317,07
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	-
2.03.02.01.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-
2.03.02.01.02.00.00	Revisão De Plano	-
2.03.02.01.03.00.00	Outros - Previsto Em Nota Técnica Atuarial	-
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	26.077.674,44
2.03.02.03.00.00.00	FUNDO PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	4.975.642,63

### Varição nas Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do Plano PBD, existentes em 31/12/2020, e disponibilizadas pela Postalís, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros, e resultam de R\$12.179.170.039,00.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC, fixadas com base nas informações individuais dos Participantes Ativos do Plano PBD, existentes em 31/12/2020, e disponibilizadas pela Postalís, também foram determinadas atuarialmente, e resultam em R\$3.827.408.877,00 no encerramento do exercício.

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2019, quando comparada com a provisão matemática evoluída teoricamente, considerando a movimentação já esperada (inflação e benefícios pagos) e concessões ocorridas no período.

A provisão matemática avaliada considerando as hipóteses de 2020 foi inferior à provisão matemática considerando as hipóteses de 2019, sendo tal variação justificada pela alteração da hipótese de Família Média e Rotatividade as quais geraram impacto no valor apurado das reservas de Benefícios a Conceder. Contribuiu também para a redução dos benefícios a conceder, os desligamentos de participantes ocorridos no exercício de 2020.

Abaixo demonstramos a variação das provisões matemáticas quando comparada aos valores evoluídos teoricamente, bem como o impacto decorrente da alteração das hipóteses atuariais e reforma da previdência:

CONTA	A - EVOLUÇÃO TEÓRICA	B - RECÁLCULO COM HIPÓTESES DE 31/12/2019	VARIAÇÃO (B/A-1)	C - RECÁLCULO COM HIPÓTESES DE 31/12/2020	VARIAÇÃO (C/B-1)
<u>Provisões Matemáticas</u>	16.108.448.084,01	16.279.753.678,00	1,1%	16.006.578.916,00	-1,7%
Benefícios Concedidos	12.081.554.100,13	12.179.170.039,00	0,8%	12.179.170.039,00	0,0%
Benefício Definido	12.081.554.100,13	12.179.170.039,00	0,8%	12.179.170.039,00	0,0%
Benefícios a Conceder	4.026.893.983,87	4.100.583.639,00	1,8%	3.827.408.877,00	-6,7%
<u>Benefício Definido</u>	4.026.893.983,87	4.100.583.639,00	1,8%	3.827.408.877,00	-6,7%

Em 31/12/2020, o Plano possui Provisões Matemáticas a Constituir para fins de amortização do Déficit Técnico Equacionado no montante de R\$5.741.746.872,44, sendo R\$1.135.079.692,91 referente ao Déficit registrado no exercício de 2012 e R\$4.606.667.179,53 referente ao Déficit registrado no exercício de 2014.

Dessa forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas, já descontadas às provisões matemáticas a constituir, do POSTALIS com o Plano, representam o montante total de R\$10.264.832.043,56, em 31/12/2020.

## Evolução das Provisões Matemáticas

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
Provisões Matemáticas em 31/12/2019	9.996.013.414,43
<b>Alterações de Hipóteses</b>	
Rotatividade	(161.349.737,00)
Família Padrão	(111.825.025,00)
Experiência <sup>(1)</sup>	541.993.391,13
Provisões Matemáticas em 31/12/2020	10.264.832.043,56

<sup>(1)</sup> Perda explicada pela movimentação cadastral ocorrida entre os exercícios de 2019 e 2020.

### Variação do Resultado

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões Matemáticas de R\$10.264.832.043,56, em relação aos benefícios concedidos e a conceder, já deduzidas das provisões a constituir no montante de R\$5.741.746.872,44, com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, correspondente ao montante de R\$3.307.085.259,59, verifica-se um deficit técnico acumulado no montante de R\$6.957.746.783,97, em 31/12/2020, que representou um aumento de 2,54%, comparativamente ao resultado observado em 31/12/2019, de R\$6.785.615.183,48.

O aumento do deficit se deve, principalmente, pela movimentação da base cadastral.

No período compreendido entre janeiro/2020 e dezembro/2020, a meta atuarial do Plano foi de 10,30%, composta pelo INPC acumulado em 2020 de 5,45% mais taxa de juros de 4,60% a.a., enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período foi positiva em 16,47%, conforme informação repassada pelo POSTALIS, representando um ganho atuarial de 5,59%.

### Natureza do Resultado

Na Avaliação Atuarial de 2020, observa-se que o Plano apresentou deficit técnico, o qual foi resultante de causas conjunturais e estruturais, sendo oriundo, sobretudo, do déficit existente em 2019; do não equacionamento obrigatório do deficit apurado nos exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019; da não aprovação do plano de equacionamento de 2015 pela patrocinadora, com

a posterior exclusão do valor referente a esse deficit da provisão a constituir quando da Avaliação de 2017, sendo agravado pela movimentação cadastral.

Importante mencionar que a situação deficitária do Plano faz com que esse deficit seja atualizado para o ano seguinte pela meta atuarial do Plano, de modo que, para evitar que o deficit do Plano se avolume, ano a ano, se faz necessária uma superação, com margem relevante, da meta atuarial pela rentabilidade do Plano ou outro fator que acarrete um ganho atuarial.

### **Soluções para Insuficiência de Cobertura**

Conforme determina a Resolução CNPC nº 30/2018, e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade montava R\$8.476.032,31, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$6.949.270.751,66.

Segundo a Resolução CNPC nº 30/2018, considerando a Duração do Passivo do exercício, de 14,76 anos, o limite de deficit para Avaliação Atuarial de 2020 é de R\$1.104.495.927,89 (10,76% das Provisões Matemáticas). Sendo o deficit apurado após o ajuste de precificação superior ao limite em R\$5.844.774.823,77, haverá necessidade de equacionamento obrigatório de, no mínimo o valor da parcela que excedeu ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2021.

Cumpre-nos esclarecer que os patamares mínimos de equacionamento definidos na norma não são mandatórios. O Instituto, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

### **Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais**

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2020, posicionada em 31/12/2020, o Plano não tem constituído Fundo Previdencial.

### **Outros Fatos Relevantes**

1) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2020, os valores utilizados de patrimônio, ativos de investimentos, fundos de investimentos e administrativos, e exigíveis do Plano, foram os informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do referido mês, sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e considerados para fins da avaliação que tais valores refletem a realidade dos fatos.

2) Os Fundos do Plano montavam a quantia de R\$31.053.317,07, sendo o montante de R\$4.975.642,63 referentes ao Fundo dos Investimentos e R\$26.077.674,44 referentes ao Fundo Administrativo, tendo ambos a respectiva cobertura patrimonial, cuja determinação é de responsabilidade do Instituto. No exercício de 2020 o Plano PBD não registrou Fundo Previdencial em seu Balancete, posicionado em 31/12/2020.

3) As hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial anual de 2020 do Plano PBD foram aprovadas pela Postalís, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados pela Mercer, cujos resultados lhe foram formalizados por meio do Relatório MERCER 135 – RE 029/20, observando-se, assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução CNPC nº 30/18.

3.1) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial deste exercício de 2020, comparativamente às adotadas para o exercício de 2019, destacam-se as seguintes alterações:

a. Rotatividade: EXP. POSTALIS ROT 2020 em substituição à Tábua EXP. POSTALIS ROT 2019.

4) A premissa referente à Composição Familiar de Ativos não foi alterada, no entanto, face às variações das características da base de dados, os parâmetros da premissa foram modificados conforme segue: Família padrão calculada com base nos dados de dependentes posicionados na data-base da avaliação atuarial (46,10% das mulheres tem dependente vitalício 1 ano mais velho e 76,50% dos homens tem dependente vitalício, 5 anos mais jovem, e fator de reversão médio de 0,861) em substituição à hipótese de que 54,40% das mulheres tem dependente vitalício de mesma idade e 89,03% dos homens

tem dependente vitalício, 5 anos mais jovem, e fator de reversão médio de 0,850.

5) Nas Avaliações Atuariais de encerramento do exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019, foi determinada a necessidade de equacionamento obrigatório durante os exercícios subsequentes, do montante apurado acima do limite nos respectivos exercícios, o que não ocorreu. Conforme informações do Postalís, foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, para solucionar essa questão e outras situações do PBD.

6) De acordo com o Postalís, o Plano de Equacionamento referente ao déficit de 2015 não entrou em vigor, por falta de aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, órgão de supervisão do Patrocinador Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, em tempo hábil à época. Diante dessa situação e considerando o processo de intervenção, o Instituto solicitou, na Avaliação Atuarial de 2017, o cancelamento desse equacionamento visto que esse tema é objeto do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC firmado entre o Instituto e a Previc.

7) Em face de manter a suficiência das taxas dos equacionamentos vigentes, foi realizado o rebalanceamento das Provisões a Constituir referentes aos Planos de Equacionamento de Deficit dos exercícios de 2012 e 2014, no que tange às parcelas de responsabilidade dos Participantes de um lado e dos Assistidos de outro.

8) O POSTALIS vem trabalhando na construção de uma estratégia previdencial, de forma a se buscar uma solução mais efetiva para a situação econômica, financeira e atuarial do Plano.

## **Plano de Custeio para o Exercício de 2021**

### **Custos**

O Plano de Custeio para o exercício de 2021, com início de vigência a partir de 1º de abril de 2021, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo do POSTALIS e pelas Patrocinadoras antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, sendo sua observância indispensável para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo ao POSTALIS zelar pela sua fruição.

Cabe destacar que, Compete à Sest manifestar-se sobre assuntos de interesse das empresas estatais relacionados, entre outros, ao patrocínio de Planos de Benefícios Previdenciários, em especial acerca da elaboração ou alteração de estatutos, regulamentos, convênios de adesão, planos de custeio que impliquem elevação da contribuição de patrocinadores e assunção de compromissos, conforme disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 108, de 29.05.2001, no art. 2º, inciso VI do Decreto nº 3.735, de 24.01.2001, e no art. 98, inciso VI, alínea “f”, do Anexo I, do Decreto nº 9.745, de 08.04.2019.

Ressalta-se que, o plano de custeio apurado na avaliação atuarial de 2019 com vigência de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021, foi submetido ao referido órgão e teve sua total aprovação formalizada por meio dos documentos “Nota Técnica SEI nº 2423/2021/ME” e “OFÍCIO SEI Nº 12273/2021/ME” ambos datados de 19/01/2021.

<b>PLANO DE CUSTEIO</b>			
<b>PARTICIPANTES</b>			
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL</b>			
Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano saldado, ou seja, houve a interrupção definitiva do pagamento das contribuições normais futuras a serem vertidas ao plano, o custeio normal de responsabilidade dos Participantes é nulo.			
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - EQUACIONAMENTO DE DEFICIT</b>			
a) Compromissos com deficit equacionados <sup>(1)</sup> :			
Descrição	Deficit Remanescente	% (percentual do BPS)	Prazo Remanescente (em meses)
Deficit Equacionado 2012	R\$111.560.947,07	3,55%	219
Deficit Equacionado 2014	R\$480.450.109,51	15,26%	223
<sup>(1)</sup> Valores posicionados em 31/12/2020, sendo este valor atualizado mensalmente conforme informações do Instituto POSTALIS.			
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - JOIA</b>			
Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano saldado e fechado a novas adesões, não há contribuições de joia a serem vertidas ao plano.			
<b>PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS e VINCULADOS</b>			

<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL</b>		
Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano saldado, ou seja, houve a interrupção definitiva do pagamento das contribuições normais futuras a serem vertidas ao plano, o custeio normal de responsabilidade dos Participantes Autopatrocinados e Vinculados é nulo.		
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - EQUACIONAMENTO DE DEFICIT</b>		
Compromissos com deficit equacionados <sup>(2)</sup> :		
Descrição	% (percentual do BPS)	Prazo Remanescente (em meses)
Deficit Equacionado 2012	7,10%	219
Deficit Equacionado 2014	30,52%	223
<sup>(2)</sup> Os Participantes Autopatrocinados e Vinculados contribuem com o dobro dos percentuais referente às contribuições extraordinárias dos Participantes.		
<b>PATROCINADORAS</b>		
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL</b>		
Tendo em vista que o Plano de BENEFÍCIO DEFINIDO é um plano saldado, ou seja, houve a interrupção definitiva do pagamento das contribuições normais futuras a serem vertidas ao plano, o custeio normal de responsabilidade da Patrocinadora em relação aos participantes ativos é nulo. A Patrocinadora contribuirá com o montante equivalente à soma das Contribuições normais devidas pelos Assistidos vinculados ao Patrocinador.		

<b>PLANO DE CUSTEIO</b>			
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - EQUACIONAMENTO DE DEFICIT</b>			
b) Compromissos com deficit equacionados <sup>(1)</sup> :			
Descrição	Deficit Remanescente	Valor	Prazo Remanescente (em meses)
Deficit Equacionado 2012	R\$590.174.551,19	Paritário ao valor pago pelos Participantes e Assistidos.	219
Deficit Equacionado 2014	R\$2.244.531.498,18		223
<sup>(1)</sup> Valores contratados firmados entre a Patrocinadora e o Instituto, posicionados em 31/12/2020, sendo este valor atualizado mensalmente conforme informações do Instituto POSTALIS.			
<b>ASSISTIDOS</b>			
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL</b>			
<b>APOSENTADOS</b>	Percentual sobre o valor do benefício mensal da renda continuada percebido pelos Aposentados que recebem Abono, limitado ao valor do Abono, na forma prevista nos ditames regulamentares.		8,10%
<b>PENSIONISTAS</b>	Não Aplicável		0,00%
<b>CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA - EQUACIONAMENTO DE DEFICIT</b>			
c) Compromissos com deficit equacionados <sup>(1)</sup> :			
Descrição	Deficit Remanescente	% (percentual do BPS)	Prazo Remanescente (em meses)
Deficit Equacionado 2012	R\$433.344.194,65	3,55%	219
Deficit Equacionado 2014	R\$1.881.685.571,84	15,26%	223
<sup>(1)</sup> Valores posicionados em 31/12/2020, sendo este valor atualizado mensalmente conforme informações do Instituto POSTALIS.			
<b>CUSTEIO ADMINISTRATIVO</b>			
Em conformidade com a definição do Instituto acerca do Custeio Administrativo do Plano de Benefício Definido, seguem a seguir:			
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre as contribuições dos Assistidos que vertem Contribuições Normais de responsabilidade da Patrocinadora			6,9%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre as contribuições dos Assistidos que vertem Contribuições Normais			6,9%
c) Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano			0,000%

Ressalta-se que o Plano de Custeio Administrativo deverá ser objeto de deliberação pela Entidade.

### **Vigência do Plano de Custeio**

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2021.

## **CONCLUSÃO**

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano de Benefício Definido, em 31/12/2020 é deficitária em R\$6.957.746.783,97, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

Levando-se em consideração o ajuste de precificação, o Plano apresenta Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$6.949.270.751,66, o que representa 67,70% das Provisões Matemáticas, ficando, desta forma, acima do limite máximo definido conforme Resolução CNPC nº 30/2018, de R\$1.104.495.927,89, ou seja, 10,76% das Provisões Matemáticas. Há, portanto, no exercício de 2021, a obrigatoriedade da realização e aprovação de plano de equacionamento de deficit, no montante mínimo de R\$5.844.774.823,77.

O Instituto, dentro de critérios técnicos e sempre em busca de uma gestão proativa, deve procurar entender as causas de resultados deficitários, tomando as providências para sua reversão, inclusive, se for o caso, trabalhando com equacionamentos acima dos limites mínimos legais.

**São Paulo, 17 de março de 2021**

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

**ADRIANO RODRIGO FERRAZ**

Atuário MIBA nº 2.330

**ATUÁRIO**

**ROSANGELA YUKI NAKANE**

Atuária MIBA nº 1.325

**CONSULTORA SÊNIOR**

### **Mercer**

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105  
Condomínio EZ Towers – Torre B – 28º andar  
São Paulo, SP, Brasil  
CEP 04711-904

## Avaliação Atuarial - Postalprev

### INTRODUÇÃO

Na qualidade de Atuários Responsáveis pela Avaliação Atuarial do Plano POSTALPREV, administrado e executado pelo POSTALIS – Instituto de Previdência Complementar, apresentamos nosso parecer sobre a situação atuarial, em 31 de dezembro de 2020, do citado Plano referente às Patrocinadoras:

- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;
- POSTALIS.

Ressaltamos que este Parecer observa a legislação vigente, em destaque:

- Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018;
- Resolução CNPC nº 29, de 13/04/2018;
- Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009
- Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018;
- Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019;
- Portaria PREVIC nº 292, de 08/04/2020;
- Portaria PREVIC nº 337, de 29/04/2020; e
- Portaria PREVIC nº 1.106, de 23/12/2019.

Cumpramos destacar que foram publicadas durante o ano de 2020 novas normas, mas que entraram em vigor apenas em 1º de janeiro de 2021, portanto, considerando que este parecer se refere aos resultados da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2020, estas não foram aplicadas. Destacamos:

- Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020;
- Instrução PREVIC nº 33, de 23/10/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 10, de 30/11/2018;
- Instrução PREVIC nº 36, de 15/12/2020 e altera a Instrução PREVIC nº 20, de 16/12/2019; e
- Portaria PREVIC nº 835, de 1º de dezembro de 2020.

O Plano POSTALPREV está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 2002.0047-65, possuindo benefícios de risco estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD) e benefícios programados com características de Contribuição Variável (CV). Portanto, conforme a Resolução MPS/CGPC nº16, de 22 de novembro de 2005, o Plano está estruturado na modalidade de Contribuição Variável (CV).

A Avaliação Atuarial anual de 2020 contempla o Regulamento vigente na data da Avaliação do Plano POSTALPREV. Ressalta-se que o Plano se encontra em manutenção normal.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2020, na Data Base cadastral de 30/11/2020, a partir dos dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos, levantados e informados pelo Instituto, vinculados às Patrocinadoras do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais disponibilizadas pelo POSTALIS, posicionadas em 31/12/2020.

As Provisões Matemáticas, bem como os resultados constantes deste Parecer, estão posicionadas em 31/12/2020, considerando as informações contábeis e patrimoniais do Plano posicionadas na mesma data.

Para o Plano POSTALPREV, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de “POSTALPREV”, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

## **PERFIL DOS PARTICIPANTES**

A base cadastral de Participantes e Assistidos encaminhada pela Entidade, posicionada em 30/11/2020, foi reposicionada para 31/12/2020.

### **Qualidade da Base Cadastral**

Os dados individuais foram fornecidos pela Postalís – Instituto de Previdência Complementar à Mercer que, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados em conjunto com a entidade, considerou-os adequados para fins desta avaliação atuarial.

A análise efetuada pela Mercer na base cadastral utilizada para a avaliação atuarial objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que a totalidade das distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo com a Postalís, em qualquer hipótese, a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

As principais características do grupo avaliado, na data base dos dados, estão resumidas nas tabelas a seguir:

#### Participantes Ativos

DESCRIÇÃO	30/11/2020
Número*	85.842
Idade Média (anos)	46,5
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	19,1
Tempo Médio de Contribuição (anos)	11,8
Tempo para Aposentadoria (anos)	11,4
Salário Médio (R\$)	4.479,88
Folha mensal (R\$) (x13)	4.999.301.263,96

(\*) Inclui 991 Participantes em Auxílio Doença e 124 Não Contribuintes

#### Participantes Autopatrocinados

DESCRIÇÃO	30/11/2020
Número	77
Idade Média (anos)	44,1
Tempo de Serviço na Patrocinadora Médio (anos)	11,8
Tempo Médio de Contribuição (anos)	10,1
Tempo para Aposentadoria (anos)	0,0
Salário Médio (R\$)	4.449,38
Folha mensal (R\$) (x13)	4.453.830,65

#### Participantes aguardando Benefício Proporcional Diferido

DESCRIÇÃO	30/11/2020
Número	1.209
Idade Média (anos)	44,0

**Participantes Assistidos e Pensionistas**

DESCRIÇÃO	30/11/2020
<b>Aposentadoria Antecipada</b>	
Número	1.498
Idade Média (anos)	59,7
Benefício Mensal Médio em R\$	1.031,04
Folha mensal (em R\$)	1.544.496,40
<b>Aposentadoria Normal</b>	
Número	2.132
Idade Média (anos)	65,5
Benefício Mensal Médio em R\$	1.293,81
Folha mensal (em R\$)	2.758.399,74
<b>Aposentadoria Invalidez</b>	
Número	1.104
Idade Média (anos)	56,0
Benefício Mensal Médio em R\$	417,72
Folha mensal (em R\$)	461.163,84
<b>Pensão</b>	
Número	1.252
Idade Média (anos)	58,1
Benefício Mensal Médio em R\$	523,04
Folha mensal (em R\$)	654.847,71
<b>Total</b>	
Número	5.986
Idade Média (anos)	60,8
Benefício Mensal Médio em R\$	905,26
Folha mensal (em R\$)	5.418.907,69

Salientamos que para a definição do número de Beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-Participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-Participante correspondessem a um pensionista.

Os valores monetários apresentados correspondem a valores nominais posicionados em 30/11/2020. Na avaliação atuarial esses valores foram projetados para 31/12/2020.

## HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS UTILIZADOS

Uma avaliação atuarial é um estudo que tem por objetivo principal estimar, na data do cálculo, o custo no longo prazo de um determinado plano de benefícios, devendo incluir os valores esperados relativos tanto aos participantes já recebendo benefícios quanto àqueles que ainda completarão as condições exigidas para tal.

Para esse fim, são feitas projeções de longo prazo, admitindo-se um conjunto de hipóteses atuariais que represente de forma realista as expectativas com relação à experiência futura do plano. Essas hipóteses incluem aquelas de caráter econômico (retorno de investimento, taxa de

crescimento salarial, taxa de reajuste dos benefícios e níveis de benefícios do INSS) e também as de caráter biométrico (taxas de mortalidade, invalidez e rotatividade, idade de aposentadoria, estado civil e dependentes).

A seguir, descreveremos o conjunto das principais hipóteses atuariais e econômicas utilizadas nesta avaliação atuarial.

Taxa real anual de juros <sup>(1)</sup>	4,80% a.a.
Projeção de crescimento real de salário	2,00% a.a.
Fator de capacidade para os salários	98%
Fator de capacidade para os benefícios	98%
Hipótese sobre rotatividade	Tábua EXP. POSTALPREV 2015-2019
Tábua de mortalidade geral	BR-EMSSb-2015 M&F D10%
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 DISABLED M&F
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT FRACA (A25%)
Custo de Pensão (Benefícios a Conceder)	Família Padrão Calculada a partir da base cadastral.
Custo de Pensão (Benefícios Concedidos)	Família Real

(1) O indexador utilizado é o INPC do IBGE;

### Principais Riscos Atuariais

O Risco Atuarial surge, especialmente, pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios. Para o Plano POSTALPREV, caracterizam-se, basicamente, como Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins da Avaliação Atuarial anual de 2020 do Plano POSTALPREV foram aprovadas pelo Postalis, sendo que o Instituto estava subsidiado pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório MERCER 135 – RE 029/20, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Instrução Previc nº 10/2018.

### Adequação das Hipóteses Utilizadas

As hipóteses atuariais utilizadas na presente avaliação atuarial foram fundamentadas por meio de documentação encaminhada pelas Patrocinadoras e por estudos específicos, cujos resultados foram formalizados à Postalís por meio do Relatório MERCER 135 – RE 029/20, que tomaram como base a população existente no Plano POSTALPREV. O detalhamento dos estudos, conforme previsto na Resolução CNPC nº 30/2018, encontra-se arquivado na Postalís.

Informamos que a tábua de rotatividade foi alterada da Tábua EXP. POSTALPREV 2015-2018 para a Tábua EXP. POSTALPREV 2015-2019 com o objetivo de ajustar a expectativa de rotatividade ao comportamento observado na massa de participantes.

A tábua de mortalidade geral foi alterada da Tábua BR-EMSsb-2015 M&F para a Tábua BR-EMSsb-2015 M&F D10% com o objetivo de ajustar a expectativa de mortalidade ao comportamento observado na massa de participantes.

A tábua de entrada em invalidez foi alterada da Tábua LIGHT MÉDIA D60% para a Tábua LIGHT FRACA A25% com o objetivo de ajustar a expectativa de entrada em invalidez ao comportamento observado na massa de participantes.

Houve atualização dos percentuais da premissa de composição familiar de acordo com as informações de dependentes disponibilizadas pela Postalís.

Informamos que, excetuadas as alterações nas hipóteses atuariais mencionadas acima, as demais premissas foram mantidas com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior.

Em relação à hipótese de taxa de juros, o estudo técnico de adequação desta hipótese apontou para uma taxa de convergência de até 5,26% a.a. De acordo com a Resolução CNPC nº 30 de 10 de outubro de 2018, a taxa de juros do plano deve respeitar o intervalo de 70% da taxa de juros parâmetro e 0,4% a.a. acima desta mesma taxa. Observando a Portaria nº 337, de 29/04/2020, o intervalo permitido para o plano POSTALPREV, considerando a duração do passivo de 12,38 anos (Duration apurada na avaliação atuarial de 31/12/2019), é de 3,75% a.a até 5,75% a.a. Dessa forma, a taxa de retorno real

anual projetada de 4,80% a.a, utilizada neste estudo, está dentro do intervalo permitido pela legislação vigente.

### **Adequação dos Métodos de Financiamento**

O método atuarial adotado foi o regime de Capitalização conjugado com o método de Capitalização Financeira, para o financiamento dos benefícios programados. Para os benefícios não programados, estruturados em benefício definido, utiliza-se o Regime de Repartição Simples para o benefício de Auxílio Doença e Pecúlio por Morte, e, para os demais benefícios, é utilizado o Regime Repartição de Capitais de Cobertura. Conforme verificado no estudo de aderência de hipóteses, consolidado no Relatório MERCER 135 – RE 029/20, entendemos que os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme o Artigo 6º da Resolução CNPC nº 30/2018.

\* \* \* \*

Esta avaliação atuarial foi elaborada com base em hipóteses e métodos atuariais geralmente aceitos, respeitando-se a legislação vigente, as características da massa de participantes e o Regulamento do Plano POSTALPREV.

Em nossa opinião, as hipóteses e métodos utilizados nesta avaliação atuarial são apropriados e atendem à Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, e suas alterações posteriores, que estabelecem os parâmetros técnico-atuariais para estruturação de plano de benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

### **POSIÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS**

Certificamos que, de acordo com o Plano de Contas em vigor, a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2020 é a apresentada no quadro a seguir.

O Equilíbrio Técnico do Plano foi determinado com base nas Provisões Matemáticas certificadas e nos valores do Patrimônio Social e dos Fundos Previdenciais, Administrativos e de Investimentos fornecidos pela Postalís posicionados em 31/12/2020.

CONTA	NOME	R\$
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	6.216.563.507,31
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	5.440.357.518,48
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	5.424.013.624,50
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	599.362.397,04
2.3.1.1.01.01.00	Contribuição Definida	82.213.112,04
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	82.213.112,04
2.3.1.1.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	517.149.285,00
2.3.1.1.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	310.814.960,00
	Aposentadoria Programada e Reversão	310.814.960,00
2.3.1.1.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	206.334.325,00
	Aposentadorias por Invalidez e Reversão	85.446.936,00
	Pensões	120.887.389,00
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	4.824.651.227,46
2.3.1.1.02.01.00	Contribuição Definida	4.824.651.227,46
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	2.373.381.803,48
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	2.451.269.423,98
2.3.1.1.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.3.1.1.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-

CONTA	NOME	R\$
2.3.1.1.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-
2.3.1.1.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	-
2.3.1.1.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.3.1.1.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.3.1.1.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.3.1.1.03.01.01	(-) Patrocinador	-
2.3.1.1.03.01.02	(-) Participante	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) Déficit Equacionado	-
2.3.1.1.03.02.01	(-) Patrocinador	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) Participante	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) Assistido	-
2.3.1.1.03.04.00	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.3.1.1.03.04.01	(+/-) Patrocinador	-
2.3.1.1.03.04.02	(+/-) Participante	-
2.3.1.1.03.04.03	(+/-) Assistido	-
2.3.1.1.03.04.03	(+/-) Assistido	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	16.343.893,98
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	16.343.893,98
2.3.1.2.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	16.343.893,98
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	16.343.893,98
2.3.1.2.01.01.02	Reserva para Revisão do Plano	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	776.205.988,83
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	573.168.461,82
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	548.698.921,08
2.3.2.1.03.00.00	Outros - Previsto Em Nota Técnica Atuarial	24.469.540,74
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	183.650.656,25
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	19.386.870,76

Os valores das Provisões Matemáticas apresentados acima foram obtidos considerando-se o Regulamento do Plano Postalprev vigente em 31 de dezembro de 2020, Plano este que se encontra em manutenção.

Em relação à estruturação das Provisões Matemáticas observamos ainda o que se segue:

a) No caso de aposentadoria concedida, as provisões referentes à reversão de aposentadoria normal em pensão por morte e ao pecúlio por morte do aposentado válido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.01 (valor atual dos benefícios futuros programados – assistidos) e as provisões referentes à reversão de aposentadoria por invalidez em pensão por morte e ao pecúlio por morte do inválido foram registradas na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados – assistidos).

b) A provisão da pensão por morte já concedida foi registrada na conta 2.3.1.1.01.02.02 (valor atual dos benefícios futuros não programados – assistidos).

Observamos que a Mercer não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano POSTALPREV avaliado, tendo se baseado na informação fornecida pela Postalis.

### Reclassificação contábil a partir de 01/01/2021

Tendo em vista a reclassificação contábil a partir de 01/01/2021 à luz do que determina a Instrução PREVIC nº 31, de 20/08/2020, apresentamos a composição das Provisões Matemáticas em 31 de dezembro de 2020 já adaptadas para o novo Plano de Contas, devendo ser esta a abertura do Balancete Contábil de 01/01/2021.

CONTA	NOME	R\$
1.02.01.01.04.00.00	OPERAÇÕES CONTRATADAS	-
1.02.01.01.04.02.00	SERVIÇO PASSADO CONTRATADO	-
1.02.01.01.04.03.00	DÉFICIT TÉCNICO CONTRATADO	-
1.02.01.01.04.03.01	INSTRUMENTOS COM CLÁUSULA FINANCEIRA	-
2.03.00.00.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	6.216.563.507,31
2.03.01.00.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	5.440.357.518,48
2.03.01.01.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	5.424.013.624,50
2.03.01.01.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	599.362.397,04
2.03.01.01.01.01.00	Contribuição Definida	82.213.112,04
2.03.01.01.01.01.01	Saldo de Conta dos Assistidos	82.213.112,04
2.03.01.01.01.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de	517.149.285,00

CONTA	NOME	R\$
	Capitalização	
2.03.01.01.01.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	310.814.960,00
	Aposentadoria Programada e Reversão	310.814.960,00
2.03.01.01.01.02.02	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	206.334.325,00
	Aposentadorias por Invalidez e Reversão	85.446.936,00
	Pensões	120.887.389,00
2.03.01.01.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	4.824.651.227,46
2.03.01.01.02.01.00	Contribuição Definida	4.824.651.227,46
2.03.01.01.02.01.01	Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	2.373.381.803,48
2.03.01.01.02.01.02	Saldo de Contas - Parcela Participantes	2.451.269.423,98
2.03.01.01.02.02.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	-
2.03.01.01.02.02.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	-
2.03.01.01.02.02.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.02.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.03.01.01.02.03.00	Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	-
2.03.01.01.02.03.01	Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	-
2.03.01.01.02.03.02	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-
2.03.01.01.02.03.03	(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-
2.03.01.01.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-
2.03.01.01.03.01.00	(-) Serviço Passado	-
2.03.01.01.03.02.00	(-) Equacionamento de Déficit a Integralizar - Total	-
	(+/-) Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	-
2.03.01.01.03.03.02	(+/-) Participantes	-
2.03.01.01.03.03.03	(+/-) Assistidos	-
2.03.01.02.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	16.343.893,98
2.03.01.02.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	16.343.893,98
2.03.01.02.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	16.343.893,98
2.03.01.02.01.01.01	Reserva de Contingência	16.343.893,98
2.03.01.02.01.01.02	Reserva para Revisão do Plano	-
2.03.01.02.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-
2.03.01.02.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-

CONTA	NOME	R\$
2.03.02.00.00.00.00	FUNDOS	776.205.988,83
2.03.02.01.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	573.168.461,82
2.03.02.01.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	548.698.921,08
2.03.02.01.02.00.00	Revisão De Plano	-
2.03.02.01.03.00.00	Outros - Previsto Em Nota Técnica Atuarial	24.469.540,74
2.03.02.02.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	183.650.656,25
2.03.02.03.00.00.00	FUNDO PARA GARANTIA DAS OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	19.386.870,76

### Variação nas Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do Plano POSTALPREV disponibilizadas pelo POSTALIS, foram determinadas em observância à metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial, e montam R\$599.362.397,04, sendo R\$82.213.112,04 estruturadas na modalidade de Contribuição Definida e R\$517.149.285,00 estruturadas na modalidade de Benefício Definido.

Já as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC, fixadas com base nas informações individuais dos Participantes Ativos do Plano POSTALPREV disponibilizadas pelo POSTALIS, foram determinadas em observância à metodologia disposta em Nota Técnica Atuarial, e montam R\$4.824.651.227,46, sendo sua totalidade referente aos benefícios programados estruturados, na fase de acumulação, na modalidade de Contribuição Definida.

Não houve variação significativa na provisão matemática reavaliada, utilizando as mesmas hipóteses da avaliação atuarial de 2020, quando comparada com a provisão matemática evoluída teoricamente, considerando a movimentação já esperada (inflação e benefícios pagos) e concessões ocorridas no período.

A provisão matemática avaliada considerando as hipóteses de 2020 foi superior à provisão matemática considerando as hipóteses de 2019, sendo tal variação justificada pela alteração da hipótese de Mortalidade Geral, a qual gerou impacto no valor apurado das reservas de Benefícios Concedidos.

Abaixo demonstramos a variação das provisões matemáticas quando comparada aos valores evoluídos teoricamente, bem como o impacto decorrente da alteração das hipóteses atuariais:

CONTA	A - EVOLUÇÃO TEÓRICA	B - RECÁLCULO COM HIPÓTESES DE 31/12/2019	VARIÇÃO (B/A-1)	C - RECÁLCULO COM HIPÓTESES DE 31/12/2020	VARIÇÃO (C/B-1)
Provisões Matemáticas	5.414.332.126,00	5.417.405.621,50	0,1%	5.424.013.624,50	0,12%
Benefícios Concedidos	589.680.898,54	592.754.394,04	0,5%	599.362.397,04	1,11%
Contribuição Definida	82.213.112,04	82.213.112,04	0,0%	82.213.112,04	0,0%
Benefício Definido	507.467.786,50	510.541.282,00	0,6%	517.149.285,00	1,29%
Benefícios a Conceder	4.824.651.227,46	4.824.651.227,46	0,0%	4.824.651.227,46	0,0%
Contribuição Definida	4.824.651.227,46	4.824.651.227,46	0,0%	4.824.651.227,46	0,0%

Não foram apuradas Provisões Matemáticas a Constituir, em 31/12/2020, para o Plano POSTALPREV.

Desta forma, certificamos que os valores acumulados das obrigações passivas do POSTALIS com o Plano representam o montante total de R\$5.424.013.624,50, em 31/12/2020.

### **Varição do Resultado**

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das Provisões Matemáticas de R\$5.424.013.624,50, em relação aos benefícios concedidos e a conceder, com o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, informado pelo POSTALIS, correspondente ao montante de R\$5.440.357.518,48, verifica-se um superávit técnico acumulado no montante de R\$16.343.893,98, em 31/12/2020, que representou um aumento de 35,22% comparativamente ao resultado observado em 31/12/2019, quando se verificou um superávit de R\$12.087.189,52.

O aumento do superávit, apesar da rentabilidade desfavorável no período, se deve, principalmente, pelas mudanças cadastrais.

No período compreendido entre janeiro/2020 e dezembro/2020, a meta atuarial do Plano foi de 10,51%, composta pelo INPC de 5,45% mais taxa de juros de 4,80%, enquanto que a rentabilidade alcançada no mesmo período, apurada pela variação da Cota Patrimonial, foi de 6,65%, conforme informação repassada pelo POSTALIS, representando uma perda atuarial de 3,62%.

Em atendimento à Resolução CNPC nº 30/2018, apurou-se o Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano. Observados os critérios previstos na Instrução Previc nº 10/2018, o ajuste de precificação apurado pelo POSTALIS foi de R\$45.079.362,17, em 31 de dezembro de 2020. Assim, o Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano é superavitário, no montante de R\$61.423.256,15. Cumpre esclarecer que, para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual destinação de superávit.

### **Natureza do Resultado**

Na Avaliação Atuarial de 2020, observa-se que o Plano apresentou superávit técnico, o qual foi resultante de causas conjunturais, sendo oriundo principalmente das alterações cadastrais e das variações estatísticas em torno das premissas atuariais adotadas.

A totalidade do superávit apurado em 31/12/2020, no montante de R\$16.343.893,98, foi alocada na Reserva de Contingência, em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/2018, visto que o mesmo representa 3,16% das Provisões Matemáticas estruturadas na modalidade de Benefício Definido do Plano e, com uma duração do passivo apurada no exercício de 2020 de 12,40 anos, o limite da Reserva de Contingência é de 22,40%.

### **Soluções para Insuficiência de Cobertura**

Tendo em vista que o Plano POSTALPREV não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2020, este item não é aplicável ao presente Parecer.

### **Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais**

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2020, o Plano tem constituído o Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar e Outros Fundos Previstos em Nota Técnica.

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar é constituído com as contribuições específicas para cobertura dos benefícios de risco (alíneas “b” e “c” dos artigos 27 e 37 do Regulamento), acrescido dos saldos remanescentes da Conta de Contribuições do Patrocinador no caso de resgate e das reversões de saldos projetados não utilizados, no caso de Aposentadoria por Invalidez em que o Participante retorne à Atividade. Este Fundo é destinado ao pagamento das despesas com Auxílio-Doença, Pecúlio por Morte e Garantias Mínimas de Pensão por Morte de Participante e Aposentadoria por Invalidez. Em 31/12/2020, esse Fundo montava em R\$548.698.921,08.

O Fundo Previdencial – Outros Fundos Previstos em Nota Técnica é constituído mensalmente: pela Provisão Matemática de Participantes e Assistidos falecidos, cujos benefícios de auxílio-doença ou de aposentadoria não se transformem em Pensão; pela Provisão Matemática de Pensionistas cuja Pensão se extinga pela desabilitação de todos os Beneficiários; e, quando determinado no Plano de Custeio, parcela das Contribuições Específicas destinadas a segurar o Plano quanto ao esperado desagramento da taxa de mortalidade. Além desses recursos, anualmente, o Fundo Previdencial será atualizado pelo mesmo índice de atualização da reserva de origem. O Fundo será utilizado para auxiliar a não contaminação dos resultados do Plano quando da insuficiência de cobertura das Provisões geradas pelas perdas atuariais (hipóteses atuariais não realizadas). Em 31/12/2020, montavam R\$24.469.540,74.

### **Outros Fatos Relevantes**

1) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2020, os valores de patrimônio, ativos de investimentos, fundos dos investimentos e administrativo, e exigíveis do Plano utilizados foram os informados pelo POSTALIS, através do Balancete Contábil do referido mês, sendo sua precificação de inteira e exclusiva responsabilidade do Instituto, e considerados, para fins da avaliação, que tais valores refletem a realidade dos fatos;

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pelo Instituto, parcela destes estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, a Fundação atestou a possibilidade de manutenção destes até os seus respectivos vencimentos com base em Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, que revogou a Resolução MPAS/CGPC nº 04/2002;

3) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2020, comparativamente às adotadas para o exercício de 2019, procederam-se às seguintes alterações:

i. Rotatividade: Experiência POSTALPREV 2015-2019 em substituição a Experiência POSTALPREV 2015-2018;

ii. Mortalidade: Tábua BR-EMSsb-2015 M&F D10% em substituição a BR-EMSsb-2015 M&F; e

iii. Entrada em Invalidez: Tábua LIGHT FRACA A25% em substituição a LIGHT MÉDIA D60%.

3.1) A premissa referente à Composição Familiar de Ativos não foi alterada, no entanto, face às variações das características da base de dados, os parâmetros da premissa foram modificados conforme segue: Família padrão calculada com base nos dados de dependentes posicionados na data-base da avaliação atuarial (59,47% das mulheres possuem dependente vitalício 0,90 anos mais velho e 87,28% dos homens possuem dependente vitalício 4,35 anos mais jovem e fator de reversão médio de 0,80).

## Plano de Custeio para o Exercício de 2021

### Custos

O Plano de Custeio para o exercício de 2021, com início de vigência a partir de 1º de abril de 2021, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo do POSTALIS e pelas Patrocinadoras antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, sendo sua observância indispensável para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo ao POSTALIS zelar pela sua fruição:

<b>PLANO DE CUSTEIO</b>		
<b>PARTICIPANTES</b>		
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL</b>		
<b>PARTICIPANTES</b>	Contribuição Básica	Parcela P - Entre 1,00% e 4,00% Parcela K - Entre 0% e 8% aplicado sobre o Salário de Contribuição excedente a 11 (onze) Unidades Previdenciárias
	Contribuição Voluntária	Entre 0,00% e 15,00%
	Contribuição Extraordinária	Mínimo de 1 Unidade Previdenciária
	Contribuição Específica	0,30%
<b>PARTICIPANTES AUTOPATROCINADOS</b>	Contribuição Básica	Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora
	Contribuição Específica	0,60%
<b>ASSISTIDOS</b>	0,00%	
<b>PATROCINADORAS</b>		
<b>CONTRIBUIÇÃO NORMAL</b>		
Contribuição Regular	100% da Contribuição Básica	

PLANO DE CUSTEIO	
Contribuição Específica	Paritária a dos Participantes
CUSTEIO ADMINISTRATIVO*	
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre as Contribuições Básicas dos Participantes	6,00%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre as Contribuições Regulares das Patrocinadoras referente aos Participantes	6,00%
c) Taxa de Carregamento aplicável sobre o benefício de renda mensal dos Assistidos	1,00%
d) Taxa de Carregamento paga pela patrocinadora aplicável sobre o benefício de renda mensal dos Assistidos	1,00%
e) Participantes que optaram pelo instituto Benefício Proporcional Diferido e cancelados que não optam por um instituto (sobre o último Salário de Contribuição).	0,77%
f) Taxa de Carregamento, referente aos Participantes Vinculados pelo Instituto de Autopatrocínio, incidentes sobre as Contribuições Básicas e Regulares.	6,00%

\* Alíquotas apuradas pelo POSTALIS e informadas à Mercer.

Ressalta-se que o Plano de Custeio Administrativo deverá ser objeto de deliberação pela Entidade.

#### CUSTEIO NORMAL EM % DA FOLHA DE SALÁRIOS

DESCRIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO EM %	
	31/12/2019	31/12/2020
Aposentadoria Normal	8,49%	8,55%
Saldo Projetado - Invalidez	0,03%	0,02%
Auxílio Doença	0,46%	0,40%
Pecúlio por Morte	0,13%	0,14%
Saldo Projetado - Pensão por Morte	0,02%	0,02%
Outros Benefícios (Benefícios Mínimos)	0,02%	0,02%
<b>Total dos Benefícios</b>	<b>9,15%</b>	<b>9,15%</b>
Administração	0,58%	0,60%
<b>Total dos Benefícios e administração</b>	<b>9,73%</b>	<b>9,75%</b>

#### Vigência do Plano de Custeio

O plano de custeio apresentado neste Parecer passa a vigorar a partir de 1º de abril de 2021.

#### CONCLUSÃO

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano POSTALPREV, em 31/12/2020, é superavitária em R\$16.343.893,98 , observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo integralmente alocado em Reserva de Contingência. Após o Ajuste de Precificação de R\$45.079.362,17, resulta em um Equilíbrio Técnico Ajustado Superavitário de R\$61.423.256,15.

Sendo assim, a situação econômico-atuarial do Plano é Superavitária, não havendo, no exercício subsequente, a obrigatoriedade de processo de distribuição de Superávit, tendo em vista a não ocorrência de Reserva Especial.

**São Paulo, 16 de março de 2021**

Mercer Human Resource Consulting Ltda.

**ADRIANO RODRIGO FERRAZ**

Atuário MIBA nº 2.330

**ATUÁRIO**

**ROSANGELA YUKI NAKANE**

Atuária MIBA nº 1.325

**CONSULTORA SÊNIOR**

**Mercer**

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105  
Condomínio EZ Towers – Torre B – 28º andar  
São Paulo, SP, Brasil  
CEP 04711-904

## Relatório do Auditor Independente

---

### **MOORE VR Auditores & Consultores SS**

Ricardo de Albuquerque Cavalcanti Contador CRC DF 018838/O-0 -  
CNAI 2563

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – POSTALIS (“POSTALIS” ou “Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefício administrados pelo POSTALIS (aqui denominados de consolidado por definição da Resolução CNPC nº 29/2018) em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – POSTALIS, individual e por plano de benefício em 31 de dezembro de 2020, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes

em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Incerteza relevante quanto à continuidade operacional (Equilíbrio Atuarial do Plano BD)**

As demonstrações contábeis individuais do Plano de Benefício Definido foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Conforme mencionado na nota explicativa nº 12.2, a situação econômico-atuarial do Plano de Benefício Definido, em 31 de dezembro de 2020, é deficitária em R\$6.957.747 mil. Esse fato indica incerteza relevante, que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade do Plano BD. Os planos da administração para manutenção das atividades do plano BD estão divulgados na nota explicativa nº 2.2 e estão embasados principalmente nos seguintes aspectos: a) no êxito na efetiva aplicação do TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, publicado em 20 de fevereiro de 2020, conforme divulgados na nota explicativa nº 16.1; e b) no êxito dos processos judiciais para recuperação dos ativos provisionados historicamente para perdas, conforme divulgados na nota explicativa nº 5. As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal das atividades do plano. Ademais, conforme descrito na nota explicativa nº 11.2 (item b.), o pagamento da Reserva de Tempo de Serviço Anterior (RTSA) encontra-se sob discussão entre o patrocinador (Correios) e Postalís, tendo em vista que não há consenso entre o montante da dívida nem acerca das premissas de cálculo adotadas. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

### Investimentos em Investigação:

Conforme descrito na nota explicativa nº 5, o Postalís possui ativos que estão sob investigação das autoridades públicas competentes, com o objetivo de apurar responsabilidade pelos prejuízos ocasionados ao Instituto, em especial o plano BD Saldado em decorrência dos sucessivos déficits apurados. Em função do estágio em que se encontram as medidas e ações adotadas, a mensuração dos possíveis efeitos às demonstrações contábeis não pode ser adequadamente conhecida. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

### Incertezas nas estimativas de avaliações econômicas- financeiras de certos Investimentos:

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 6.3.3.1 e 6.3.4.1 (item b), o Postalís possui, em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$916.468 mil em sua carteira de investimentos referentes ativos que não possuem cotações frequentes em mercado ativo e estão avaliados a valor econômico-financeiro, cujos laudos técnicos foram elaborados por empresas especializadas externas (FIP Energia PCH, FIDC-NP CJP e Condomínio Logístico Cajamar). Em virtude das características desses investimentos e da subjetividade dos critérios e premissas adotadas nas referidas avaliações, quando da efetiva realização dos investimentos, os valores poderão vir a ser diferentes daqueles registrados nas demonstrações contábeis do Instituto. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das

constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

**Brasília-DF, de 26 março de 2021**

## **Parecer dos Conselhos sobre as Demonstrações Contábeis**

---

### **Parecer do Conselho Deliberativo**

#### **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO DE 2020**

O Conselho Deliberativo do Postalís Instituto de Previdência Complementar, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso V, de seu Regimento Interno, e o art. 15, inciso V, do Estatuto Social do Postalís, registra que examinou as Demonstrações Contábeis da Entidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas pela Diretoria Executiva da Entidade, composta dos seguintes documentos: Balanço Patrimonial (BP); Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS); Demonstração do Ativo Líquido (DAL); Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL); Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA); Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT); e Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis, consubstanciadas nos Pareceres Atuariais dos planos de benefícios emitidos pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. – responsável técnica atuarial pelos planos de benefícios administrados pelo Instituto -, no Relatório emitido pela Auditoria Independente MOORE VR Auditores & Consultores SS, no Parecer emitido pelo Comitê de Auditoria, bem como no Parecer emitido pelo Conselho Fiscal do Postalís.

Com fundamento na análise da documenta o referenciada – que não apresenta nenhum tipo de abstenção, de ressalva e de opinião contrária -, nas atividades administrativas – que obedeceram aos dispositivos estatutários e a legisla o aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) -, bem como que as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situa o patrimonial e financeira do Postalís, o Conselho Deliberativo **APROVA**, por maioria, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas da Administra o relativas ao exercício de 2020.

**Brasília/DF, 31 de març o de 2021.**

Celso José Tiago

**Presidente / Conselheiro**

Georges Louis Hage Humbert

**Conselheiro**

Heglehyschynton Valério Marçal

**Conselheiro**

Caio Flávio Felix de Oliveira

**Conselheiro**

Edgard de Aguiar Cordeiro

**Conselheiro**

Marcos A. Sant'Águida do Nascimento

**Conselheiro**

## **Parecer do Conselho Fiscal**

### **SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – EXERCÍCIO DE 2020**

O Conselho Fiscal do Postalís Instituto de Previdência Complementar, em atendimento ao previsto no art. 18, inciso II, do Estatuto Social do Postalís, consoante ao que estabelece o art. 17, letra “j)”, da Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 29, de 13 de abril de 2018, verificou as Demonstrações Contábeis da Entidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que compreendem Balanço Patrimonial dos Planos, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado e Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis, consubstanciados pelos Pareceres Atuariais emitidos pela Consultoria Actuarial Mercer – responsável técnica atuarial pelos planos de benefícios administrados pelo Instituto -, pelo Relatório emitido pela Auditoria Independente MOORE VR Auditores & Consultores SS, bem como pelo Parecer emitido pelo Comitê de Auditoria do Postalís.

Diante das apresentações e análises efetuadas, bem como que os documentos examinados, principalmente o relatório da Auditoria Independente e o Parecer do Comitê de Auditoria do Postalís não cont m ressalvas, abstenções ou opiniões contrárias, este Conselho conclui que as referidas Demonstrações refletem efetivamente a situação patrimonial e financeira de seus Planos de Benefícios, recomendando-as, por maioria, com voto contrário do conselheiro An zio Rodrigues, justificado em ata,   aprovação pelo Conselho Deliberativo do Postalís.

**Brasília/DF, 31 de març o de 2021.**

Fábio Geraldo Oliveira Conde

**Presidente / Conselheiro Eleito**

An zio Rodrigues

**Conselheiro Eleito**

Mozart Gomes Ferraz

**Conselheiro Indicado**

Clarice de Sousa C. de Moura Alves

**Conselheira Indicada**

## Expediente

---

### **POSTALIS – Instituto de Previdência Complementar**

#### **DIRETORIA-EXECUTIVA**

Presidente – Paulo Humberto Cesar de Oliveira  
Diretor de Investimentos – Pedro Antônio Estrella Pedrosa  
Diretor de Gestão Previdencial – Carlos Alberto Zachert

#### **CONSELHO DELIBERATIVO**

Presidente – Celso José Tiago  
Membro – Heglshyschinton Valério Marçal  
Membro – Georges Louis Hage Humbert  
Membro – Edgard de Aguiar Cordeiro  
Membro – Caio Flávio Félix de Oliveira  
Membro – Marcos Antonio Sant’aguida do Nascimento

#### **CONSELHO FISCAL**

Presidente – Mozart Gomes Ferraz  
Membro – Clarice de Souza Coutinho  
Membro – Anézio Rodrigues

### **RAI 2020 – Relatório Anual de informações 2020**

Edição: Leonardo Dias / Daniel Oliveira  
Design Gráfico: Daniel Oliveira

#### **REDAÇÃO**

GCR e áreas responsáveis pelos conteúdos

#### **REVISÃO**

GCR e áreas responsáveis pelos conteúdos

### **GCR – GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO**

Fone: 3003-3669 (sem DDD) – E-mail: [relacionamento@postalis.com.br](mailto:relacionamento@postalis.com.br)

# **RAI 2020**

## Relatório Anual de Informações